

MARCELO HORTA MESSIAS FRANCO

**CONFLITO SOCIAL E A CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NO
MUNICÍPIO DE LÁBREA - AM**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2017

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

Franco, Marcelo Horta Messias, 1979-

F825c Conflito social e a criação de reservas extrativistas no município de Lábrea - AM 2017 / Marcelo Horta Messias Franco. - Viçosa, MG, 2017.

xiii, 134f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.119-129.

1. Conflito social - Amazônia. 2. Áreas protegidas. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22 ed. 303.681

MARCELO HORTA MESSIAS FRANCO

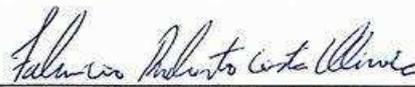
**CONFLITO SOCIAL E A CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS
NO MUNICÍPIO DE LÁBREA - AM**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 30 de junho de 2017.


Sheila Maria Doula


José Ambrósio Ferreira Neto


Fabrício Roberto Costa Oliveira


Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Orientador)

Dedico este trabalho à memória dos mais antigos - “tronco velho” - nossos familiares que viveram na região da Zona da Mata Mineira, família Fernandes Torres e família Messias de Ponte Nova, Barra Longa, Ouro Preto, até a nova capital, BH...

*“Soy como el río que pasea por las
ciudades,
sin darme cuenta fui tomando su color.
Oscurecido, fui perdiendo
transparencia,
estoy tan denso que ya no me entra el
sol.*

*Añoro el agua cristalina de las
vertientes
que deja ver todo así como es.
Y si hoy me miras me confundes con mis
desechos, tan escondida, el alma no se
puede ver.*

*Agua estancada que no puede ver el
mar,
por una grieta está por escapar.
Esa quietud es pura velocidad,
el movimiento, muestra eternidad.*

Por siempre cambiando...

*Vuelvo al mar, cantando y cambiando.
Soy como el río que cambia y vuelve al
mar
cantando y cambiando.
Agua de río, “*

Canção: “Agua De Río”
Autor: Gustavo Cordera

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de incansáveis leituras em busca da compreensão da realidade social brasileira, processo intermitente que vem sendo complementado pela experiência pessoal do autor, andando, visualizando, e percorrendo o território nacional entre Minas Gerais e o Amazonas, passando pelos Estados do Mato Grosso e Rondônia.

A materialização desta experiência não seria possível sem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, FAPEAM, por meio da bolsa concedida no âmbito do edital n.003/2015 do programa de apoio à formação de recursos humanos pós-graduados para o interior do Estado do Amazonas -RH – interiorização.

Agradeço primeiramente aos meus pais, José Mauro Messias Franco e Vera Lúcia Horta Messias Franco, por tudo, pela vida, pela grande amizade e exemplos, já com saudade dos momentos tão agradabilíssimos de convivência nesses dois anos entre Amazonas, Viçosa e BH. Agradeço aos meus irmãos, Ana Cristina e Daniel, e ao seu querido (por todos nós) Benjamin Boscher (*in memoriam*). Meus irmãos sempre foram e continuarão sendo o exemplo de coragem e de força para ir adiante no percurso da vida.

Aos meus tios, tias, padrinho Raul e madrinha Solange (Titu) e primos e primas - todos eles - que são meus irmãos de sangue por extensão, também já com saudades e projetando novos (re) encontros familiares. Enfim, a toda a minha família mineira e em especial à família que formei aqui no Amazonas, Deuzinette Maia Gomes e a nossa filha Débora Letícia, obrigado por serem minhas fontes de amor aqui no aconchego do lar. Aos amigos de lá de BH e aos amigos que formei aqui também (sempre a turma do Rock – lá como aqui, e do Rock Punk).

Aos amigos e companheiros de trabalho no percurso desde 2004, e que se tornaram grandes amigos na vida; galera da OPAN (Cuiabá e Amazonas), Fernando Penna, Gustavo Silveira, Diogo Giroto, Magno Silva e Carlos Rodrigues; ao Ivar Busatto e sua esposa Thélia Pinheiro; ao Rafael Illenseer, Elton Rivas, Rosa Monteiro, e Miguel Aparício. À turma do IEB, grande aprendizado com Ailton Dias, Josinaldo Aleixo (grande mestre), Cloude Correia, Maria José Gontijo, Gordon Armstrong (*in memoriam*), Andréia Bavaresco e, agora de volta, toda a nova galera do PPI.

Em Viçosa, agradeço especialmente ao meu orientador Professor Marcelo Leles Romarco de Oliveira, pelas trocas de idéias, críticas, sugestões e acompanhamento próximo, se preocupando e se ocupando com o meu crescimento acadêmico.

Também agradeço de forma especial ao Romildo Assis Rezende, à Geusa Pereira, à Thais Teixeira, Carla Toledo, Fernanda Machado, Diana Dias, Márcia Campos, Túlio Borges e Anna Cláudia Campos, além dos queridos Judith, Vasco e Manolo (núcleo Ibérico), do José Antônio Brilhante, Beatriz Ribeiro Machado, Júlia Christo, Roberta Fontes, Rafael Farias, Priscila Coelho, Poliana Cardoso e Álvaro Andrade, colegas que estiveram sempre próximos, me auxiliando. Essa troca de experiências (na “salinha do mestrado” e em outros espaços) e compartilhamento

intenso de ideias entre irmãos que fizemos durante a jornada foi fundamental no processo de crescimento que o mestrado proporciona.

A todos os professores do Departamento de Economia Rural, do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFV, em especial aos professores José Ambrósio Ferreira Neto, Sheila Maria Doula, Luciano Rodrigues Costa, Allan Ferreira de Freitas, France Maria Gontijo Coelho e Fabrício Oliveira, pela abertura e generosidade com que me trataram e receberam meus trabalhos.

Em Lábrea, na fase anterior (e preparativa) à do mestrado na UFV, aos colegas do IFAM – Campus Lábrea, Professores Ricardo Bento, Paulo Vilela, Cléo Roger, Johnes Montenegro, Paulo Arruda e Fábio Teixeira. Ao professor Lissandro Botelho, por meio do qual conheci os amigos da Universidade de Santiago de Compostela, os professores Lourival Cardoso, Xosé Carlos Macía, Manuel Cabalar, Francisco Xosé Armas Quintá e Yamilé Pérez, tendo a oportunidade de ir falar de Lábrea e da Amazônia naquela belíssima região da Espanha.

Também em Lábrea aos amigos do ICMBIO, Joedson Quintino e José Maria Ferreira sem me esquecer da Adriana Mota, Leonardo Pacheco e Jefferson Lobato, veteranos da época do IBAMA. À equipe da CPT, Padre Fernando e Queops, todos do CIMI, Hoadson Leonardo (ao Gunter Kroemer *in memorian*), e ao Don Jesus Morazza, bispo da Prelazia durante anos e anos. À Vanderleide Ferreira de Souza do CNS e ao Raimundo Duarte Amâncio, diretor Centro de Estudos Superiores da UEA em Lábrea.

Por fim agradeço aos amigos dos movimentos sociais em Lábrea, indígena e extrativista, e a todos os participantes dessa pesquisa. Ao povo da cidade de Lábrea o meu mais profundo respeito à sua história, à trajetória individual de cada pessoa entrevistada, e especialmente à história de resistência das populações tradicionais da região.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO.....	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	6
Natureza da pesquisa e adequação do método ao rigor científico:.....	6
Etapas da pesquisa:	10
Técnicas utilizadas para a coleta de dados.....	12
Critérios para escolha dos participantes	13
Procedimentos de análise dos dados obtidos.....	13
CAPÍTULO 1 - PERCURSO TEÓRICO: CONFLITO SOCIAL COMO CATEGORIA ANALÍTICA.....	17
1.1. Conflito Social: abrangência do conceito	17
1.1.1. Conflito Social na Sociologia Clássica.....	20
1.1.2. Caminhos e vertentes da teoria do Conflito Social na sociologia contemporânea.....	24
CAPÍTULO 2 – LÁBREA, CENÁRIO(S) DE CONFLITOS SOCIAIS EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA(S)	35
2.1. O município de Lábrea e a fronteira do extrativismo vegetal da borracha: conflito social e o desencontro entre tempos históricos	36
2.1.2. A fronteira agropecuária no Sul do Amazonas: abertura de vias, desmatamento e explosão dos conflitos sociais	50
CAPÍTULO 3- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTRATÉGIA PARA FREAR O AVANÇO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E DO DESMATAMENTO..	63
3.1 Áreas Protegidas num contexto mais amplo.....	63
3.1.1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação brasileiro	73
3.1.2. Reservas Extrativistas: um breve histórico.....	77
CAPÍTULO 4 – CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS EM LÁBREA: DINÂMICA DE UMA FIGURAÇÃO SOCIAL INTERDEPENDENTE.....	89
4.1. Criação da Resex Ituxi: organização social face a pressão fundiária que vinha do sul.....	90
4.1.1. Resex Médio Purus: cerco das terras indígenas persistência do sistema de aviamento e um “mosaico de conflitos sociais”	100
4.1.2. Consulta Pública para a criação das Resex´s: conflito como confronto social explícito e não violento	107

CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES	130
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	131
ANEXOS.....	132
ANEXO A - Unidades de Conservação de Proteção Integral:	132
ANEXO B - Unidades de Conservação de Uso Sustentável:	133

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região da pesquisa – município de Lábrea – AM.....	8
Figura 2: Etapas da realização da pesquisa.....	10
Figura 3: Vertentes da Teoria do Conflito Social.....	26
Figura 4: Típico barracão de seringalista às margens do rio Purus.....	42
Figura 5: Embarcações a vapor no porto do Seringal Cachoeira, no rio Purus.....	42
Figura 6: Malha rodoviária projetada para a Amazônia Legal na década de 1970.....	51
Figura 7: Rede de estradas (oficiais e não oficiais) nos municípios do sul do Estado do Amazonas.....	57
Figura 8: Áreas Protegidas incidentes no município de Lábrea.....	61
Figura 9: Divisão das colocações e estradas de seringa em um seringal tradicional da Amazônia.....	82
Figura 10: Localização da Resex Ituxi em relação ao município de Lábrea.....	96
Figura 11: Mapa do potencial mineral da sub-região do Purus.....	98
Figura 12: Localização da Reserva Extrativista do Médio Purus em relação às terras indígenas adjacentes.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População residente em Lábrea, proporção entre rural e urbana.....	9
Quadro 2: Codificação dos entrevistados, evidenciando sexo, tipo de instituição e tempo de vínculo com as Resex's.....	15
Quadro 3: Categorias de áreas protegidas adotadas pela Assembleia Geral da IUCN em 1994.....	67
Quadro 4: Tipos de conflitos sociais envolvendo a criação das Resex's Médio Purus e Ituxi em Lábrea.....	115

LISTA DE SIGLAS

- ALAP - Área sob Limitação Administrativa Provisória
- APADRIT - Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
- APEL – Associação dos Pescadores de Lábrea
- ATAMP - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- AP – Área Protegida
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Viçosa
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
- CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
- CODESAV - Comissão Executiva Permanente de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Estado do Amazonas
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
- DNPM – Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
- FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
- FOCIMP – Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
- IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- IFT – Instituto Floresta Tropical
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IUCN - International Union for Conservation of Nature

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus

RESEX – Reserva Extrativista

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STTRL – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDHEVEA – Superintendência da Borracha

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TI – Terra Indígena

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UC – Unidade de Conservação

USC – Universidade de Santiago de Compostela

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

RESUMO

FRANCO, Marcelo Horta Messias, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2017. **Conflito social e a criação de reservas extrativistas no município de Lábrea - AM.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar os conflitos sociais existentes em torno da criação de duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia brasileira, as Reservas Extrativistas do Médio Purus e Ituxi, no município de Lábrea, sul do Estado do Amazonas. Reserva Extrativista é uma categoria de área protegida instituída pelo poder público, concebida a partir de discussões propostas pela sociedade civil organizada dentro de um contexto local de luta fundiária e afirmação identitária no sudoeste da Amazônia brasileira em fins da década de 1980. No presente estudo de caso, buscou-se identificar o conjunto de atores sociais e os interesses envolvidos com a criação de duas dessas áreas numa região contextualizada enquanto zona de expansão fronteiriça com avanço de desmatamento. Privilegiou-se como método de coleta de dados, a utilização de instrumentos qualitativos, como a observação participante, e a aplicação de entrevistas estruturadas. Por meio de levantamento bibliográfico a respeito dos aspectos históricos, geográficos e culturais a unidade de análise foi caracterizada, apresentando o cenário da investigação. A análise dos dados obtidos no trabalho de campo trouxe como resultado principal um quadro atualizado das disposições dos atores sociais envolvidos na questão das Resex's em Lábrea, possibilitando a discussão sobre uma série de questões a respeito de comportamentos, articulações e (re) posicionamentos dentro da figuração social, de maneira a confirmar o pressuposto sociológico de que o conflito, longe de ser um fator negativo do convívio em sociedade, representa um elemento propulsor de transformações, dentro de uma realidade social que é invariavelmente dinâmica e interdependente.

ABSTRACT

FRANCO, Marcelo Horta Messias, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2017.
Social conflict and the creation of extractive reserves in the municipality of Labrea - AM. Advisor: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

This research aims to analyze social conflicts around the creation of two Protected Areas in the municipality of Lábrea, southern Amazonas State, Resex Middle Purus and Resex Ituxi. Extractive Reserve (Resex) is a category of protected area instituted by the public power, conceived from discussions proposed by organized civil society in a local context of land struggle and identity affirmation in the southwest of the Brazilian Amazon in the late 1980s. In this case study, we sought to identify all stakeholders and interests involved in the creation of this two protected areas in a region contextualized as a zone of border expansion with deforestation advancement. The use of qualitative instruments, such as participant observation, and the application of structured interviews were privileged as method of data collection. Through a bibliographical survey on historical, geographic and cultural aspects the research scenario was presented and the unit of analysis was characterized. The analysis of the data obtained in the fieldwork brought as main result an updated figuration of the dispositions of the social actors involved in the issue of Resex in Labrea, allowing the discussion on a series of questions about behaviors, articulations and (re) positioning on the Social figuration, in order to confirm the sociological assumption that conflict, far from being a negative factor in society, represents a propelling element of transformations within a social reality that is invariably dynamic and interdependent.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil, desde os primeiros anos de colonização européia, até os dias recentes é uma história da expansão de fronteiras, movimento com início no século XVI, no sentido litoral às zonas interioranas, e que foi capaz de promover encontros interculturais e modificações de paisagens, proporcionando desde então a formação de novas configurações sociais, o que se deu, diga-se de passagem, não sem a ocorrência de incontáveis eventos de conflitos, muitos deles sangrentos, entre os agentes envolvidos neste processo (MARTINS, 2009; BECKER, 2009).

Sempre associada a fatores econômicos dentro da lógica mercantil da conquista, pouco importava para o colonizador, se as áreas de expansão se encontravam já ocupadas por povos nativos ou mesmo por outros grupos humanos tradicionalmente estabelecidos e com dinâmicas culturais e territoriais próprias (LITTLE, 2002; WALLERSTEIN, 2006).

O município de Lábrea-AM, unidade de análise da presente pesquisa, com seus 131 anos de fundação, tem sua história vinculada à época da chegada de uma fronteira de exploração intensamente vivenciada a partir da metade do século XIX, que foi a fronteira da exploração da borracha nativa, período que ficou conhecido como seringalismo (FERRARINI, 2009; SILVA, 2012). Integrante da região sul do Estado do Amazonas, a Lábrea dos tempos atuais está na zona de expansão da fronteira agropecuária brasileira, que pressiona com mais intensidade a porção sul de seu território (VITEL, 2009; MENEZES, 2011).

Município amazonense situado entre as bordas dos estados de Rondônia e Acre, numa região onde foram detectadas altas taxas de desmatamento florestal nas duas últimas décadas, Lábrea tem as características típicas das regiões da Amazônia brasileira por onde avança a nova fronteira econômica, combinando elementos como alta concentração fundiária, retirada indiscriminada de madeira, corte raso para a instalação de pastagens, ou do monocultivo para exportação (LIMA, 2008), além da pouca presença e efetividade do Estado brasileiro, que vem demonstrando ao longo dos anos a sua negligência, isso quando não há o envolvimento de agentes políticos em ilícitos ambientais.

Marcante foi, há que se ressaltar, o impulso colonizador imposto pela ditadura militar (1964-1985) através dos programas oficiais de ocupação da Amazônia, com destaque para a abertura de rodovias federais em zonas de floresta densa, juntamente com

projetos de colonização agrícola. Alguns destes empreendimentos afetaram diretamente a unidade de análise aqui tratada, podendo ser citadas nesse sentido a abertura das estradas BR 230, conhecida como rodovia Transamazônica, além da BR 364, ligando a região centro-oeste do Brasil aos estados de Rondônia e Acre e a BR 319, ligando a capital do Amazonas à Rondônia, com projetos de assentamentos de colonos a eles vinculados (FERRARINI, 1976; BECKER, 1988, KOHLHEPP, 2002).

São fatores como estes que, somados a posteriores projetos governamentais de propósito e escala semelhantes com incidência na região, culminaram para que Lábrea se destacasse como integrante de uma lista das municipalidades que mais desmataram no Brasil¹, algo que gerou consequências negativas para a imagem do município, evidenciando também o conflito entre distintas visões de desenvolvimento que se reflete dentro da própria estrutura governamental.

Replicado na dimensão local dos acontecimentos, tal conflito de interesses, ao gerar aumento do desmatamento florestal, instigou atores sociais de Lábrea a se mobilizarem a fim de proporem mecanismos que garantissem a conservação da floresta e o uso desses territórios pelas Populações Tradicionais residentes nesses espaços. Nesse sentido, a região viveu, a partir do ano 2000, uma série de mobilizações, protagonizadas por movimentos sociais como o Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS², Igreja Católica, ONGs socioambientalistas, Sindicato de Trabalhadores Rurais, entre outros, reivindicando a criação das Resex's³ Médio Purus e Ituxi, em duas extensas áreas banhadas por esses dois rios principais do município, o rio Purus e o rio Ituxi.

A resistência por parte de atores contrários à criação de Unidades de Conservação, os quais, apegados a uma concepção de desenvolvimento completamente distinta da dos primeiros, se fez sentir, por sua vez, por meio de intensa campanha de informações contrárias aos propósitos das Reservas Extrativistas, ação capitaneada pelo próprio poder

¹O Ministério do Meio Ambiente torna pública, desde o ano de 2007, por meio de decretos (o primeiro foi o Decreto 6.321 de 21 de dezembro de 2007), uma lista de municípios prioritários onde incidem ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia (CARRERO, et. al., 2013); Lábrea vem figurando assiduamente nestas listas, sempre que publicadas, em razão do desmatamento ilegal descontrolado na zona sul de seu território;

²Antigo Conselho Nacional dos Seringueiros, que teve como um dos principais expoentes, na década de 1980, o líder sindical acreano Chico Mendes, assassinado em 1989 em Xapuri no Estado do Acre (NAKASHIMA, 2004).

³Será utilizado, ao longo desse trabalho, como plural de Resex, que é uma abreviatura convencionada para "Reserva Extrativista", o termo "Resex's".

executivo local junto à sociedade labrense em geral, sobretudo junto às comunidades da zona rural, aonde vieram a incidir as UCs.

Ao grupo de políticos locais contrários às Resex's, se somaram os grandes proprietários rurais de terras na zona sul de Lábrea. Enquanto os primeiros, na maioria comerciantes, descendentes diretos dos antigos seringalistas, desejavam manter o controle sobre as cadeias produtivas do agroextrativismo na bacia do Purus afirmando-se os legítimos proprietários de lagos, castanhais e seringais, o segundo grupo via na exploração intensiva dos recursos florestais em extensas porções de terras públicas por eles ocupadas, a maneira ideal para alavancar seus negócios e conseqüentemente o progresso da região e do país.

Tal contexto de tensão entre dois distintos pólos - a favor e contrários - à criação das Reservas Extrativistas no município de Lábrea teve seu ápice durante a reunião de consulta pública, ocorrida no dia 22 de julho de 2006 na sede municipal, evento promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, como parte fundamental do rito de criação de Unidades de Conservação. Na ocasião as pessoas puderam manifestar suas posições (a favor e contrárias) a respeito do tema (ALEIXO, 2011).

Este e outros episódios de acirramento dos conflitos sociais envolvendo disputas territoriais e pelo uso dos recursos naturais em Lábrea puderam ser vivenciados pelo autor, instigando, já no ano de 2005, ano da chegada na região para um trabalho pela organização indigenista OPAN⁴, o imaginário sociológico sobre conflitos sociais na Amazônia.

A permanência por um longo período na região, vivendo e trabalhando inclusive em uma ONG que apoiou o processo de criação e posteriormente de implementação das duas Resex's em questão⁵, possibilitou uma visualização mais ampla do quadro dos conflitos com uma noção da complexidade da trama de relações sociais mobilizadas em relação ao tema Resex e Áreas Protegidas de um modo geral, conhecimento acumulado que, durante o mestrado em Extensão Rural pôde receber um tratamento acadêmico emergindo finalmente como problema de pesquisa.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar os conflitos sociais existentes em torno da criação desse tipo de território no município de Lábrea-AM,

⁴ Operação Amazônia Nativa, ONG indigenista com sediada em Cuiabá - MT www.amazonianativa.org.br ;

⁵Pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil- IEB, ONG socioambientalista com sede em Brasília - DF.

identificando os atores sociais envolvidos em conflitos a partir da mobilização pela criação das duas Unidades de Conservação de uso sustentável. Coube ainda investigar o cenário da fronteira de expansão para a região sul do Estado do Amazonas nas últimas décadas, de modo a contextualizar os conflitos e a demanda por Áreas Protegidas na região.

A escolha do município de Lábrea como unidade de análise se deu pela visibilidade trazida pelos altos índices de desmatamento recentemente detectados, evidenciado no seu enquadramento na lista suja do MMA, e também pela sua localização numa região de fronteira.

As Reservas Extrativistas (Resex's) do Médio Purus e Ituxi, por sua vez, foram trazidas ambas para dentro do recorte analítico pelo fato da mobilização pela sua criação ter se dado em conjunto e no mesmo período com o envolvimento dos mesmos atores.

Trata-se de duas áreas criadas, por meio de demanda das populações tradicionais, no ano de 2008, com área de aproximadamente 1.380.554,4 hectares⁶, dentro dos dois principais cursos de rios de um município de tradição seringalista, envolvendo expressivo contingente populacional e contrariando interesses econômicos e estruturas de poder arraigadas.

A perspectiva sociológica da figuração social, com ênfase no caráter processual das relações entre indivíduos interdependentes foi escolhida para iluminar o quadro analítico proposto (ELIAS, 2008). Assim, os modelos Elisianos de jogos de competição são úteis para tornar evidentes as configurações sociais ou “força relativa dos jogadores num modelo de competição” (Idem, p.81). O jogo, nessa perspectiva, é uma combinação provisória e dinâmica das relações sociais onde duas ou mais pessoas medem forças, situação básica na qual os indivíduos invariavelmente se encontram em relação uns com os outros, mesmo que de forma inconsciente (ELIAS, 2008).

No caso de Lábrea se pôde observar que os atores sociais envolvidos assumiram claramente posições em relação à criação das Reservas Extrativistas, de maneira que seu posicionamento forma uma figuração social, ora se articulando ora se confrontando, de maneira dinâmica e interdependente (CHARTIER, 2001; NASCIMENTO, 2001).

Parte-se do pressuposto teórico, portanto, de que o conflito é um fato *sui generis*, estando presente em todas as formas sociais (SIMMEL, 1983, p.123). Assume-se o

⁶A Resex Médio Purus foi criada com 604.231,22 hectares de extensão, e a Resex Ituxi com 776.940 ha, aproximadamente (ICMBIO/UFV, 2015).

itinerário teórico do *conflict transformation*, ou seja, do conflito como transformação social (VAYRYNEN, 1991 apud FERREIRA, 2005). Considera-se dessa maneira o conflito social como fenômeno sociativo, em contraposição à sua abordagem enquanto mera disfunção social.

Isto posto, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos, além do tópico introdutório, englobando os seus objetivos, geral e específicos; de uma seção acerca do seu enquadramento metodológico, e do tópico conclusivo, tratando das considerações a respeito do trabalho realizado.

No primeiro capítulo será apresentado o itinerário teórico percorrido dentro do tema Conflito Social, passando pela revisão bibliográfica da sociologia clássica pertinente ao conceito, às correntes teóricas contemporâneas, apontando, dentro do leque de possibilidades abertas pela diversidade de abordagens disponíveis no campo da Sociologia, aqueles autores cujas teorias foram escolhidas para auxiliar no desenvolvimento do problema de pesquisa proposto.

No segundo capítulo será trazido o contexto regional no qual se insere a problemática da pesquisa. O município de Lábrea, com a trajetória histórica ligada à economia da borracha nativa e ao extrativismo, será apresentado, frisando a sua condição de região de fronteira, com grande extensão territorial, sendo detectadas características como tensão fundiária, desmatamento florestal e mudança do uso da terra. Permeando esses tópicos, a discussão acerca da dinâmica da expansão de fronteiras na Amazônia brasileira e suas consequências, será trazida, tratando o termo fronteira enquanto categoria analítica de grande relevância no debate.

No capítulo três será inserida a discussão a respeito da criação de Unidades de Conservação como estratégia para barrar o avanço do desmatamento causado pela expansão das fronteiras econômicas na Amazônia. Assim, será abordada a discussão global sobre conservação da biodiversidade, o papel do Movimento sociambientalista enquanto ator social com influência em dinâmicas locais, bem como o contexto de formulação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil.

A discussão específica sobre a categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada Reserva Extrativista (Resex), abordando suas características, bem como o contexto histórico em que se deu a sua formulação será também trazida, levando em consideração o recorte analítico proposto pela pesquisa.

No quarto e último capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa empírica, abordando inicialmente pontos específicos sobre a criação das Reservas Extrativistas (Resex) do Médio Purus e (Resex) Ituxi, de modo a pontuar os conflitos relacionados a cada um dos dois casos específicos. Também será trazido, na perspectiva dos atores sociais envolvidos, o momento considerado como estopim do conflito envolvendo a criação das Resex's em Lábrea, que foi a consulta pública realizada no município no ano de 2006.

Na conclusão do estudo procurar-se-á esboçar a figuração social dos atores sociais implicados anos após a criação das Unidades de Conservação, discutindo até que ponto é possível se afirmar que o conflito social nesse estudo de caso consistiu mesmo em um fator de sociação, ou seja, de transformação social pelo seu aspecto positivo.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Natureza da pesquisa e adequação do método ao rigor científico:

A pesquisa consiste num estudo de caso de caráter qualitativo, valendo-se de instrumentos analíticos explicativos e descritivos para que se alcançassem os objetivos propostos. Foi dada ênfase no trabalho de campo, privilegiando-se a observação da realidade social⁷, com o livre exercício da imaginação sociológica (MILLS, 1969), levando-se em consideração também os aspectos históricos, geográficos e culturais da unidade de análise pesquisada.

Assim, acredita-se que a delimitação e especificação da pesquisa enquanto estudo de caso abriram espaço para a proposição da contextualização e descrição específicas da unidade de análise, permitindo também a comparação do caso estudado com outros de características semelhantes⁸, bem como a verificação da possibilidade da generalização de alguns fenômenos observados na esfera micro para a esfera macro-social (ELIAS, 2000).

Procurou-se prezar, contudo, pelo rigor do método científico, buscando ao máximo a objetivação da realidade estudada, considerando assim “os fenômenos sociais em si

⁷Observação participante, levando em conta o contato prévio do pesquisador por anos com o objeto de pesquisa, como mencionado no capítulo introdutório desse trabalho;

⁸O presente estudo, por exemplo, encontra bases de comparação com vários outros disponíveis, que também relacionam o conflito social à criação de Unidades de Conservação no Brasil como em SANTOS, 2009; IBIAPINA 2012; PEREIRA, 2016; ROCHA, 2012; SCHMITZ et.al.2010.

mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem” (DURKHEIM, 2007, p.28). O método científico utilizado, todavia, se aproximou mais do fenomenológico do que do positivista, uma vez que foram considerados não só o objeto, mas também os sujeitos na pesquisa, estes como parte do processo de construção de uma realidade multidimensional (GIL, 2008).

Nesse sentido afirma Bicudo (1994) apud Gil (2008):

[...] do ponto de vista fenomenológico a realidade não é tida como algo objetivo e passível de ser explicado como um conhecimento que privilegia explicações em termos de causa e efeito. A realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado. Não há, pois, para a fenomenologia realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações (Bicudo, 1994, p. 18 apud Gil, 2008, p.14).

A pesquisa fenomenológica parte, portanto, da compreensão do modo de viver das pessoas no cotidiano, e não a partir de definições e conceitos pré-moldados, como no modo positivista. Destaca-se, todavia, que o abandono de pressupostos e julgamentos é condição fundamental para se fazer ciência em ambas as perspectivas, que se afirmam como científicas (GIL, 2008, p.15-16).

Sobre a relevância do método histórico nas pesquisas em Ciências Sociais, Gomides (2002) afirma que, como todas as formas de vida social, suas instituições e costumes têm origem no passado, “é imprescindível que se busque as raízes destas para compreender sua natureza e função” (Idem, p.05). Também dentro desta perspectiva, Santos (2014) irá afirmar que “a análise histórica se preocupa com aspectos de mudança e continuidade social” (SANTOS, p.542), elementos que, segundo esse autor, são complementares, “inexistindo a ruptura pontual e completa no que diz respeito a eventos sociais do ponto de vista histórico” (idem).

Quanto à pretensão analítica de ser uma pesquisa explicativa, Gil (2008) destaca que, no enfoque explicativo, o que se propõe é a verificação de hipóteses causais, “identificando fatores que determinem ou contribuem para a ocorrência do fenômeno em questão” (GIL, 2008, p.27-28).

Em relação ao método descritivo na pesquisa social, Triviños (1987) apud Oliveira (2011), afirma ser este um método utilizado quando se tem a intenção de alcançar com mais precisão as características de determinado fato ou fenômeno de determinada realidade. No caso da presente pesquisa, a vivência do pesquisador, observando,

interpretando ou simplesmente descrevendo a realidade social vivida, deve ser considerada como parte relevante do método de pesquisa.

Por meio das perguntas proferidas nas entrevistas com os atores sociais envolvidos com as Reservas Extrativistas Médio Purus e Ituxi em Lábrea, buscou-se, enfim, detalhes de eventos marcantes, abordados nas respectivas narrativas que foram registradas observando os distintos pontos de vista existentes, inclusive os do próprio pesquisador.

Unidade de análise:

O recorte analítico da pesquisa são duas Reservas Extrativistas (Médio Purus e Ituxi), localizadas no município de Lábrea. Município este que pertence à região de fronteira, no Sul do Estado do Amazonas, na microrregião região do médio Purus, divisa com os estados do Acre e Rondônia. Com aproximadamente 68.262,696 km² de extensão territorial, Lábrea é o décimo município brasileiro em tamanho (IBGE, 2015). Na Figura 1, é possível observar a sua localização, bem como se ter uma ideia da dimensão territorial desta municipalidade amazônica.

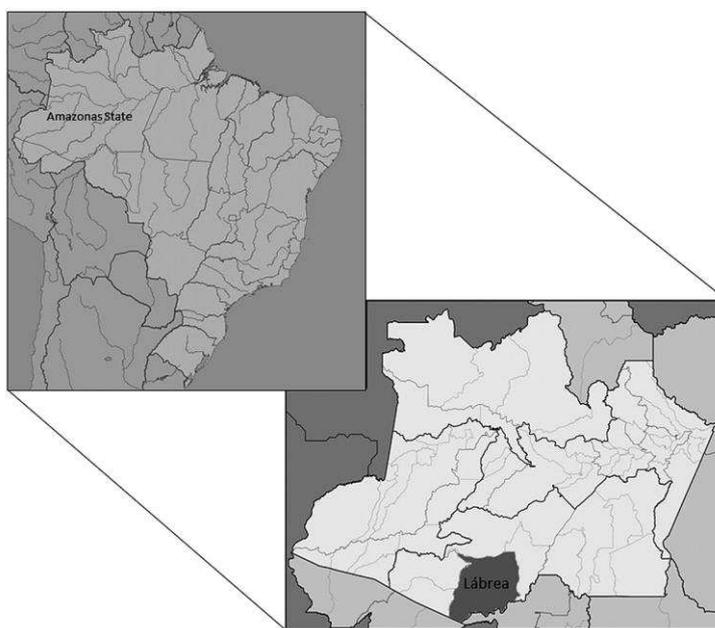


Figura 1: Região da pesquisa – município de Lábrea/AM

Fonte: DIAS et. al., 2012.

Em relação à sua população, de acordo com o último senso demográfico (2010), Lábrea contava com um contingente populacional de 37.701 habitantes, sendo que destes,

64% viviam na zona urbana. A estimativa para a população para 2016 foi de 44.071 habitantes (Quadro 1):

Quadro 1: População residente em Lábrea, proporção entre rural e urbana

Urbana	Rural	Total
24.207 (64%)	13.494 (36%)	37.701
Estimativa (total) para 2016		44.071

Fonte: adaptado de IBGE, 2017;

Em relação aos seus aspectos socioeconômicos, é marcante a disparidade existente em Lábrea entre os índices PIB⁹ e IDH¹⁰. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)¹¹, o IDH do município foi de 0,531, considerado baixo. Levando em consideração os dados do MDS¹² que registrou que em 2015, aproximadamente, 5.811 famílias em Lábrea precisaram ser atendidas pelo Programa Bolsa Família¹³ (MDS, dados de dezembro de 2015), além dos dados do último Censo do IBGE (IBGE, 2017) que apontou que mais de 80% da população de Lábrea vive com renda de até um salário mínimo (menos de mil reais por mês, 300 dólares aproximadamente), pode-se afirmar categoricamente que Lábrea é um município marcado pela profunda disparidade social.

Na contramão dessa realidade o PIB de Lábrea é um dos maiores do estado do Amazonas, impulsionado pela atividade agropecuária desenvolvida na porção sul de seu território. Segundo dados do IBGE, somente esse setor movimentou mais de cento e cinquenta milhões de reais no entre os anos de 1999 e 2012¹⁴. O PIB per capita de Lábrea, que representa o valor das riquezas geradas dividido pela sua população total ficou em 8.136,65 reais, valor que não condiz com a renda média da população urbana do

⁹Produto Interno Bruto;

¹⁰Índice de Desenvolvimento Humano;

¹¹Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/labrea_am.

¹²Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

¹³O Bolsa Família é uma política pública concebida para combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil. Criado em outubro de 2003 pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o programa é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e possui três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos, e articulação com outras ações. Seu objetivo é que as famílias deixem a condição de extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. Sua gestão é descentralizada na estrutura burocrática do Governo Federal (MDS, 2017).

¹⁴ Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=130240&idtema=134&search=amazonas%7Clabrea%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2012> (série revisada).

município, distante cerca de 700 km da região onde ocorre a pecuária extensiva, muito mais próxima, portanto do município de Boca do Acre, onde boa parte do gado é beneficiada e escoada para outras regiões.

Segundo dados do Zoneamento Ecológico da Sub-Região do Purus - ZEE- Purus, no ano de 2008 Lábrea chega ao 9º maior PIB do Estado do Amazonas, registrando também as maiores taxas de crescimento econômico, tanto relativo, quanto absoluto, crescendo 496,9% naquele ano (ESTADO DO AMAZONAS, 2011). O documento relaciona esse expressivo crescimento ao “acelerado processo de ocupação da fronteira” (p.173).

Em relação ao avanço da atividade pecuária, o ZEE Purus, apresentou dados do IBGE e da CODESAV¹⁵ contabilizando na região o maior rebanho bovino de todo o Estado do Amazonas, 393.254 cabeças, pela contagem do IBGE e 452.749, segundo a CODESAV, dados relativos ao ano de 2008 (ESTADO DO AMAZONAS, 2011).

Etapas da pesquisa:

A pesquisa ocorreu obedecendo as seguintes etapas: (a) levantamento bibliográfico, (b) análise documental, (c) trabalho de campo, (d) análise e sistematização dos dados de campo, e (e) confecção do trabalho final, conforme ilustrado na figura a seguir:

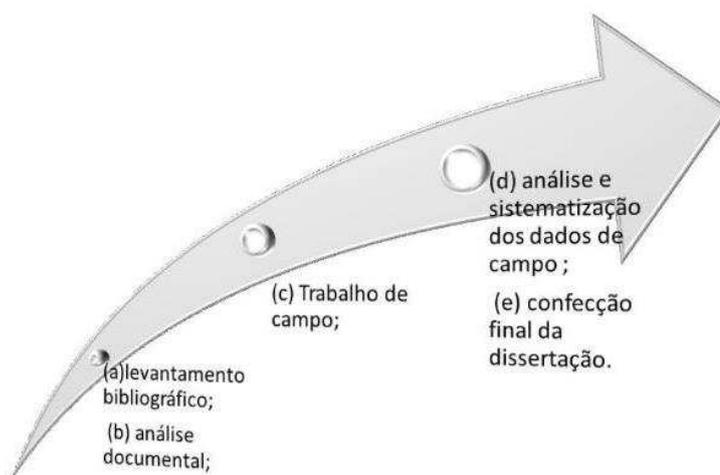


Figura 2: Etapas da realização da pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

¹⁵Comissão Executiva Permanente de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, Estado do Amazonas.

Desse modo, na primeira parte do trabalho (itens a e b), buscou-se o aprofundamento bibliográfico tanto sobre a região, quanto sobre o tema Reservas Extrativistas de um modo geral, além dos aspectos históricos e conjunturais da criação das Resex's Médio Purus e Ituxi. Ainda nessa primeira fase foi realizado o levantamento bibliográfico relacionado às categorias analíticas utilizadas no decorrer do trabalho.

Antes de dar início, contudo, ao trabalho de campo, procedeu-se com um mapeamento institucional prévio, ou seja, um levantamento amplo do conjunto de instituições e pessoas presentes e atuantes no município de Lábrea, que tinham relação de interesse direto com o tema das Resex's. Nessa etapa, ajudou a experiência anterior de trabalho na região, facilitando o acesso a documentos referentes a esse item, previamente organizados e disponíveis¹⁶.

A realização do trabalho de campo se deu, enfim, no segundo semestre de 2016, entre os dias 24 de outubro a 06 de dezembro, sendo que foram realizadas ainda duas entrevistas complementares nos meses de fevereiro e março de 2017. As entrevistas foram norteadas por um roteiro estruturado (Apêndice I) e submetido à apreciação ao Comitê de Ética com Pesquisas com Seres Humanos (CEP/UFV e Plataforma Brasil)¹⁷, juntamente com outros documentos, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual dava ciência à pessoa entrevistada dos objetivos da pesquisa, garantindo a preservação da identidade dos entrevistados seguindo padrões profissionais de sigilo e confidencialidade estipulados por Lei¹⁸, e também a garantia do acesso aos resultados da pesquisa e contato com a instituição do pesquisador¹⁹.

Ainda nessa fase de realização da pesquisa, foram aproveitadas todas as oportunidades de participação no nível local em eventos tais quais seminários e reuniões da sociedade civil, além de conversas informais com moradores da cidade de Lábrea sobre o tema das Resex's, o que ajudou a elucidar questões do problema da pesquisa, bem como complementar informações fornecidas pelos entrevistados.

Após a realização da fase empírica, deu-se a sistematização dos dados primários coletados, com a transcrição sistemática e na íntegra de 17 entrevistas realizadas, ao passo

¹⁶Alguns desses documentos estão disponíveis no site: <http://www.ieb.org.br/index.php/publicacoes/>

¹⁷Pelo site: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>

¹⁸Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata de diretrizes para pesquisa com seres humanos na área de saúde, e que também se aplica às Ciências Sociais;

¹⁹A liberação para a realização do trabalho de campo se deu pelo parecer consubstanciado do CEP de n. 1.763.911, em 06 de outubro de 2016.

em que se confeccionava e se estruturava em capítulos a versão final do texto dissertativo para a apreciação do orientador do estudo.

Técnicas utilizadas para a coleta de dados

Foram privilegiadas como técnicas de coletas de dados no presente estudo, além da realização de entrevistas norteadas por um roteiro estruturado com atores sociais previamente identificados, técnicas de observação da realidade social, como a observação simples e observação participante (GIL, 2008). Enquanto na observação simples o pesquisador permanece distante, ou seja, alheio ao grupo ou situação que pretende estudar, observando de maneira espontânea os fatos, como se fosse um espectador (Idem, p.101), a observação participante requer que esse esteja devidamente inserido no contexto social, absorvido pelos atores locais em suas estruturas de significação, ou “códigos estabelecidos” (GEERTZ, 2008, p.7).²⁰

Nesse sentido, a inserção do pesquisador por um período relativamente longo no contexto social onde se realizou a pesquisa, ao mesmo tempo em que favoreceu o processo de identificação dos distintos atores sociais e as suas motivações, assim como a localização de documentos pertinentes para a análise, trouxe, por outro lado, algumas dificuldades no processo de abordagem dos atores sociais, sobretudo os contrários às Resex's. Assim, percebeu-se que os participantes da pesquisa associaram, de uma maneira ou de outra, o pesquisador à sua atuação e trabalho com as Resex's.

Sem deixar de assumir, todavia, em todas as fases da pesquisa, a posição social do pesquisador na figuração, buscou-se, na conjugação de várias técnicas de coleta de dados, a sintonia com os padrões científicos requeridos. Ademais, no transcorrer das entrevistas em campo, buscou-se uma adequada abordagem dos participantes com estratégias de postura corporal, justificativa oral dos objetivos da pesquisa e vinculação com instituição pública de ensino, bem como a obediência da estrutura das perguntas proferidas, previamente pensadas no roteiro estruturado (Apêndices A e B).

Assumiu-se, portanto, o grau de envolvimento do pesquisador com o objeto estudado, com consciência plena de seu posicionamento ideológico, e do impacto das

²⁰Esse autor da antropologia contemporânea lança mão da contribuição analítica do campo da semiótica para construir sua tese da interpretação das culturas, a partir de o que chamou de “descrição densa” (GEERTZ, 2008, PORTELLA, 2012).

formulações previamente concebidas nas conclusões do trabalho. De maneira a atenuar esse traço, buscou-se, na medida do possível, o exercício do distanciamento, e da autocrítica (ELIAS, 1998; OLIVEIRA, 1996).

Critérios para escolha dos participantes

Foi adotado como critério para a escolha dos participantes o critério da intencionalidade, ou amostragem por tipicidade (GIL, 2008). Que versa ser “um tipo de amostragem não probabilística que consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2008 p. 94). Ressalta ainda o autor, que nesses casos, se requer conhecimento prévio do contexto e da população pesquisada.

Dessa maneira, a partir do conhecimento prévio do contexto e do mapeamento institucional previamente realizado, buscou-se equilibrar a quantidade de entrevistas a serem realizadas em três grupos de entrevistados, de maneira que, no primeiro momento buscou-se entrevistas com atores sociais pró-Resex's, tais como presidentes de associações dos extrativistas, membros dos movimentos sociais e moradores das duas Unidades de Conservação, engajados no processo de criação desde o seu início.

Em um segundo momento da realização do trabalho de campo, buscou-se o contato com pessoas contrárias às Resex's, atores que se posicionassem críticos à sua existência e à forma como vem se dando a gestão das unidades. Buscou-se entrevistar, finalmente num terceiro momento, pessoas relacionadas de alguma forma à questão das Resex's, mas que estivessem posicionadas em funções que lhes permitissem uma visão ampla do contexto. Entre estes entrevistados estavam agentes de governo (federal e municipal) e instituições externas, tais como as ONGs com atuação no município de Lábrea.

Vale ressaltar, que na opção por esse tipo de amostragem (amostragem por tipicidade), os atores sociais abordados não foram descolados de seu contexto social, ou seja, não foi desconsiderada em momento nenhum da pesquisa a sua função na figuração, sendo, portanto, considerada a relação de interdependência entre estes e o contexto dentro do qual estão inseridos (ELIAS, 1994).

Procedimentos de análise dos dados obtidos

Quanto à técnica de análise dos dados coletados, buscou-se privilegiar a conjugação do material disponível (YIN, 2003, p.120) ²¹, proveniente das diferentes fontes de coleta de dados. O material bibliográfico acessado foi devidamente organizado em pastas e fichas de leituras para a utilização nos capítulos temáticos. Já a documentação acessada foi útil para a realização do mapeamento institucional, bem como para confrontar dados obtidos nas entrevistas estruturadas.

Em relação ao tratamento do material disponível advindo das transcrições das entrevistas realizadas, procedeu-se com a identificação codificada dos participantes, de maneira a obedecer ao princípio da confidencialidade, conforme a Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (Cap. III, item I, letra i).

Realizadas todas as entrevistas dentro do critério dos três grupos propostos, buscou-se organizar o material coletado seguindo a mesma lógica. Assim, as linhas “Grupo 1”, “Grupo 2” e “Grupo 3” da tabela a seguir, correspondem ao agrupamento proposto no momento anterior à realização das entrevistas, que se confirmou mediante a análise das respostas dos participantes das perguntas proferidas (Apêndice I).

O Grupo 1 (G1) da tabela a seguir, corresponde, portanto, aos atores sociais engajados desde a criação à gestão das Reservas Extrativistas (atores denominados pró-Resex's). No Grupo 2 (G2) foram encaixados os atores sociais que, inteirados das questões que envolvem as Reservas Extrativistas, apresentaram em seu discurso, uma visão tecnicamente mais qualificada do tema, contribuindo no aspecto da contextualização da pesquisa. Finalmente no Grupo3 (G3), foram encaixados aqueles atores sociais previamente identificados como contrários à criação das Resex's (segundo momento de abordagem dos participantes), inseridos ali também aqueles que, durante as entrevistas se apresentaram como críticos à sua gestão, explicitando o conflito social existente em torno da questão. O quadro a seguir explicita, dessa forma, o perfil das pessoas entrevistadas, identificando sexo, idade, tipo de instituição a qual é ligada e o tempo de vínculo de vida ou trabalho em relação à região onde foram criadas as Resex's:

²¹Segundo esse autor, que utiliza o termo “triangulação” no sentido de conjugação, esse é o fundamento lógico para se utilizar várias fontes de evidências no desenvolvimento de linhas convergentes de investigação.

Quadro2: Codificação dos entrevistados, evidenciando sexo, tipo de instituição e tempo de vínculo com as Resex's;

N.	CÓDIGO	IDADE	SEXO	Tipo de instituição	Tempo de vínculo com a região onde foram criadas as Resex's
GRUPO 1 – Atores sociais engajados pró-Resex					
01	E1G1	48 anos	Masculino	Associação de Moradores	48 anos*
02	E2G1	63 anos	Masculino	Associação de Moradores	20 anos
03	E3G1	57 anos	Masculino	Associação de Moradores	57 anos*
04	E4G1	42 anos	Feminino	Movimento Social	16 anos
05	E5G1	30 anos	Masculino	Associação de Moradores	8 anos
06	E6G1	42 anos	Masculino	Associação de Moradores	42 anos*
GRUPO 2 – Atores do poder público e ONGs					
07	E1G2	36 anos	Masculino	Poder Público Federal	17 anos
08	E2G2	50 anos	Masculino	ONG	24 anos
09	E3G2	38 anos	Masculino	Poder Público Municipal	13 anos
10	E4G2	49 anos	Masculino	ONG	12 anos
11	E5G2	51 anos	Feminino	Poder Público Municipal	17 anos
12	E6G2	35 anos	Masculino	Poder Público Federal	35 anos*
GRUPO 3 - Atores sociais críticos a criação das Resex					
13	E1G3	54 anos	Masculino	Sindicato/Associação	21 anos
14	E2G3	46 anos	Masculino	Câmara de vereadores	20 anos
15	E3G3	36 anos	Feminino	Associação dos Pescadores	17 anos
16	E4G3	58 anos	Masculino	Sociedade Civil	58 anos*
17	E5G3	55 anos	Masculino	Câmara de Vereadores	55 anos*

Fonte: Organizado pelo autor 2017. Pesquisa de campo 2016.*Pessoas nascidas na zona rural de Lábrea onde foram criadas posteriormente as Resex's.

Como se pode interpretar mediante leitura do quadro acima, as características das pessoas entrevistadas são: maioria (82%) do sexo masculino (muito embora gênero não tenha sido um critério da pesquisa), média de idade de 46,5 anos e todos com bom número de anos de vínculo com a região onde incidem as Resex's Médio Purus e Ituxi (média de 28 anos de vínculos na região)²². Quanto ao tempo de relação com a região da pesquisa, bem como com o tema Resex, cabe ressaltar, que se buscou intencionalmente entrevistar pessoas com mais de 10 anos de trabalho na região e mais de 30 anos de idade de modo a melhor atender aos objetivos da pesquisa.

Dessa maneira, o tratamento dos dados obtidos, obedecendo aos critérios de ordenamento dos atores sociais contatados, auxiliou na obtenção dos resultados da

²²Nos casos em que a idade dos entrevistados coincidiu com a informação “tempo de vínculo com a região onde foram criadas as Resex's”, os entrevistados declararam ter nascido na região, na zona rural, portanto uma vida vinculada às Resex's;

pesquisa, conforme os objetivos propostos, tema que será abordado no capítulo 4 do presente trabalho (resultados).

Na próxima seção, será explicitado o enquadramento teórico da pesquisa, apresentando o Conflito Social enquanto categoria analítica nas Ciências Sociais, sua relevância e aplicabilidade em contextos atuais, de maneira que, é dentro do percurso analítico revisado e escolhido como adequado ao problema de pesquisa que se seguirá com a análise da figuração social em Lábrea em relação às Reservas Extrativistas do Médio Purus e Ituxi.

CAPÍTULO 1 - PERCURSO TEÓRICO: CONFLITO SOCIAL COMO CATEGORIA ANALÍTICA

[...] refletir sobre o conceito de 'conflito' pode ser tão elucidativo quanto desastroso [...] pode-se facilmente incluir a análise de conflito sem casos tão diversos que, em um primeiro momento, existe o risco de inviabilizar a sua operacionalização enquanto conceito. Seu poder explicativo é, ao mesmo tempo, sua virtude e sua fraqueza (SANTOS, 2014, p.545).

No presente capítulo se propõe a apresentar o conflito social enquanto categoria analítica, buscando suas bases na sociologia, e identificando também referências nas correntes teóricas contemporâneas. Em meio ao leque de possibilidades abertas pela diversidade de correntes e enfoques disponíveis no campo das Ciências Humanas, a ideia é apresentar o itinerário teórico percorrido no decorrer da pesquisa, explicitando quais foram as referências escolhidas, dentre tantas possíveis, para iluminar problema de pesquisa formulado.

Assim, de modo a facilitar o entendimento, o capítulo foi subdividido em três partes. Na primeira parte será discutida a abrangência do conceito de Conflito Social, sua raiz etimológica, sua aplicabilidade e relevância na atualidade, trazendo autores que vislumbraram sua importância para estudos sobre os fenômenos sociais na modernidade.

Na segunda parte serão abordados alguns dos estudiosos clássicos da sociologia, de maneira a ressaltar a influência e as contribuições de escolas como o funcionalismo, materialismo histórico, e o interacionismo simbólico, tendo como expoentes respectivamente Durkheim, Marx e Weber, todos eles oferecendo bases sólidas para estudos posteriores do conflito social.

Enfim, na terceira parte deste capítulo teórico, será explicitado o percurso teórico seguido a partir de duas vertentes apresentadas como recorrentes nos estudos envolvendo o Conflito Social, que são as vertentes do *conflict resolution* e a do *conflict transformacion* (VAYRYNEN, 1991). Georg Simmel e Norbert Elias serão apresentados como autores cujas obras oferecerem substancial contribuição para a análise do problema de pesquisa do estudo de caso em questão.

1.1. Conflito Social: abrangência do conceito

O Conflito é uma categoria analítica bastante presente em disciplinas das Ciências Humanas, como em Psicologia, Filosofia, Economia, Direito, Administração, Ciência Política, Antropologia e Sociologia, sendo que o espectro de abordagens e de linhas de

pesquisa que trabalham nessa perspectiva é bem abrangente²³. Na busca por se compreender a dinâmica de fenômenos macrosociológicos tais como guerras, conflitos fundiários ou disputas por recursos naturais no século XXI, muitos cientistas sociais vem considerando a abordagem simelliana dos conflitos, a qual trata o conflito como aspecto inerente à condição humana (SIMMEL, 1983).

Dentro dessa perspectiva, a identificação de interesses e motivações de indivíduos e organizações, bem como a devida análise do processo histórico em que se desdobram determinados fatos se faz primordial em qualquer análise sociológica envolvendo conflitos sociais no tempo presente.

Etimologicamente, a palavra conflito provém do Latim *conflictus*, derivado do termo *confligere*, que significa “bater junto, estar em desavença”, onde o prefixo COM, significa “junto” e o radical FLIGERE, quer dizer “golpear, atacar”²⁴. Em alemão se diz “der streit”, termo que em espanhol é comumente traduzido como “lucha”, ou seja, “luta” na língua portuguesa²⁵.

Aspecto indissociável da condição humana, o conflito pode permanecer latente, ou seja, velado, psicologicamente internalizado, ou, em determinados momentos, explodir em violência física ou simbólica. Como afirma Dantas (2015: p.218), “os conflitos sociais sempre existiram na história das sociedades humanas”. Isto posto, é interessante que se busque apontar as origens dos conflitos, suas razões, tais quais as ideológicas, estruturais, conjunturais, ou latentes.

Para Baltazar (2007, p.160) “os conflitos são onipresentes na vida social, ainda que possam assumir formas muito diversas”. Na sociedade contemporânea, globalizada, a existência de novos formatos de conflitos (como, por exemplo, o terrorismo de fundamentação religiosa) tem extrapolado as fronteiras nacionais, impondo sérios desafios mundiais à segurança humana.

²³ Ferreira (2005), Ibiapina (2012), Santos (2012), Rocha (2012) Schmitz et. al. (2010) são alguns dos autores que se debruçaram recentemente sobre o tema Conflito Social relacionado às questões ambientais no Brasil, trazendo reflexões teóricas e estudos de caso pertinentes dentro da discussão proposta pelo presente trabalho.

²⁴ Em Consultório Etimológico - <http://origemdapalavra.com.br/site/consultorio-etimologico/>

²⁵ Segundo Alcântara Júnior (2005, p.08), apesar de não se afastar de seu significado original, a língua portuguesa suaviza, de certa maneira, a conotação do termo, ao utilizar preferencialmente “conflito” ao invés de “luta”;

Para Nascimento (2001) “a invenção da modernidade criou uma sociedade sob muitos aspectos distinta das pretéritas” (p.87)²⁶ de modo que, para se entender o que são conflitos no período pós-revolução industrial, e quais os mecanismos de funcionamento e de resolução destes, é preciso buscar entender também quais são as características das sociedades modernas²⁷.

Assim, essa sociedade mundializada, ou “aldeia global” (DANTAS, 2015) estaria caracterizada por fatores preponderantes como o individualismo, e a universalização dos valores democráticos, entre outros. Para Nascimento (2001), nesse sentido, as razões estruturais dos conflitos sociais identificados no mundo moderno estariam ligadas a uma tensão permanente relacionada à expansão econômica, cultural e política mundial (capitalismo). Segundo o autor:

Esta tensão, intrínseca à sociedade moderna, é hoje conhecida pelo termo globalização. Neste processo, os termos nacionais vão perdendo gradativamente sua força e vigor; mas, sobretudo, sua capacidade em produzir identidades e regular conflitos, absorvidos pelo espaço (NASCIMENTO, 2001, p.88).

Na modernidade, com a globalização, os conflitos estruturais podem ser encontrados por toda a parte. Nascimento (2001) identifica esses conflitos estruturais, afirmando que o capitalismo, apesar de se caracterizar pelo expansivismo e internacionalismo, nasce e se desenvolve a partir dos Estados-Nação, que seriam, paradoxalmente, nacionalistas e voltados para si (p.87).

Outro conflito estrutural identificado por Nascimento (2001) na modernidade é aquele que “antagoniza o espaço econômico da desigualdade com o espaço político da igualdade” (p.88), ou seja, enquanto o mercado seria a esfera onde estão acondicionadas as desigualdades modernas, a política, através do sistema democrático, seria a esfera na qual os cidadãos seriam colocados em condições iguais de disputa (Idem).

Para Alcântra Júnior (2005), no mesmo sentido que em Baltazar (2007), o conflito social na atualidade está expresso nas mais diversas formas de violência, de maneira que o

²⁶ Esse autor, a título de comparação, tenta fazer um paralelo entre sociedade industrial moderna e as sociedades ditas “primitivas”, assinalando a maneira direta com que estas lidavam com os conflitos internos, em contraposição com maneiras mais sofisticadas de lidar com a resolução destes na modernidade.

²⁷ Para Giddens (2008), nesse sentido, “A sociologia surgiu como uma tentativa para compreender as mudanças radicais que ocorreram nas sociedades humanas durante os últimos dois ou três séculos” (p.19), mudanças estas que não se deram apenas em grande escala, mas também “transformações nas características mais pessoais e íntimas da vida das pessoas” (Idem).

entendimento sobre os conflitos sociais vem assumindo uma importância relevante para a compreensão da realidade social moderna, na medida em que o fator violência, enquanto desdobramento sério do elemento conflito social passa a ocupar papel significativo na vida cotidiana, chegando a interferir dramaticamente na rotina das pessoas²⁸.

Portanto, sobre a generalidade do elemento conflito na sociedade moderna e globalizada há que se concordar com SCHMITZ et. al. (2010), segundo os quais:

O conflito pode se evidenciar a partir de várias formas de aparência e de expressão como tensão, diferença, concorrência, rivalidade, estranhamento, crítica, intolerância, intriga, perseguição, luta, ataque e defesa, violência, disputa pelo poder, destruição, eliminação, inimizade, ciúme, inveja, ódio, desconfiança, aversão, guerra (p.161).

Entende-se, por meio desta afirmativa, que o conflito pode partir de uma perspectiva micro sociológica (indivíduo ou instituição), advindo de fatores psicológicos, passando a uma perspectiva macrosociológica, na medida em que o homem, enquanto fundamentalmente um ser social, interage com seus pares no meio em que já nasce inserido, projetando assim, questões e motivações pessoais para a arena política, ou seja, para o mundo das relações sociais. Nas Ciências Sociais pode-se propor, contudo, como perspectiva de análise, que a causa dos conflitos se encontram em fatores macrosociais, ou estruturais (GIDDENS, 2008). Um e outro ponto de vista podem ser considerados e até mesmo combinados, encontrando certamente as suas raízes na sociologia clássica.

1.1.1. Conflito Social na Sociologia Clássica

Na Sociologia clássica, o Conflito Social se faz presente desde os primeiros estudos, de maneira que, mesmo variando a importância em torno do papel desempenhado por esse elemento nas relações sociais, não é raro que ele apareça, uma vez detectado quase que na totalidade das situações humanas.

Nascimento (2001, p.89), para quem as ciências sociais, são resultantes das mudanças das formas de saber da modernidade, ressalta a importância dos conflitos para compreender essa mesma sociedade, de maneira que, para esse autor, os conflitos encontram-se simultaneamente nas origens e na evolução da sociedade moderna ocidental.

²⁸O autor irá afirmar nesse sentido que o conflito “é o elemento dos mais corriqueiros e intensos nas diversas sociedades e, ao mesmo tempo, um componente relativamente pouco estudado em consonância à sua relevância” (ALCÂNTRA JÚNIOR, 2005, p. 09).

As Ciências Sociais já nasceram envoltas nesse debate, em meio aos conflitos estruturais impostos pela modernidade. Analogias às ciências naturais no estudo dos fenômenos da sociedade eram comuns para se forjar, em meados do século XIX, a ciência da “física social” (COMTE, 1978, p.49).

A abordagem sobre o conflito nos primórdios da sociologia se dava, então, dentro da lógica positivista, por meio da qual o conflito social era enxergado como uma disfunção, a qual só poderia ser superada através da ordem e do progresso. O pensamento positivista, dessa maneira, ao trazer uma visão ideal de sociedade como um todo harmônico e coeso, relacionou o elemento conflito ao estado de anomia, ou seja, de quebra da solidariedade dentro do corpo social harmônico e coeso (DURKHEIM, 1999, p.385).

O pensamento marxista, por sua vez, trouxe à baila a contradição básica entre duas classes sociais distintas – burguesia e proletariado – colocando o conflito (ou a luta) como elemento central de sua análise, uma vez que para os marxistas ele está na raiz da dialética, e é combustível para o movimento propulsor da transformação social (KONDER, 1984)²⁹.

Assim, o materialismo histórico de Marx e Engels surge contrapondo a filosofia idealista de Hegel (1770 – 1831), pensador alemão apontado como responsável por trazer da filosofia clássica grega a discussão sobre a dialética, e que influenciou toda uma geração de pensadores europeus, imersos em um contexto social de grandes transformações, com o processo de industrialização (GIANNOTTI, 2005).

O materialismo histórico enfatiza, portanto, as causas estruturais do conflito social. Nesse sentido irá afirmar Marx que:

O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura (MARX, 2008, p.47).

Marx buscou demonstrar com o materialismo histórico, que a transformação social irá ocorrer de uma forma ou de outra, ou por meio da tomada de consciência por parte da

²⁹Define esse autor a dialética como sendo “o modo de pensarmos as contradições da realidade, e de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (KONDER, 1984, p.7);

classe subalterna, gerando movimentos de revolução social, ou pela própria decadência do sistema, gerada pelas contradições internas inerentes a todo e qualquer tipo de arranjo social, como preconizado pelo pensamento dialético, segundo o qual “cada sistema social contém em si o germe de sua decadência” (COSER, 1957, p.200) ³⁰.

O conflito em Marx conduz, portanto, não apenas a constantes mudanças dentro da estrutura social existente, mas no sistema social comum todo. Assim, de acordo com a dialética de Marx:

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha (MARX, 2008).

Se a teoria marxista, ao propor a segmentação da sociedade em duas classes sociais em constante atrito (luta de classes), influenciou decisivamente a sociologia do conflito, foi o pensamento Weberiano que forneceu as bases para análises mais sofisticadas, avançando para uma teoria da estratificação social, admitindo a existência de múltiplas divisões de classes (estratos sociais) dentro de um mesmo sistema (COLLINS, 1975, p.58).

A sociologia Weberiana, para além dos parâmetros estruturalistas e positivistas, os quais amarram a vida do sujeito à dada estrutura social, irá centrar o seu foco de análise na ação social, com ênfase nos agentes (atores sociais) com suas motivações e expectativas, ou seja, nas palavras do próprio autor: “a ação social orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente, ou esperado como futuro” (WEBER, 2012, p.12).

Na obra Weber, o elemento “conflito”, parece ter sido traduzido do alemão “streit”, para o português “luta”, mas significando “conflito”, conforme anteriormente observado por Alcântara Júnior (2005). Nesse sentido, a “luta” aparece em Weber como um tipo de relação social, conceito este assim explanado pelo autor:

Por relação social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (WEBER, 2012, p.16).

³⁰Desse modo, como colocado por esse autor, na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, as relações entre servo e senhor, sofreram muitas mudanças, relação conflituosa que levou finalmente a uma ruptura de todas as relações feudais e, portanto, ao surgimento de um novo sistema social governado por diferentes padrões de relações sociais (COSER, 1957, p.200).

Weber dava importância na sua análise das relações sociais aos atributos individuais ou status social do indivíduo de modo a verificar em que condições cada ator entraria em dada relação (ou luta) social, que pode também se configurar em relações de concorrência (WEBER, 2012, p.24).

Assim, o modelo de análise weberiano é um modelo de interação social, e que leva em conta fatores como as qualidades individuais dos agentes, e as referências pelas quais estes irão se orientar racionalmente (WEBER, 2012, p.15). Necessário se faz ressaltar que, na gramática sociológica Weberiana, o conceito central é o da ação social, conceito esse que se liga a outros de igual importância, tais como poder, dominação e legitimidade, os quais, entrelaçados, ajudam na compreensão de questões como permanência e transformação social (QUINTANEIRO et. al., 2003).

O conceito de poder foi definido por Weber como sendo “a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”, ressaltando o autor que a imposição da vontade de alguém pode ocorrer em diversas situações (WEBER, 2012).

O conceito de poder foi também explorado por teóricos do conflito social posteriores a Weber, tais como Dahrendorf (1958)³¹, para o qual o surgimento do conflito nas relações sociais se daria a partir do pressuposto de que indivíduos e grupos com interesses distintos se posicionassem, dentro da estrutura social, com diferentes graus de autoridade e de poder.

Nesse sentido, segundo o autor, a partir do momento em que seres humanos estão vivendo juntos e estabelecendo formas de organização social, é possível se distinguir o que ele definiu como distribuição desigual de poder. Ou seja, dentro de dada estrutura social sempre existiriam aqueles (indivíduos ou grupos) que ocupam posições de comando e dominação e aqueles que ocupam lugares de submissão e obediência, tal como governantes e governados (DAHRENDORF, 1958, p.176).

Dessa maneira, em Dahrendorf assim como em Weber, dominação e poder se apresentam como categorias complementares, de maneira que, nas relações sociais, sobretudo naquelas marcadas pela tradição, “a vontade do dominador (ou grupo dominante) sobre os dominados tende a se naturalizar de tal forma que estes passam a

³¹Segundo Dias Júnior (2010), o trabalho de Dahrendorf a respeito do conflito social e sua institucionalização (ou regulação) na sociedade capitalista, surge como crítica aos argumentos de Parsons e Marx os quais aquele autor considerava utópicos e conservadores.

sequer questionar tal estado de coisas, não oferecendo resistência alguma” (WEBER, 2012).

Dominação em Weber pode ser entendida, portanto, como “produção da legitimidade”, havendo três tipos básicos de dominação: a legal, a tradicional e a carismática (Idem). As formas básicas de legitimação justificam-se com base em distintas fontes de autoridade, o que reforça o caráter interacionista da sociologia de Weber, em contraposição com a visão dos outros clássicos, já que o pensador avançou para a análise, por exemplo, dos aspectos jurídico-burocráticos, ou seja, para os meandros de todo esse processo.

1.1.2. Caminhos e vertentes da teoria do Conflito Social na sociologia contemporânea

O valor dos clássicos para a teoria do Conflito Social é inquestionável, influenciando, como mencionado acima, teóricos posteriores, os quais buscaram ali elementos para desenvolver suas respectivas linhas de pesquisa. Coser (1957), Collins (1975), Dahrendorf (1958), são exemplos de autores contemporâneos que se aprofundaram no tema, apresentando críticas tanto à vertente marxista quanto funcionalista do conflito social, se aproximando mais dos modelos interacionistas³².

Oliveira (2009, p.02) nesse aspecto, ao discutir a influência da Sociologia Clássica nos autores que se seguiram (Sociologia Contemporânea), ressalta a importância de se levar em consideração as disposições sociais dos autores, tanto os pretéritos como os atuais. Segundo esse autor, uma análise da história da disciplina, mostra que novas problemáticas vão surgindo com os desdobramentos temporais no mundo ocidental, como por exemplo, àquelas ligadas às novas condições de trabalho da classe operária nas sociedades industriais na Europa e nos Estados Unidos, ou o novo sindicalismo após o final da IIª Guerra Mundial, entre outras (Idem).

Ferreira (2005), por sua vez, irá comentar sobre os principais modelos teóricos e linhas de pesquisa em torno do conflito enquanto categoria sociológica aplicável às

³²De acordo com Giddens (2008), variadas podem ser as abordagens teóricas em Sociologia, isto na proporção da complexidade de temas e situações que envolvem o estudo do comportamento humano de maneira que ele destaca o funcionalismo, a perspectiva do conflito e o interacionismo simbólico como as três principais abordagens com notável influência no desenvolvimento da disciplina, sobretudo no período que se seguiu o pós-segunda guerra mundial (p.19).

questões socioambientais³³. Essa autora apresenta a distinção básica proposta por Vayrynen (1991) entre duas vertentes por meio das quais o conflito vem sendo abordado, a primeira o considerando como fenômeno patológico, ou negativo do ponto de vista da estrutura social, que é a chamada vertente consensualista³⁴ ou do *conflict resolution*. Na outra a perspectiva do *conflict transformation* (transformação de conflitos³⁵), o conflito aparece como elemento propulsor de mudanças sociais (VAYRYNEN, 1991 apud FERREIRA, 2005).

Os autores adeptos da vertente da *conflict resolution* (resolução de conflitos) usualmente enxergam os conflitos como algo provisório, devendo ser resolvidos, já que eles seriam apenas “distúrbios na ordem dos sistemas sociais” (IBIAPINA 2012 p.32). É a perspectiva funcionalista, representada na sociologia contemporânea, por autores como Pareto, Merton e Parsons (GIDDENS, 2008; NASCIMENTO, 2001, p. 92).

Haerter (2012) sobre em que consiste a base da corrente funcionalista da Sociologia, define que:

Os grupos humanos possuem uma série de unidades diferenciadas e interdependentes entre si, compostas por pessoas, famílias, estruturas de parentesco e categorias de ordem mais analíticas como idade e sexo. Isso permite, nessa perspectiva, que a sociedade seja um modelo, uma formulação analítica. Assim, considerando a diferenciação entre as partes e, sua interdependência, é possível perceber como se dá essa comunicação entre as partes e o todo (HAERTER, 2012, p.27).

No Funcionalismo, portanto, conceitos como coesão e interdependência são cruciais, de maneira que os autores que se utilizam desse referencial teórico buscam a análise do todo, considerando dada sociedade ou grupo social enquanto uma unidade composta pelas suas partes, sendo que cada uma dessas partes teria sua função dentro do todo. Se trata de uma análise sistêmica na qual se recorre à metáfora do organismo (GIDDENS, 2008).

Algumas críticas incidem sobre a corrente teórica do funcionalismo, segundo Giddens (2008) a principal vertente seguida por décadas, sobretudo entre os sociólogos

³³Nesse sentido, foram pesquisados alguns autores brasileiros na temática socioambiental, que se utilizaram do referencial analítico dos Conflitos Sociais tal como se propõe o presente estudo;

³⁴CADARSO (2001, p.237) utiliza os termos, “teorias consensualistas, versus “teorias conflitivistas”, nesse mesmo sentido.

³⁵ Ou “conflito transformação”, numa tradução mais precisa.

norte-americanos³⁶. Ao ressaltar o papel de fatores que conduzem à coesão social em detrimento de elementos que produzem os conflitos e as divisões na sociedade, tais quais, raça, gênero e classe social, por exemplo, os funcionalistas acabaram sendo criticados por terem se apegado a modelos idealizados de sociedades, “como se estas tivessem necessidades e objetivos próprios”, atributos que seriam de indivíduos ativos dentro da estrutura (GIDDENS, 2008 p.17).

Mas se por um lado uma das vertentes da teoria do Conflito Social está mais associada à corrente sociológica do funcionalismo, a outra vertente, a do *conflict transformation* (ou transformação do conflito), se aproxima mais da teoria marxista, ou seja, o conflito aparece como elemento propulsor de mudanças sociais, descartada a possibilidade de sua resolução definitiva.

Nesta segunda vertente, a positividade do elemento conflito é mais explorada, considerando fundamental a existência dos antagonismos na sociedade, sem o qual “as transformações e os crescimentos pessoais, comunitários e sociais não seriam possíveis” (NASCIMENTO, 2001), ou seja, nessa vertente o conflito passa a ser visto como agente transformador, em contraposição à negatividade descrita pelos autores da corrente *conflict resolution*.

Na figura a seguir se tem a ilustração das duas vertentes da teoria do conflito conforme consideradas pelos autores consultados:

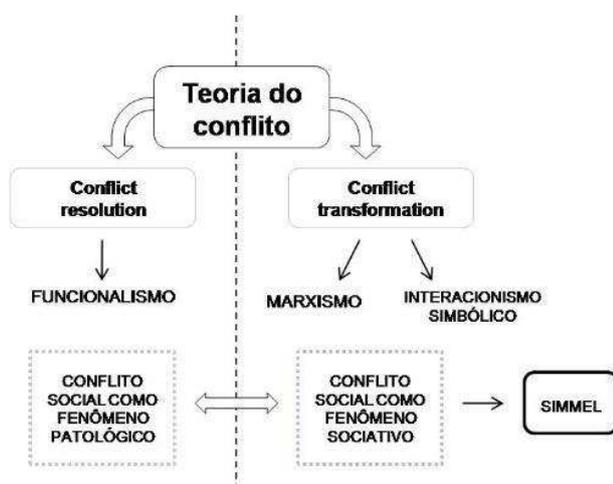


Figura 3: Vertentes da Teoria do Conflito Social. Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia consultada.

³⁶Parsons, Merton, e Pareto, são apontados como seus representantes com maior destaque na sociologia contemporânea, os quais inspiram-se muito na obra clássica de Émile Durkheim (GIDDENS, 2008; NASCIMENTO, 2001);

Assim, o conflito social para Marx e Simmel, bem como para pensadores enquadrados na corrente teórica do Interacionismo Simbólico, vertente esta influenciada pelo pensamento de Weber³⁷, é considerado como fenômeno positivo, ou seja, sociativo em contraposição à visão funcionalista dentro da qual o conflito seria uma patologia social.

Na análise da vida social proposta por Simmel são levados em consideração aspectos tanto micro, quanto macro-sociais dos fenômenos. Para esse autor, que apresenta uma perspectiva interacionista e relacionista da vida social, a realidade é repleta de conexões analógicas e de uma multiplicidade de relações, no sentido de rede de relações intersubjetivas, construída pelo processo contínuo e criador de associação entre os agentes (VANDENBERGHE, 2005)³⁸.

Em relação à centralidade do conflito na sociologia de Simmel, segundo Santos (2014, p.457), aquele sociólogo foi um “pioneiro na tarefa de interpretar conceitualmente o conflito isolado de sua origem e suas consequências”, já que foi ele que propôs, segundo esse autor, uma forma específica e detalhada de analisar o Conflito Social, lhe atribuindo uma dimensão de sociação.

Em Simmel, portanto, o conflito deixa de ser tratado como um problema, como abordado por uma parte dos autores funcionalistas, para ser considerado como parte da própria sociabilidade humana³⁹, ou seja, como o elemento, ou, na terminologia utilizada por Alcântara Júnior (2005, p.09), “substância” que permeia todas as relações sociais.

A respeito da discussão sobre vertentes, caminhos ou percursos traçados por diferentes estudiosos das Ciências Sociais em seus respectivos contextos e momentos de realização de pesquisa, não se pode deixar de lado algumas ponderações colocadas por autores como Giddens (2008), Oliveira (2009), e Vila Nova (2009)⁴⁰, sobre a proliferação de correntes teóricas da Sociologia na atualidade.

³⁷GIDDENS, 2008;

³⁸Nesse sentido, a sua sociologia é localizada entre Kant e Hegel (filosofia) e entre Marx e Weber (filosofia e ciências sociais), influenciada também pelos filósofos Nietzsche e Bergson (VANDENBERGHE, 2005).

³⁹Simmel, nesse sentido chamou de “sociação” ou “socialização” (do alemão *Vergellschaftung*), termo que diz respeito ao dinamismo das relações sociais, constituindo-se pelos elementos: impulso, interesses e motivações dos indivíduos, com foco nas formas que tais motivações assumem, que são os conflitos. (SIMMEL, 1983, p. 22).

⁴⁰Esse autor critica também a dualidade estabelecida entre funcionalismo versus marxismo (p.40 e p.42), em que esse autor coloca que a divisão em correntes teóricas se dá muitas vezes de maneira arbitrária e até mesmo “simplista”.

Oliveira (2009, p. 6) ainda irá afirmar nesse sentido que, entre os autores contemporâneos, que se propõe a apresentar enquadramentos teóricos da teoria sociológica a partir dos seus clássicos⁴¹, enormes diferenças entre uma e outra classificação proposta podem ser notadas. Segundo esse autor, todas as abordagens trabalhadas (e é inerente ao pesquisador fazer escolhas) sofrem de uma “deficiência comum” ao menosprezarem a história social, ou seja, ao não fazerem uma análise do “campo social de lutas” onde estão inseridos autores e suas obras (Idem, p.09).

Nesse sentido é importante que se ressalte que:

A escolha de autores implica em selecioná-los. Alguns autores tornam-se mais importantes do que outros [...] A maior parte dos manuais de Sociologia escolhe aqueles considerados mais importantes e simplesmente esquecem tantos outros. No caso de autores contemporâneos, isso é ainda mais grave porque ainda não se tem notícia de uma subclassificação hoje necessária (OLIVEIRA, 2009, p.4).

Vila Nova (2009) cita, nesse sentido, um estudo de Levine (1995, p.41) que listou nada menos que dezoito “tendências” ou correntes do pensamento sociológico contemporâneo, para discutir a suposta “crise de paradigmas” por que passa a Sociologia atualmente, defendendo, como uma alternativa possível, uma maior intensificação do diálogo da Sociologia com outras disciplinas, como a Filosofia (p.43).

Oliveira (2009) afirma que “identificar temas e procedimentos metodológicos que definem a Sociologia Contemporânea implica em escolher dentre as várias abordagens disponíveis” (p.03) de maneira que, a escolha por temas, correntes e mesmo autores em Sociologia é algo que sempre irá apresentar limites, mesmo com as vantagens, ou seja, ao mesmo tempo em que se busca com isso clareza na apresentação de determinados conceitos a serem trabalhados. Para esse autor, corre-se o risco da descontextualização quando essas escolhas se dão de forma arbitrária, quando os autores trazidos descolados de seu contexto histórico e sociológico.

Dito isso, o mesmo se aplica ao estado da arte da sociologia do conflito, aonde é fácil de perceber pequenas diferenças entre os enquadramentos propostos pelos autores que trabalham essa perspectiva as quais variam de acordo com o ângulo por meio do qual cada um se propõe a iniciar sua tessitura analítica.

⁴¹Karl Marx, Max Weber e Émilie Durkheim, muito embora, outros autores de igual importância tenham ficado de fora, como Saint Simon, Martineau, e o próprio Georg Simmel (GIDDENS, 2008, OLIVEIRA, 2009).

Silva (2011, p.07), por exemplo, ao se propor a refletir sobre as origens da teoria do conflito nas Ciências Sociais irá relacionar Marx a Durkheim. Para esse autor, na perspectiva de ambos os clássicos o conflito aparece como uma dimensão negativa, como anormalidade social e patologia, e na direção de uma perspectiva evolucionista e determinista da realidade social.

Para Nascimento (2001), Ibiapina (2012) e Cadarso (2001), e enfim, para a maioria dos autores que abordam a teoria do Conflito Social, o conflito em Marx, por seu turno, é encarado como fator de grande positividade. Esses autores visualizam claramente Marx como um precursor da corrente *conflict transformation* (conflito como transformação social), opondo-o a Durkheim, autor quase sempre associado à perspectiva funcionalista.

Pardo & Nascimento (2014), numa outra perspectiva analítica⁴², também colocam Durkheim e Marx em um mesmo recipiente, contrapondo-os a Weber e Simmel, esses últimos representando o modelo de interação. Enquanto os dois primeiros se encaixariam numa perspectiva macrossocial, ou seja, os conflitos seriam compreendidos como uma manifestação de características gerais (ou estruturais) das sociedades, os dois últimos estariam ligados a uma perspectiva micro-social, com base na teoria da ação.

Parece haver, contudo, mais pontos de consenso do que de dissenso entre os autores quanto sua interpretação dos teóricos (sobretudo os clássicos) usualmente trabalhados na teoria do conflito. Sobre a crítica ao marxismo, por exemplo, detecta-se certa unanimidade entre pesquisadores brasileiros em se debruçar sobre o conteúdo político de textos como o Manifesto Comunista para daí tacharem Marx como reducionista e mesmo determinista⁴³, quando este cravou que somente com o advento do Comunismo, numa linha evolucionista da história, se alcançaria uma sociedade sem classes, e assim livre de conflitos.

Autores como Cadarso (2001) e Collins (1975), entretanto, destacam o marxismo como a corrente com maior influência na teoria contemporânea sobre o Conflito Social. Para Cadarso (2001) o marxismo:

⁴²Neste trabalho Pardo & Nascimento (2014) analisam a teoria social do conflito pelo aspecto de sua moralidade (p.118), ou seja, eles buscaram uma abordagem normativa, com viés no elemento “moral” visando uma contribuição no campo do direito (da justiça), apresentando para isso três modelos conceituais, o último deles com a discussão de autores tidos como contemporâneos, da escola francesa e da escola de Frankfurt, no caso preciso, Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Axel Honneth.

⁴³Essas críticas ao pensamento Marxista estão contidas nos trabalhos de Silva (2011) e de Nascimento (2001), este último, contudo, reconhecendo o valor da teoria marxista enquanto vertente moderna, em oposição à funcionalista, por ser transformadora (revolucionária) da estrutura social (p.92).

[...] foi a corrente intelectual que mais contribuiu com a interpretação contemporânea do conflito, não somente por suas contribuições teóricas, mas também por sua influência em outras esferas, como a metodológica, com seu papel fundamental na adoção de atitudes de pesquisa as quais valorizavam fatores como a mudança social criativa e a rebeldia popular, sobretudo na análise dos movimentos sociais (p.238).

Collins (1975, p. 58), por sua vez, afirmava que foram os princípios marxistas que proveram bases para a teoria social de Weber, a quem coube introduzir mais elementos, e os seus desdobramentos, todos baseados no referencial marxista.

Quanto à interpretação da teoria funcionalista, detectou-se a crítica quase uníssona à essa corrente teórica, que teria se tornado ultrapassada por causa de seu determinismo estrutural. Tais críticas, contudo carecem de ser contextualizadas, assim como bem assinala Oliveira (2009), ao discutir método e epistemologia em Ciências Sociais. Segundo esse autor, portanto, momentos de negação de paradigmas para afirmação de outros, são comuns na história da disciplina.

Na sociologia francesa do pós-guerra, por exemplo, houve um movimento de negação da sociologia Durkheimiana, e exaltação do pensamento de Weber como forma de também se questionar o pensamento marxista, bastante influente até então. Também na sociologia Norte Americana ressalta-se a influência, durante um longo período, do pensamento funcionalista, principal corrente teórica por décadas naquele país e que depois também fora criticada (GIDDENS, 2008).

A importância e atualidade de algumas noções trazidas pela teoria funcionalista e a sua aplicabilidade em contextos específicos, de acordo com o direcionamento estabelecido para cada pesquisa são, entretanto, evidentes (GIL, 2008). O fator interdependência, por exemplo, caro ao funcionalismo, é central na sociologia de Norbert Elias, que não perde de vista nas suas análises a noção de estrutura social como algo capaz de constranger a vida dos indivíduos interdependentes (ELIAS, 2008, p.16) ⁴⁴.

Também a pertinência da análise funcionalista em estudos de antropologia e etnologia, sociologia da religião e sociologia das organizações e mesmo em Psicologia (CABRAL, 2004), assinala que a diversidade é um sinal de vitalidade das Ciências Humanas enquanto área de conhecimento (GIDDENS, 2008).

⁴⁴Elias (2008) vale a ressalva, rechaça a noção Durkheimiana de considerar a sociedade como coisa, ou seja, como objeto estático. O pensador alemão irá defender a ideia de sociedade como uma rede dinâmica de interações sociais, como um conjunto de “teias de interdependência com configurações de muitos tipos” (p.16);

A abordagem do conflito como fenômeno sociativo, contudo, é consenso entre os autores do Conflito Social visitados, endossando sua atualidade e pertinência nas mais diversas situações e estudos de caso que demandam essa perspectiva analítica.

Se aproximando dos modelos de interação social, muitos desses autores fazem o percurso de Marx a Weber, passando por Simmel e também por Norbert Elias⁴⁵, este último, apesar de nascido ainda no século XIX, enquadrado como um teórico inovador e contemporâneo (VILA NOVA, 1999; CORCUFF, 2001; OLIVEIRA, 2009).

Nesse aspecto afirma Silva (2011) que:

O fato comum aos modelos de Simmel e Elias é que neles as pessoas estão sempre medindo forças, embora, muitas vezes inconscientemente. Daí resulta um “equilíbrio de poder”, que poderá ser estável ou instável, de acordo com circunstâncias pessoais ou sociais [...] quando repensa o conceito poder, Elias mostra sua herança weberiana e, sobretudo, simmeliana, demonstrando-o como uma característica estrutural de todas as relações humanas [...] Elias demonstra que o equilíbrio de poder não se encontra apenas na arena das relações entre Estados, mas também como ocorrência cotidiana nas relações humanas onde quer que haja uma interdependência funcional entre as pessoas (SILVA, 2011, p. 10).

O percurso teórico percorrido com vistas a compreender a dinâmica dos conflitos sociais envolvendo a criação das Resex's no município de Lábrea passou pelas obras de Elias e de Simmel, uma questão de escolha, por afinidade teórica, mediante a revisão bibliográfica.

Simmel, considerado pioneiro na sociologia do Conflito Social insere o conflito como “substância presente em todas as relações entre os indivíduos na sociedade” (ALCÂNTRA JÚNIOR, 2005, p.9), ao passo que Elias oferece interessante metodologia de análise dos fenômenos sociais, como os modelos de jogos e a perspectiva histórica (teoria dos processos) na sociologia (CARNEIRO, 2005; ELIAS, 2008), métodos estes que na nossa visão são complementares.

O trabalho de Elias oferece um rico arsenal teórico e metodológico, com destaque para a sua teoria dos processos de longa duração na qual a análise processual (visão histórica) só faz sentido quando vinculada à sua teoria das configurações sociais, e, da mesma forma, a compreensão da estrutura social só faz sentido levando em conta a análise do comportamento dos atores individuais (ELIAS, 1994). Uma configuração social é,

⁴⁵ Pierre Bourdieu, vale ressaltar, também é um autor lembrado, cuja obra oferece elementos úteis na análise dos conflitos sociais, inclusive àqueles relacionados às questões socioambientais (SANTOS, 2009; 2014).

portanto, para esse autor, um espaço de síntese, “uma situação provisória do movimento dialético da realidade” (GONSALVES, 2003, p.02), uma “abrangência relacional”, ou “o modo de existência do ser social e a possibilidade conceitual de aproximação às emergências do cotidiano” (Idem).

Tal visão historicista e relacional fez com que Elias fosse associado à perspectiva construtivista da sociologia contemporânea, ao lado de autores como Bourdieu e Giddens (CORCUFF, 2001, p.27; DOMINGUES, 2001, apud OLIVEIRA, 2009).

Sobre o construtivismo, afirma Corcuff (2001) que:

Numa perspectiva construtivista as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos [...] Este enredo de construções plurais, individuais e coletivas, não derivando necessariamente de uma clara vontade, tende a escapar ao conflito dos diferentes atores em presença [...] A palavra construções remete simultaneamente para os produtos (mais ou menos duráveis ou temporários) das elaborações anteriores e para os processos de reestruturação em curso. A historicidade constitui, pois, uma noção primordial para os construtivismos (CORCUFF, 2001, p.22).

Desse modo, consideramos que as perspectivas interacionista de Simmel, e construtivista de Elias oferecem a possibilidade de se analisar a realidade social como um meio em permanente transformação. Esses autores se vinculam claramente à vertente aqui discutida do *conflict transformation*, a qual por sua vez se nutre das obras clássicas de Karl Marx e Max Weber.

Combinando aspectos da visão micro-sociológica com uma perspectiva estrutural e histórica dos fenômenos sociais Norbert Elias oferece um modelo de interação e interdependência conseguindo superar a dualidade entre macro e micro-sociologia e mesclando a teoria da ação com a visão estruturalista. Simmel, por sua vez, ao considerar o conflito um fenômeno *sui generis* abre a possibilidade de se trabalhar na perspectiva de se mapear, compreender e administrar as situações conflituosas, refutando a pretensa opção pela supressão ou aniquilamento de um fator que é inerente a toda relação social⁴⁶.

Elias (2008), ao propor modelos de jogos como ferramenta de análise das figurações sociais, objetiva a observação de padrões de comportamento social em situações de divergência e de antagonismo, propondo em suas análises desde modelos mais simples de competição, o que chamou de “mecanismo de competição primária entre grupos”, no

⁴⁶Essa naturalização do conflito em Simmel encontra críticas, contudo, em autores como Honneth (2003) e Santos (2014), para os quais faltaram ao pensador “a consideração dos pressupostos subjetivos”, numa perspectiva antropológica de análise, que considerasse as questões morais intrínsecas nas relações sociais (SANTOS, 2014, p.547).

qual “duas ou mais pessoas medem suas forças” (ELIAS, 2008, p.80), a modelos de jogos mais complexos, envolvendo regras desenvolvidas ao longo do tempo, no processo civilizatório (que é um processo de longa duração) dentro do qual as regras de distribuição de poder se desenvolveram nos moldes de regras de jogos praticados pela civilização ocidental como por exemplo no xadrez, tênis, ou futebol ⁴⁷ .

Segundo Chartier (2001), nesse aspecto, Elias conseguiu, a partir dos modelos de jogos, detectar “propriedades universais”, ou seja, traços comuns de todas as formações (ou figurações) sociais, dentro das quais sempre se move em direção ao equilíbrio das tensões, podendo, todavia, variar o desenho interno de cada figuração:

Em cada formação, as interdependências existentes entre os sujeitos ou os grupos se distribuem em séries de antagonismos, instáveis, móveis, equilibrados, que são a própria condição de sua possível reprodução [...] no centro das figurações móveis, ou seja, no centro do processo de figuração, se estabelece um equilíbrio flutuante das tensões, um movimento pendular de equilíbrio das forças, que oscila ora para um lado, ora para o outro. Esses equilíbrios de forças flutuantes incluem-se entre as particularidades estruturais de qualquer figuração (CHARTIER, 2001, p.14).

Em Elias, nessa lógica, as noções de Jogo e de Configuração Social, estão relacionadas, sendo que a sua metodologia de análise foge do determinismo estruturalista, focando nas ações dos indivíduos interdependentes. Para Elias o jogo “é um sistema de interdependência complexo que serve para pensar relacionalmente os grupos humanos.” (ELIAS 2008, pp. 141-142).

Para Simmel (1983), no mesmo sentido, todas as sociedades, para seguir em frente, ou seja, “para não se autodestruírem e chegarem a uma determinada configuração” (p.124), dosaram “quantidades de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis” (Idem). Esse autor destaca que a superação da dualidade, ou seja, os contrários em articulação, como sendo uma sociação, ou seja, manifestação positiva e necessária do conflito nos arranjos sociais de um modo geral. Interessa ainda na sua análise, o poder agregador de um fator externo a qualquer grupo

⁴⁷ Silva (2011) ressalta com propriedade esse aspecto, citando, como elemento central no processo civilizatório inglês estudado por Elias, os processos de “parlamentarização” e de “esportização” dos conflitos no seio daquela sociedade no século XVIII, que haviam passado por uma guerra civil do século anterior. Assim, destaca Silva (2011) da obra de Elias naquele tempo: “o *habitus* mais civilizado desenvolvido pelos aristocratas e pelos *gentlemen* levou esses últimos a desenvolver maneiras menos violentas, mais civilizadas em seu lazer” (p.09). Pode-se afirmar, segundo esse raciocínio, portanto, que a sofisticação das regras das competições trouxeram a amenização da violência ao canalizar as tensões dos atores em conflito.

mesmo os não coesos, que, a partir da identificação de um inimigo externo, tendem a se mobilizar em prol de um objetivo comum (SIMMEL, 1983, p.154).

Todas essas observações de cunho sociológico em torno de “leis gerais” que regem o comportamento humano, longe de serem adotadas como regra rígida a ser aplicada ao problema de estudo proposto no âmbito da presente pesquisa, serão tomadas como ponto de referência para as discussões propostas para a análise do comportamento dos grupos sociais mobilizados contra e a favor da criação das Reservas Extrativistas em Lábrea, o que será retomado no último capítulo deste trabalho.

Antes disso, nos dois capítulos subsequentes serão traçados o contexto social e os aspectos históricos da unidade de análise pesquisada, ou seja, o município de Lábrea, como cenário de Conflitos Sociais, o que, tomando como referência o pensamento Simmeliano, não a diferenciaria de qualquer outra realidade ou unidade de análise em algum outro contexto sociológico.

Ao trazer, contudo, a história do município, as contradições típicas das zonas de expansão de fronteiras no Brasil, para em seguida, no capítulo 3, discutir as origens e propósitos de categorias como Áreas Protegidas, Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas, se buscaram dar respaldo à discussão propriamente dita do problema do conflito social especificamente no município de Lábrea no sul do Estado do Amazonas. Passemos, portanto, ao capítulo 2 desse estudo, que trata da construção deste cenário de conflitos.

CAPÍTULO 2 – LÁBREA, CENÁRIO(S) DE CONFLITOS SOCIAIS EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA(S)

Conceituamos a fronteira como um não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas [...] Não se trata mais do domínio das instituições governamentais, nem tanto da expansão territorial da economia e da população nacionais, mas sim de forças que, embora anteriormente presentes, têm hoje uma forte e diferente atuação nas escalas global, nacional e regional/local, configurando verdadeiras fronteiras nesses níveis, pois que geradoras de realidades novas (BECKER, 2009, p. 20).

A Amazônia é conhecida como maior floresta tropical do mundo, compreendendo em seu território, desde projetos desenvolvimentistas, que são vetores para a ocorrência de desmatamento florestal, até mosaicos de áreas protegidas com legislação específica visando a conservação ambiental e a exclusividade do usufruto dos recursos naturais por populações tradicionais residentes.

Lábrea é um município do sul do Estado do Amazonas, região típica de expansão de fronteira onde é possível se identificar, ao menos dois importantes processos de ocupação relacionados a movimentos colonizadores, um no século XIX, e outro no século XX, o primeiro tendo como eixo principal a bacia hidrográfica do Purus, no período entre 1870-1950, época da exploração extrativa da borracha em grande intensidade, e o segundo sendo induzido pela abertura de novas vias de comunicação com o objetivo da integração nacional e colonização, o que se deu a partir dos anos 1970 com o Projeto de Integração Nacional – PIN, no período da ditadura militar (KOHLHEPP, 2002, ESTADO DO AMAZONAS, 2011).

O cenário de Lábrea atualmente pode ser considerado como o que contém um mosaico de diversidade onde se destaca a existência de uma heterogeneidade de unidades de conservação e terras indígenas, e que paradoxalmente figura entre os municípios da Amazônia onde se detectou os mais elevados índices de desmatamento florestal ilegal nos últimos anos (LIMA, 2008, VITEL, 2009, MENEZES 2009).

O objetivo neste capítulo é o de apresentar o cenário regional de Lábrea, e o seu processo de ocupação, de modo a contextualizar melhor o problema de pesquisa, confirmando a opção pela abordagem construtivista⁴⁸ nessa etapa do trabalho, na qual se debruçou sobre as fontes secundárias a respeito dos temas desmatamento, expansão de

⁴⁸Segundo Corcuff (2001, p.22): “Numa perspectiva construtivista as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos”.

fronteiras, dinâmicas do processo de ocupação do território brasileiro, além de aspectos da história do município.

Para melhor organizar o conteúdo pesquisado, optou-se por dividir o capítulo em duas seções, cada uma abordando referido período histórico da região de Lábrea em que a ocorrência de determinada fronteira econômica foi marcante. Desse modo, na primeira seção, será enfatizado o histórico de ocupação da região sob o aspecto do avanço da fronteira do extrativismo da borracha nativa, a partir da segunda metade do século XIX.

Na segunda seção do capítulo, por sua vez, será trazida a discussão sobre a nova fronteira agropecuária incidente na região, as características desse modelo de ocupação e a sua relevância para o desencadeamento de novos processos de conflitos sociais. Ao se abordar esse tema, será traçado breve histórico dos projetos de ocupação propostos para a Amazônia a partir da segunda metade do século XX, relacionado a esses temas a discussão sobre desmatamento na Amazônia brasileira nas últimas décadas, suas causas, conseqüências e suas implicações para a região onde fica Lábrea.

Aos dados advindos de pesquisa bibliográfica e documental (fontes secundárias) serão relacionados enfim, ao longo do capítulo, parte dos dados primários, ou seja, algumas das considerações e falas relevantes dos atores sociais entrevistados durante o trabalho de campo, de modo a dialogar com os dados secundários levantados sobre os temas tratados no presente capítulo.

2.1. O município de Lábrea e a fronteira do extrativismo vegetal da borracha: conflito social e o desencontro entre tempos históricos

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1996, p.27)

Ao se discorrer sobre o município de Lábrea, seus aspectos socioeconômicos, culturais, históricos e geográficos, não se pode deixar de levar em consideração que as características dessa típica municipalidade amazônica, vasto território e baixa densidade populacional⁴⁹, sobretudo, a inserem num cenário mais amplo que é o contexto amazônico.

⁴⁹A extensão territorial oficial do município de Lábrea é de 68.521,18 km², figurando no século XXI como o décimo município brasileiro em tamanho (IBGE, 2015). Quanto aos seus aspectos demográficos, o município

Com uma extensão territorial de 7,8 milhões de km², o que corresponde a dois quintos do território de toda a América do Sul (RAISG, 2012; BECKER, 2009), a Amazônia tem a maior parte da sua cobertura florestal no território brasileiro⁵⁰, ocupando 59 % deste (IBGE, 2000). É nesse contexto de superlativos, portanto, que se situa Lábrea, um município cuja história se relaciona diretamente à chegada de migrantes de origem nordestina, sobretudo cearenses e maranhenses⁵¹ na região, em meados do século XIX.

Uma análise comparativa do processo anterior de colonização do território brasileiro, contudo, permite se afirmar que a região do rio Purus, onde se situa Lábrea, foi uma das últimas a ser explorada. Apesar de já frequentada por coletores das “drogas do sertão” por muitos anos, foi somente nos anos de 1850 que ocorrem as primeiras expedições exploratórias⁵², no contexto de um movimento de expansão no qual a então criada Província do Amazonas (desmembrada, ainda no Brasil Império da província do Grão-Pará) visava adentrar os rios Purus e Madeira, com o objetivo de viabilizar um canal de comunicação com a província de Mato Grosso e também com a Bolívia, através do atual estado do Acre, região que era acessada exclusivamente por via fluvial pelo rio Purus (LEAL, 2011; IBGE, 1957, apud ESTADO DO AMAZONAS, 2011, p. 181).

Segundo Ferrarini (2009), data do período entre os anos de 1869 a 1871 a chegada dos primeiros grupos de migrantes nordestinos no rio Purus, os quais, fugindo de uma severa seca na região Nordeste do Brasil, acabaram inseridos numa estratégia geopolítica do Império para a região Norte, em função de fatores como a crise na produção cafeeira na região sudeste e necessidade de intensificar o controle territorial sobre a região (ALMEIDA SILVA, et. al. 2010).

de Lábrea tinha uma população de 37.701 habitantes em 2010, com estimativa de 44.071 habitantes para o ano de 2016 (IBGE, 2017). A maioria da população, 64% vive na zona urbana (sede municipal).

⁵⁰No Brasil, incide 64,3% da camada florestal amazônica; na Bolívia, 6,2%; Colômbia, 6,2%; Equador, 1,5%; Guiana, 2,8%; Peru, 10,1%; Suriname 2,1%; Venezuela, 5,8%; e Guiana Francesa, com 1,1% conforme dados do Atlas Amazônia sob Pressão (RAISG, 2012).

⁵¹O próprio nome do município faz referência a um célebre nordestino, o Coronel Labre, aquele que, com apoio do governo imperial, angariou recursos para explorar a região e acabou fundando uma cidade em pleno rio Purus, na Amazônia, em fins do século XIX (ROCHA, 2016).

⁵²Essas expedições se intensificam a partir do ano de 1852, data precisa da criação da Província do Amazonas quando seu primeiro Presidente, Teneiro Aranha começa a determinar a realização destas, para a verificação da população habitante, grupos indígenas, mas principalmente para a averiguação da possibilidade de uma ligação fluvial entre os rios Purus e Madeira (IBGE, 1957). A partir desse ano então as expedições marcantes no Purus foram a de Manuel Urbano da Encarnação, em 1860; a de João Martins da Silva Coutinho em 1862, a de William Chandless em 1864, e a de Antonio Rodrigues Pereira Labre, o fundador de Lábrea, em 1871 (FERRARINI, 2009).

De acordo com Ferrarini (1976), foi em 1871 que o Coronel Labre se fixou numa localidade batizada como Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Ituxi. Esse núcleo de povoamento passou a ser chamado anos depois de Lábrea, que só foi categorizada oficialmente como município no ano de 1881 (ESTADO DO AMAZONAS, 2011).

A chegada desses migrantes impactou diretamente a vida dos povos indígenas, os habitantes ancestrais da região. Com uma população indígena estimada a época em 40 mil pessoas, distribuídas em diversos grupos étnicos os quais falavam no mínimo seis línguas diferentes (KROEMER, 1985), os índios⁵³ viviam em grandes aldeamentos (ou malocas) por toda a região, seja na beira dos rios, grandes lagos ou em habitações flutuantes. Em razão da violência do contato, começaram a restringir as suas áreas de ocupação em detrimento das frentes pioneiras seringalistas, que foram se expandindo de forma gradual e violenta (FRANCO, 2014).

Sobre essa lógica de expansão de fronteiras, Velho (2013) destaca que esse movimento data do início do século XVI, com a colonização europeia, se dando no sentido litoral Atlântico ao interior do território brasileiro, de modo que, inúmeras foram às incursões e expedições exploratórias, como as entradas e bandeiras, ou, em momentos posteriores, as expedições indigenistas⁵⁴ que ocorreram vinculadas a planos estatais de expansão da sociedade nacional, as quais tiveram curso em nome do pretense interesse nacional. Dessa forma, conclui o autor, é que o movimento de expansão de fronteiras, ou de “fronteiras em movimento” (VELHO 2013, p.27)⁵⁵ vem se repetindo no Brasil por diversas vezes, sempre associado à existência de atrativos de práticas econômicas variadas, lógica que segundo ele, termina por sujeitar determinadas áreas a permanecer na condição periférica dentro do processo, a partir do momento em que ciclos econômicos se dêem por

⁵³É reconhecida, nos dias atuais, a presença das seguintes etnias: Deni, Kanamadeni, Apurinã, Paumari, Jamamadi, Jarawara, Juma, Mura, Kanamati, Banawá, Mamori, Katukina, Kokama, Karipuna, Miranha, Suruwahá, Katauixi e Hi-Merimã (FOCIMP, 2011), os quais pertencem a duas famílias lingüísticas distintas: Arawá e Aruak (SUAREZ, 2011).

⁵⁴Martins (1996), nesse sentido, cita fatos históricos como a Expedição Roncador-Xingu, a Fundação Brasil Central, nos anos 1940, a construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos 1950, além da política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos 1960, todos estes episódios envolvendo situações de conflito violento contra populações locais, principalmente indígenas.

⁵⁵Becker (1988, p 65) critica essa noção, segundo ela, importada de teóricos que explicaram o processo de colonização interna Norte-Americana, ao afirmar não se tratar, de um processo de ocupação contínuo, ou em bloco, como explicariam estes. A fronteira segundo a autora deve ser entendida como “espaço onde o processo de colonização está instituindo novas relações sociais ou redefinindo antigas, pressupondo uma estrutura social dinâmica e relativamente em aberto”.

encerrados, o que não impossibilita todavia que em algum momento elas estejam sujeitas novamente a uma nova frente de expansão econômica.

Ainda sobre o movimento das frentes de expansão no Brasil a partir da colonização, Little (2002), irá afirmar que estas induziram a formação de novas territorialidades, uma vez que, inevitavelmente elas provocaram a resistência dos grupos sociais afetados, sobretudo (e primeiramente) os indígenas, mas também, de outros grupos, como povos de origem africana na época do tráfico internacional de escravos. Assim, segundo o autor:

Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial – a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das *plantations* açucareiras e algodojeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX - podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos (LITTLE, 2002, p. 5).

Segundo Little (2002), dessa forma, a capacidade de resistência das populações nativas ao longo da história a processos de invasão, ora graduais, ora violentos, é característica recorrente na história da expansão de fronteiras no Brasil, contribuindo para a fixação e a reivindicação por esses grupos, de territorialidades específicas.

Leal (2011) em relação ao processo de ocupação da região amazônica destaca que em relação rios Purus, Juruá e Madeira, este esteve relacionado, sobretudo ao aumento da demanda mundial pela borracha na segunda metade do século XIX, com a crescente utilização dessa matéria prima na indústria. Segundo Almeida e Silva et. al. (2010, p.68), nesse aspecto, se a penetração civilizatória na Amazônia que vinha ocorrendo de forma tímida até então, ela “adquire nova dinâmica a partir da introdução do processo de vulcanização (borracha estabilizada quimicamente), processo desenvolvido pelo inventor Norte-Americano Charles Goodyear em 1839, resultando numa intensa procura de matéria-prima, presente em abundância no Brasil”.

Aleixo (2011), em relação à ocupação do Purus por não indígenas, corrobora com a ideia de que esta se relaciona diretamente com a fronteira de expansão da produção de borracha no sistema capitalista:

A industrialização na Europa e Estados Unidos, a invenção do processo de vulcanização – aproveitamento industrial do látex – e o crescimento da demanda por borracha, na segunda metade do século XIX, causaram uma verdadeira corrida pela borracha extraída das seringueiras da Amazônia, abrindo novas vias de extração e comercialização no vale do rio Purus (ALEIXO, 2011, p.13).

Dessa forma, os migrantes nordestinos, advindos, sobretudo das províncias do Maranhão e Ceará, se estabeleceram na região, forjando a formação de uma municipalidade onde a característica cultural marcante era a indígena, ocorrendo em muitos casos a miscigenação, mas também em muitos outros, como já mencionado, a fuga de vários desses grupos étnicos para regiões mais afastadas o possível dos seringais.

Passado o primeiro ciclo da borracha, que foi entre os anos de 1877 e 1920 (SILVA, 2012), essa população de origem nordestina passa a consolidar a sua influência cultural em Lábrea, e o município viria ainda a receber novas levadas migratórias, ainda relacionada a essa frente econômica. Assim relata um dos entrevistados na pesquisa, cujo avô foi migrante nordestino em Lábrea nesse período:

[...] o meu avô, quando chegou aqui em 1896, ele veio de fato, passear. Falavam muito sobre a Amazônia brasileira, e ele tinha 18 anos, 19 anos, ele veio do Ceará, Limoeiro do Norte; [...] já tinha uns parentes nossos aqui na região, então ele veio, ver alguns parentes e conhecer o que era isso, esse tal de ouro branco, né, e ele veio mesmo encantado com a floresta, né, lá não tem tanto isso, não tem tanto rio nem tanta água, ou nem tanta floresta, e ele veio conhecer, onde que era isso, aí foi que ele veio a conhecer a minha avó, que era prima dele [...] todo ano vinha a Lábrea aí ficou, a viagem era de navio a vapor; acho que de Manaus pra cá naquela época dava uns 20 dias, Ceará pra cá uns 50 dias[...] Aí ele ficou 4 anos vinda aqui e no 4º ano ele ficou, aí já casou com a vovó. E aí foi ser seringueiro. Vovô foi seringueiro 25 anos; ele cortou seringa e comprou uma propriedade com 4 parede de estrada, que são 8 estradas né, por que o seringueiro ele tem duas paredes de estrada uma de dia outra de noite para ele não cansar a seringueira né com 4 paredede estrada eu seja oito estradas de seringueira isso entre 1925 e 1930(ENTREVISTADO E4G3, 2016).

Sobre o sistema de trabalho com a seringueiras brevemente descrito acima, que ficou conhecido mais tarde como seringalismo⁵⁶, Ferrarini (1976, p.21) destaca que uma de suas características foi a submissão dos migrantes, ao chegarem nos seringais, a um regime de semi-escravidão, uma relação envolvendo de um lado o “patrão”, ou “coronel de barranco” e de outro o seringueiro, ou “freguês”. Nesses casos, o seringalista, que era o

⁵⁶ Encontramos também nos trabalhos de Mathews & Schmink (2015), e em Silva (2012), referências descritivas de como operavam as relações sociais no período do seringalismo.

dono do barracão⁵⁷ dificultava ao máximo que fossem saldadas as dívidas dos fregueses, praticando preços muito acima dos de mercado, mesmo descontado o frete. À figura social do seringalista, ou patrão, também era atribuída a alcunha de Coronel. A fala a seguir do entrevistado reproduz a percepção impregnada na memória coletiva sobre aquele período:

[...] eram famílias muito poderosas, nordestinos, descendentes de nordestinos, alguns deles, outros não eram que vinham mesmo para comercializar, eram pessoas que receberam títulos, dos comandantes na época, do governo, eram títulos do governo na época, para vir ser uma espécie de coronel - sim a patente era ganhada também era o ganho, então eles exerciam (os coronéis). Além de exercer a questão patrão eles tinham o poder, administrativo [...] a patente deles era o coronelismo (ENTREVISTADO E5G3, 2016).

Sobre o coronelismo, expressão reproduzida acima pelo entrevistado, cabe observar que se trata de um traço marcante do sistema social e político não só no seringalismo amazônico; o mesmo fenômeno foi observado de forma geral no Brasil interiorano, principalmente em regiões onde continuou prevalecendo o poder de agentes privados (LEAL, 1975), os quais, assim como o Coronel Labre no Purus do século XIX, respaldados (e financiados) pelo Estado para executar ações pioneiras nas frentes de expansão, acabaram se achando em condições de exercer o papel deste, mesmo posteriormente em tempos de abertura do sistema político representativo. Assim, as marcas do coronelismo brasileiro sempre foram a concentração fundiária, e a subordinação dos trabalhadores (e mais tarde eleitores) à autoridade dos “coronéis” locais.

A seguir são apresentadas duas figuras que ilustram a época do seringalismo (marcado pelo coronelismo) no município de Lábrea em fins do século XIX, tendo o rio Purus como principal via de escoamento da produção e toda a vida social e econômica basicamente rural:

⁵⁷Barracão era uma espécie de casa central nos seringais, que funcionava como armazém para produtos de trabalho e alimentos, um ponto de referência onde os trabalhadores entregavam a produção em troca de produtos.



Figura 4: Típico barracão de seringalista às margens do rio Purus. Fotografia de 1889, registrada pelo fotógrafo italiano Ermano Stradelli. Copyright *Società Geografica Italiana*.⁵⁸



Figura 5: Embarcações a vapor no porto do Seringal Cachoeira, no rio Purus. Fotografia de 1888, registrada pelo fotógrafo italiano Ermano Stradelli. Copyright *Società Geografica Italiana*.

⁵⁸ Disponíveis em http://www.archiviofotografico.societageografica.it/index.php?it/152/archivio-fotografie/sgi_master_dbase_8563/2769 (Copyright *Società Geografica Italiana*);

A primeira imagem, ilustrando uma casa de alvenaria, bem estruturada, localizada em ponto estratégico, às margens do rio principal (o rio Purus), também conhecida como “barracão central” do seringal, mostra a pujança da vida econômica no interior do município no final do século XIX.

A segunda imagem mostra a presença da tecnologia desenvolvida no âmbito da revolução industrial inglesa com os navios a vapor favorecendo a intensificação das viagens fluviais no período, escoando a borracha e trazendo mercadoria importada dos grandes centros econômicos para o interior.

Ainda sobre o seringalismo, outra fala que ilustra como se davam as relações de poder e a organização social na Lábrea dos seringais:

[...] cada localidade dessas tinha um patrão. Lá a gente tinha essa vivência por ser perto, ou seja, comunidade perto a gente sempre tinha aquela vivência. Naquela época como eu falei para você, a quantidade de pessoa na Zona Rural era grande, era muita gente. O movimento concentrava-se todo na Zona Rural. A cidade tinha bem pouquinha gente, ao contrário de hoje, era uma pequena vila. Porque na cidade, na vila não tinha nada, não tinha como viver. Por que a produção, o trabalho tava na zona rural e era a borracha, 100%, de fora, tudo vinha de fora, vinha de navio. Tinha muito desses patrões, que eram bons, mas tinha alguns deles que mandavam matar, trabalhador que tirava saldo alto, e humilhava, não pagava e era muito difícil assim (ENTREVISTADO E5G3, 2016).

Assim, como se pode interpretar da fala acima, os “coronéis”, “seringalistas” ou “patrões”, pessoas imbuídas de autoridade, detentoras inicialmente do aval do Estado, que lhes concedia grandes porções de terra para implantação dos seringais, exerciam sua autoridade sobre os seringueiros (ou fregueses), muitas vezes de forma autoritária e cruel. De fato, são recorrentes os relatos de situações de exploração e violência na época, de maneira que a pesquisa de campo permitiu também, nesse sentido, a reflexão sobre até que ponto a permanência de determinadas relações sociais seguiram no decorrer do tempo:

Em 1982 a comunidade ainda não era uma reserva extrativista, era um trabalho que a gente fazia com os patrões, que chamava patrões, seringalistas, dono das propriedades, que a gente trabalhava na borracha e também muito pouco na agricultura, mas o trabalho era na borracha e os patrões, eu não vou dizer todos os patrões, mas a maioria deles eles cativavam muito as pessoas, as pessoas faziam trabalho de escravo nesse trabalho, a gente fazia borracha, eu lembro da borracha desde a época do meu pai, quando eu tinha doze anos de idade eu comecei a trabalhar na seringa, eu tenho 57 anos, com 12 eu já trabalhava na seringa mais o meu pai, e o meu pai fazia aquelas borracha e levava para o patrão, o patrão pesava a borracha do meu pai, se ela desse 60 kg, ele tirava 20% de tara. A Tara É 20% do tanto de quilo da borracha que a pessoa tira. Então era 20%, de cem quilos, vinte quilos eram do patrão, 20%, e, e a mercadoria ele vendia pelo preço que queria e a produção da borracha ele pagava do preço que queria também. Ele pagava do preço que ele queria, a mercadoria ele vendia do preço que ele queria, então, era uma coisa muito cativada. Eu lembro disso, eu vi

isso, toda vez que o meu pai ia até o barracão do patrão, eu ia na popa da canoa dele, por que eu, para onde meu pai ia eu queria ir também (ENTREVISTADO E3G1, 2016).

A fala acima sugere, portanto que as relações sociais típicas do sistema dos seringais romperam os marcos históricos propostos por estudiosos. Em relação a estes, todavia, é tido que a atividade econômica da extração da borracha nativa sofrera o seu primeiro forte impacto negativo na década de 1920. Segundo Ferrarini (1976), em razão da expansão do cultivo da seringueira na Ásia, a partir do momento que os capitalistas ingleses traficaram clandestinamente as sementes da árvore para aquela região do Planeta, os seringais começaram a experimentar pela primeira vez um período de decadência. Até essa época, segundo o autor, o núcleo urbano de Lábrea havia se estruturado com base na economia da borracha, contando com boa infraestrutura urbana, agência dos correios, ligação à rede de telégrafo, e três jornais impressos.

Nos períodos de crise na demanda pelo látex, os seringueiros passavam a se dedicar à produção agrícola e extrativista (castanha, pesca, óleos vegetais etc.), não cessando, entretanto, o sistema de exploração do trabalho, fundado na relação patrão-freguês⁵⁹, continuando nas mãos dos seringalistas – os patrões - a posse das terras e recursos naturais (lagos e castanhais), dos quais os seringueiros – fregueses dos patrões – por sua vez, dependiam para o sustento de suas famílias. Era livre também a pressão sobre recursos naturais, caça e pesca:

[...] fora do período da borracha, continuou, a sorva, a castanha e a copaíba, aí em vez de ficarem no inverno, eles expandiram para o verão; eles iam também no verão; e muitas pessoas que moravam no interior vieram para a agricultura; começaram a plantar feijão de praia, milho, e também fazer (algumas) artesanato, por exemplo, paneiro, peneira [...]então alguns ficou assim eles ficaram...diversificou, uns mexiam com ... como hoje, com alguma diferença mas relativa, naquela época, naquele tempo, ninguém tinha noção, não se falava em preservação; meu pai , eu me lembro de cena que ele entrou num bando de queixada, porco do mato, de matar 14 de uma vez só... teve uma época aqui, que quem matava uma onça, ganhava o dinheiro todinho de um fabrico de borracha, trabalho de um ano todinho de um seringueiro bom, que era caríssimo o coró de uma onça, muito valor a onça pintada, o coró do maracajá tinha valor, o próprio coró do porquinho, do veado esses bichos, além de você matar pra comer, tinha o lucro da pele, daquele animal né; o próprio jacaré foi do meu tempo, meu pai matou jacaré, teve uma época que eles matavam o jacaré também para tirar o couro. Para tirar o couro... A carne não, a carne não comia nessa época não,

⁵⁹Esses termos se relacionam ao regime de exploração praticado nos seringais da Amazônia, conhecido como “aviamento”. No aviamento, o explorador, conhecido como “patrão”, fornecia bens e insumos ao seringueiro para que esse fosse para a mata trabalhar. Ao retornar, o mesmo, conhecido como “freges do patrão” era obrigado a vender sua produção ao mesmo, obtendo o preço que este estipular, descontado os valores dos insumos adiantados, geralmente a preços exorbitantes em relação ao praticado no mercado (MATHEWS & SCHMINK, 2015).

mas eles matavam pra tirar o couro, eles matavam o jacareaçú pra tirar o couro; aquele jacarezão grande eles matavam pra tirar o couro. (ENTREVISTADO E5G3, 2016).

A fala do entrevistado demonstra no período retratado, o paradigma da preservação ambiental ainda não havia adentrado na região, sugerindo que a exploração dos recursos naturais se dava indiscriminadamente e de acordo com a demanda e se sofresse algum controle, este se dava por parte dos donos dos seringais, figuras que se confundiam com agentes governamentais locais, ou seja, não havia, como passou a haver anos mais tarde alguma fiscalização ambiental governamental.

Na década de 1940, contudo, um novo ciclo da borracha tem início, dessa vez em razão da demanda por borracha com o advento da Segunda Guerra Mundial⁶⁰, trazendo um novo impulso econômico para a região do Purus e também mais uma leva de migrantes nordestinos, os quais ficaram conhecidos nessa fase como os “Soldados da Borracha”, ou “Arigós” (FERRARINI, 1976, p.43), como ilustrado na fala a seguir:

Aí na época do soldado da borracha, a migração, é, os nordestinos vieram pra Amazônia, povoar a Amazônia, pra cortar a famosa seringa, borracha, tirar látex pra sustentar a guerra, não é, era os soldados que vieram, e os meus avós viram, veio o casal [...] meu pai era seringueiro, foi seringueiro minha família todinha meus avós eles se fixaram no interior, e ali criaram os filhos tudo seringueiro, naquela época não tinha outra opção de vida; quem morava no interior os seringalistas eles tinham os seringueiros deles e aqueles seringueiros eles não podiam nem plantar, nem de agricultura eles podiam, pra não perder tempo, só tinha que cortar seringa, né, então não podia plantar, tudo era comprado, desde a farinha[...]Cada localidade tinha o seringalista, não tinha um canto que não tinha seringalista[...]naquela época era o patrão era o chefão eram os patrões - os coronéis! – O patrão morava no seringal, mas viajava, alguns iam até para o exterior (ENTREVISTADO E5G3, 2016).

Segundo Silva (2012) essa segunda fase de expansão da fronteira seringalista na Amazônia foi até a década de 1960, época em que a população do município ainda era predominantemente rural, permanecendo também o sistema social dos barracões,

⁶⁰Silva (2012) situa o segundo ciclo da borracha na Amazônia entre os anos de 1940 e 1960. Com o advento da segunda guerra mundial, as plantações asiáticas de borracha foram invadidas por tropas japonesas, impedindo seu fornecimento para a Inglaterra e seus aliados. Com o objetivo de suprir essa lacuna, os norte-americanos criam a empresa Rubber Reserve Company (RCC), a qual mudou seu nome mais tarde para Rubber Development Corporation (RDC), procurando o Estado brasileiro para um convênio por fornecimento de borracha em larga escala. Tal estratégia geopolítica envolvendo o Brasil permitiu no âmbito do Acordo de Washington, tinha como objetivo a venda exclusiva de toda a produção de borracha excedente às necessidades internas do Governo Norte-Americano (ALMEIDA SILVA, et. al. 2010 p.70).

intensificando-se, todavia, a produção agrícola de várzea e extrativista vegetal. De acordo com um dos entrevistados na pesquisa:

[...] O interior naquela época ele tinha em torno de 30, 30 mil pessoas na época do vovô duzentas pessoas na sede municipal [...] totalmente rural, ou seja, todo mundo tava empregado também, todo mundo tinha o que fazer, por que o cara cortava seringa, plantava mandioca, feijão, arroz, plantava-se muito arroz aqui em Lábrea (ENTREVISTADO ESG3, 2016).

Silva (2012) ao pesquisar a vida no seringal no município de Lábrea indica ainda uma terceira fase do seringalismo, que estaria situada entre as décadas de 1960 – 1990, afirmando esse autor que, semelhante ao que aconteceu entre o fim do primeiro e o início do segundo ciclo da borracha, nesse período, houve novamente evasão dos seringais e o sentimento de decadência e abandono por parte daquela população rural, que passa a se dedicar a outras atividades visando o autoconsumo. Assim, de acordo com o autor, nesse período:

Com o poderio da borracha chegando ao fim, a região puruense assistiu um período de verdadeira decadência e abandono. Em Lábrea, por exemplo, muitos empreendimentos simplesmente desapareceram: uma fábrica de sabão, uma olaria, os órgãos de publicidade, foram abandonadas as fazendas de gado, foi extinta a animada banda musical (FEERARINI, s/d, p. 74). Lábrea, de início, tivera uma grande representatividade populacional no contexto do Estado do Amazonas. Em 1920, este município contava com 17.120 habitantes, ocupando a quarta posição em número de habitantes no Estado do Amazonas (SILVA, 2012, p.100)

Desse modo, novamente como havia acontecido no final da 2ª Guerra Mundial com a sensível queda na demanda pela borracha nativa, muitos proprietários venderam suas terras, outros simplesmente abandonaram, fazendo que diminuísse bastante o contingente populacional na zona rural. A região passa dessa forma por uma transição econômica experimentando novamente (e talvez até com maior intensidade) uma fase de intensa e descontrolada exploração dos recursos naturais como peixe, couro de animais silvestres, e a madeira, esta última explorada intensamente nos anos 1980 e 1990, em plena várzea do rio Purus, como ilustra a fala do entrevistado:

[...] todos os seringueiros dos anos 80 se dedicam na extração de madeira nobre, no mesmo esquema de aviamento né, ribeirinhos morando na beira do rio com patrões intermediários, que vendiam a madeira nobre para empresas alemãs, malaias, e brasileiras. Por exemplo, era famoso aqui o escritório da Carolina, uma empresa alemã, e interessante que tinha escritório em Lábrea, tinha gerencia e tal [...] Eram os patrões locais que eram os seringalistas, mas na verdade eram parte de uma cadeia que era muito maior, que não era conhecido por aqui – nem nós os militantes locais sabíamos qual era o fim dessa cadeia, nós sabíamos os patrões locais que compravam e vendiam essa madeira, mas não tínhamos essa dimensão [...] teve um vazão de produção no Purus depois da queda da seringa anos 80, veio a madeira, e aí com o fim da madeira anos 2000, aí aconteceu uma coisa, caiu um grande produto ilegal e aí há também uma maior organização comunitária na região e aí começa os produtos do extrativismo mais organizado

né, castanha copaíba, os manejos né, mas assim aí tem um buraco né entre a produção ilegal em larga escala que cai, com o fim da madeira, e o fortalecimento paulatino dos projetos socioambientais, e aí esses donos viram donos de supermercado, políticos locais, donos de postos de gasolina, enfim, os seringalistas ou os filhos deles – a geração seguinte – passaram para esse ramo, acumularam capital explorando o povo [...] (ENTREVISTADO E2G2, 2016).

A fala do entrevistado aponta para um movimento de transição entre ciclos econômicos incidentes na região da unidade de análise, com destaque para a reacomodação dos atores sociais na estrutura, muitos dos quais mantiveram seus descendentes em condição privilegiada do ponto de vista das relações sociais e econômicas no município, ou seja, aos antigos patrões, ou “coronéis de barranco”, sucederam seus descendentes, transfigurados em ricos comerciantes, supostos donos de lagos e castanhais e figuras influentes no cenário político local.

A questão da retirada indiscriminada de madeira em tora em toda a bacia hidrográfica do Purus também indica que a década de 1980 marca uma transição para a fronteira socioambientalista na Amazônia, fronteira esta que ganha mais força durante o processo de redemocratização política no Brasil fazendo-se inserir as pautas do movimento ambientalista e dos movimentos sociais do campo na agenda das políticas públicas (BECKER, 2009).

A instalação do escritório regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁶¹, na década de 1990, a incidência de ONGs socioambientalistas na região, também a partir dessa década podem ser considerados marcos da chegada dessa nova fronteira em Lábrea, o que invariavelmente entrou em conflito com velhas práticas de exploração do meio ambiente como a abaixo descrita:

Então na época eles tiravam madeira em tora, levavam a madeira todinha; a gente andava naquelas pontas de praia, eu ia pescar com minha mãe com meu pai, agente encontrava aquelas enorme, ocúiba, chama de virola, jacareúba, cedro, muratinga, com a vinda desse pessoal acabou, você não via mais nada, só as árvores fina, as grossas, ficou até ruim, eles tiraram todas aquelas árvores grossas tiraram tudo, até aonde a água ia, eles tiraram tudo, descia, como eu disse para você descia balsa de ponta, **jangada de mil árvore de madeira**; e tinha um outro problema, porque além da madeira que eles levavam, tinha o sistema de boia, pra fazer a madeira fundeira boiar, aquela madeira que não boiava que não flutuava no rio tinha que ter assacú tinha que ter a virola que era pra poder levantar que era pra manter eles amarravam ela com o cabo na outra árvore que era pra ela poder ficar boiada, e descia pra Manaus assim então ao invés de uma árvore eles levavam três, por que duas era pra manter aquela árvore

⁶¹O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 (ENTREVISTADO, E1G2, 2016).

boiada; pra ela não afundar, a madeira boiava quando chegava lá na multinacional em Itacoatiara, a balsa levava é que eles tiram e soltam o muro do assacú (ENTREVISTADO E5G3, 2016, grifo do autor).

Outro aspecto que indica a transição desse período da fronteira seringueira para outra fase da vida socioeconômica de Lábrea são os programas de desenvolvimento do governo brasileiro para a exploração econômica da Amazônia (KOHLHEPP, 2002). Idealizados em décadas anteriores com o intuito de proporcionar um modelo de desenvolvimento regional da região, a criação de institutos como a SUFRAMA com a intenção de implementar a Zona Franca de Manaus⁶², se mostraram impactantes nesse novo cenário, como ilustra a fala do entrevistado a seguir que vivenciou o período:

Caboclo saiu analfabeto em 1974, 1976, para trabalhar em Manaus, entendeu, analfabeto; 10 anos depois o cara era diretor da Modelo pô (fábrica de bolacha); A Zona Franca de Manaus foi um modelo para evitar o desmatamento por que isso provocou o êxodo rural assustadoramente. O povo de Lábrea foi pra Manaus, de Canutama foi pra Manaus, de Tapauá foi pra Manaus e o pessoal da zona rural veio pra Lábrea [...] década de 1980 a 90; final de 80 a 90 [...] A Zona Franca impactou Lábrea como o Amazonas em geral; se nós temos hoje 90% de floresta agradeça a Zona Franca; se as ONGs percebessem isso, eles brigariam com unhas e dentes (ENTREVISTADO E4G3, 2016).

De fato, nesse período, os dados demográficos para a população urbana e rural de Lábrea se invertem, acompanhando a tendência brasileira de urbanização e migração para os grandes centros urbanos (BRITO & PINHO, 2012). Cabe investigar, contudo, até que ponto a decadência da economia da borracha na região significou a abolição de certas práticas sociais e relações de poder inauguradas com o seringueirismo.

A fala a seguir ilustra de certa forma esse momento de transição de uma economia local voltada exclusivamente para o escoamento da produção pela via fluvial, marcada

⁶²A Zona Franca de Manaus foi criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, e dez anos depois, o por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a legislação foi ampliada de modo a estabelecer incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Se trata assim de “um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras” (In: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm).

pelas relações de poder enraizadas, para um cenário no qual a abertura de estradas sugere uma nova perspectiva; desse modo:

Quando a seringa faliu, quando veio a decadência da borracha, houve uma certa migração pra cidade; a cidade cresceu, a administração houve um incentivo de vir pra cidade, é os colégios, veio educação, veio colégio grande, veio hospital, pra cá que não tinha, é , veio na época a SUDEVEA [...] o governo já estava trazendo alguns incentivos, já **foi nessa época que abriram a Transamazônica**, abriram o aeroporto aqui também né, começou as coisa a mudar, aqui a vila, tomou cara de cidade, virou cidade realmente com movimento, então, á foi desde essa característica, depois começaram a pescar, **começaram a abrir uma rodoviária aqui, a estrada , aí começou a levar peixe pra Porto Velho, veio o incentivo do peixe , porque, antes da estrada o peixe era só pra consumir aqui – sim, caminhão direto, tinha linha de ônibus, era boa, essa aberta era boa, depois começaram a trafegar no inverno , sem manutenção, ela ficou do jeito que ficou né então foi assim né, então** (ENTREVISTADO E5G3, 2016, com grifo do autor).

Essa última fala retrata o momento em que uma nova fronteira de desenvolvimento é sinalizada, pela a abertura da rodovia federal BR 230 - rodovia Transamazônica, cujo ponto final é a cidade de Lábrea. Sobre esse aspecto Ferrarini (1976) já fazia menção às dificuldades na implantação de vias de acesso dentro do território explorado pelo fundador de Lábrea o Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, teria deixado a região depois de ver frustrada a sua tentativa de executar um ambicioso projeto de implantação de uma ferrovia em plena Planície Amazônica⁶³.

O autor relata, a esse respeito, que o pioneiro chegou a abrir mais de 200 km de picadas⁶⁴ na região conhecida como “campos naturais do Pussiari⁶⁵”, uma região de cerrado natural (campos da natureza) em meio à floresta Amazônica, área de considerável extensão, localizada ao sul dos municípios de Lábrea e Humaitá, no Sul do Amazonas. De acordo com Ferrarini, a ideia de Labre com a estrada era possibilitar uma via de transporte terrestre entre os rios Purus e Madeira, ligando ao rio Beni em território boliviano, possibilitando o abastecimento da província do Amazonas com o gado proveniente da Bolívia. Entretanto, o projeto não contou com o apoio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e conseqüentemente foi rejeitado pelo governo central que preferiu investir

⁶³ Grande parte do território de Lábrea é constituído de terrenos inundáveis de planície, e o clima característico é de longas temporadas de chuvas, o que dificulta a abertura e manutenção de estradas.

⁶⁴ Picadas consistem em trilhas abertas na vegetação com o intuito a se tornarem vias de comunicação terrestre.

⁶⁵ O rio Pussiari é um afluente do rio Ituxi, tributário do rio Purus.

recursos na ferrovia Madeira-Mamoré, frustrando as ambições de Labre, que deixou a região em 1897, retornando decepcionado ao Maranhão (ROCHA, 2016).

Ferrarini (2009) relata ainda as diversas tentativas ao longo das décadas de abertura de estradas, sejam ferrovias ou rodovias em Lábrea, muitas delas frustradas, devido aos obstáculos naturais, como chuvas e doenças (malária principalmente) desencorajando as frentes de trabalho. Também os conflitos com povos indígenas são relatados como fator que inibiu o sucesso das empreitadas.

Segundo o autor somente no ano de 1966, o Governo do Amazonas tomaria a iniciativa da abertura da estrada ligando Lábrea e Humaitá, com pouco mais de 200 km de extensão, trajeto esse que se integrou ao traçado da rodovia Transamazônica, que foi efetivamente inaugurada em 1974, mas apenas transitável, a partir de 1977, mesmo assim de forma precária.

Se a transição para um novo ciclo de ocupação na região de Lábrea tem a sua relevância para o desencadeamento de novos processos de conflitos sociais, não mais tendo como seu eixo principal a exploração pelos rios, mas, com a abertura de estradas e paulatinamente uma dinamização de redes de comunicação em direção ao sul, há que se considerar para fins de investigação, em que medida essa rede abriu perspectivas e novas possibilidades de conflitos sociais envolvendo novos atores sociais na configuração.

Fatores como o avanço do desmatamento na região nas últimas décadas, a influência econômica e cultural do vizinho Estado de Rondônia na sociedade labrense, entre outros, também são dignos de serem pesquisados enquanto consequência do chamado “progresso” planejado para a região.

2.1.2. A fronteira agropecuária no Sul do Amazonas: abertura de vias, desmatamento e explosão dos conflitos sociais

A acima mencionada rodovia Transamazônica foi aberta no contexto do Programa de Integração Nacional – PIN, na década de 1970 (KOHLHEPP, 2002, p.38) e tem o seu trajeto terminando na cidade de Lábrea. A sua construção, assim como outras rodovias de longa distância, como a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, e a Cuiabá - Porto-Velho - Manaus, são consideradas por muitos autores como a expressão material de um grande plano desenvolvimentista, o qual partiu de uma estratégia de ampliação das redes de

transporte e de comunicação dentro da geopolítica⁶⁶ pensada para o Brasil pelos militares que tomaram o poder em 1964 (BECKER, 1988, KOHLHEPP, 2002; MARGARIT, 2013; LACERDA, 2014).

O traçado original rodovia Transamazônica seria de 5.296km, saindo de João Pessoa, na Paraíba e atingindo finalmente a Cidade de Cruzeiro do Sul no Acre, cortando assim os estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás, Pará, Amazonas e Acre (FERRARINI, 1976).

A imagem a seguir, esboçada por Becker (1988) dá uma ideia da malha rodoviária proposta para a Amazônia Legal⁶⁷ no âmbito da estratégica desenvolvimentista de integração nacional do PIN:

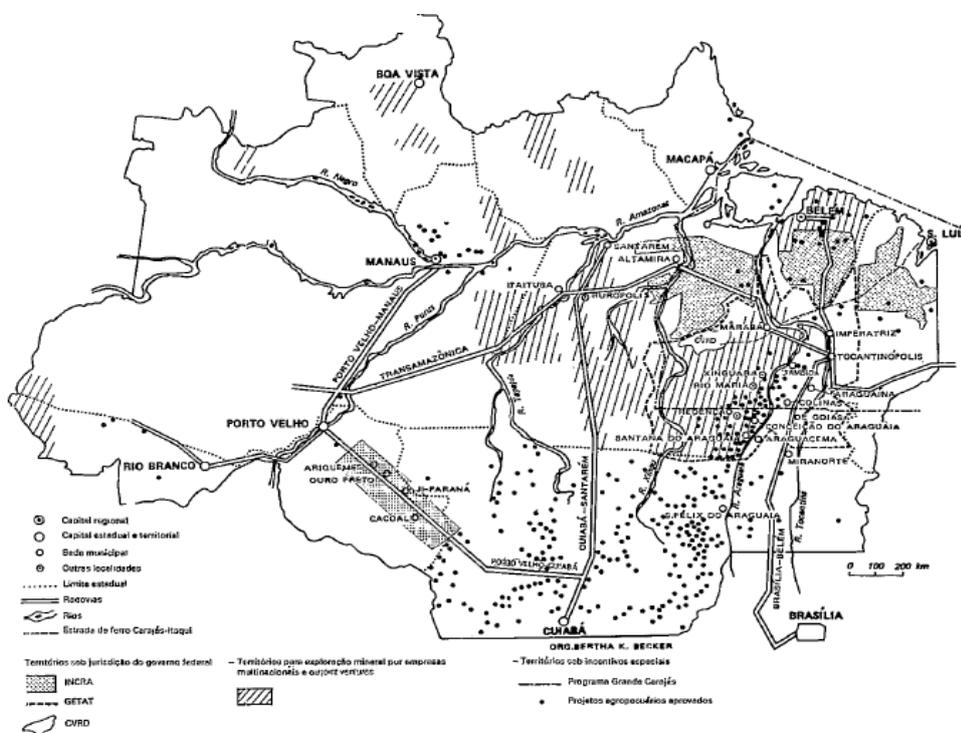


Figura 6: Malha rodoviária projetada para a Amazônia Legal na década de 1970.
 Fonte: BECKER, 1988, p.80

⁶⁶Lacerda (2014) define geopolítica como “uma modalidade da ciência geográfica que busca entender as relações de reciprocidade entre o poder político nacional e o espaço geográfico, orientando as ações dos governos no cenário local, regional e internacional” (p.46).

⁶⁷Amazônia Legal é uma região definida pelo Decreto Lei no 5173/66, cujos estados são: Amazonas, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e Maranhão. Esse arranjo de “região de planejamento” remonta a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 (KOHLHEPP, 2002; ISA, 2004).

Planos governamentais com a finalidade de integrar o território nacional, vale ressaltar, remontam o período imperial. Nesse sentido, Lacerda (2014) cita alguns dos projetos de integração do século XIX, tais quais o Plano Ramos de Queiroz de 1874, e o Plano Bulhões de 1882⁶⁸, entre outros. Entretanto, o autor aponta que é a partir do início da República que o Estado brasileiro tomou iniciativas mais vigorosas com vistas a preparar planos de integração nacional. O autor irá citar nesse sentido, uma série de iniciativas nos anos 1930 e 1940 relacionadas à descoberta de jazidas de recursos minerais, e outras visando interligar ferrovias às hidrovias, e mais tarde, um Plano Rodoviário já no âmbito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER em 1937, como exemplos de movimentos nesse sentido, sempre vinculado aos engenheiros militares e à elite política e econômica⁶⁹.

A partir da década de 1950, contudo, no governo Juscelino Kubitschek, se concretiza a abertura de algumas estradas ligando as regiões Sudeste e Sul do Brasil às regiões Centro-Oeste e Norte, com destaque para a construção de duas vias, a BR-29 (que é a atual BR-364), partindo de Brasília a Cuiabá, chegando a Porto Velho e Rio Branco, e a BR-14 (atual Belém – Brasília) (LACERDA, 2014, MARGARIT, 2013).

Mas foi o mencionado Projeto de Integração Nacional (PIN) que empregou, segundo os autores, um investimento governamental sem precedentes, propondo a ocupação de várias frentes simultaneamente, consolidando algumas, abertas anteriormente, e abrindo novas, sendo que nem todas se fizeram efetivas, por diversas razões, dentre as quais, a desconsideração dos fatores ecológicos da região, como baixa fertilidade do solo, pragas e endemias (malária principalmente), a dificuldade do governo em desapropriar terras, a baixa adesão e posteriormente a evasão dos colonos etc. (KOHLHEPP, 2002).

Não pode passar despercebido, em relação aos equívocos e percalços do citado Projeto de Integração Nacional do regime militar, a discussão acerca das consequências trágicas para os povos indígenas, onde quer que as estradas abertas pela ditadura tenham

⁶⁸Foram planos ferroviários, que visavam integrar ferrovias a hidrovias e que em geral eram forjados no contexto de clubes de engenheiros na cidade do Rio de Janeiro (LACERDA, 2014).

⁶⁹ Tais iniciativas de integração nacional por meio da construção de vias de comunicação (transporte) seguem uma lógica da geopolítica da segurança nacional, do domínio do território por meio da implantação das redes rodoviárias nas regiões isoladas, e das redes de telecomunicações para integrar todo o território nacional, principalmente os rincões extremos e considerados desabitados como o Centro-Oeste e a Amazônia (Idem).

passado, considerando sobretudo que, naquele contexto, não se cogitava a realização de estudos de impacto, e tampouco medidas mitigatórias em relação a populações locais. Pelo contrário, se considerava a Amazônia como um “vazio demográfico”, e os indígenas, um “obstáculo ao progresso”, de modo que a política indigenista da época era de “integrá-los rapidamente ao mercado econômico e à estrutura de classes do Brasil” (DAVIS, 1978, p.60).

O documento publicado pela Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014) é elucidativo, ao pontuar as atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro contra os índios na década de 1970 na Amazônia. Desse modo, estupros de mulheres indígenas, contaminação por doenças virais, remoção de aldeias inteiras, assassinatos, bombardeiros, entre outras ações foram relatadas e documentadas. A passagem a seguir, do referido documento, ilustra o contexto em que se deu o PIN e o seu impacto para os povos indígenas da Amazônia:

O ano de 1968, na esteira do endurecimento da ditadura militar com o AI-5, marca o início de uma política indigenista mais agressiva – inclusive com a criação de presídios para indígenas. O Plano de Integração Nacional (PIN), editado em 1970, preconiza o estímulo à ocupação da Amazônia. A Amazônia é representada como um vazio populacional, ignorando assim a existência de povos indígenas na região. A ideia de integração se apóia em abertura de estradas, particularmente a Transamazônica e a BR 163, de Cuiabá a Santarém, além das BR 174, 210 e 374. A meta era assentar umas 100 mil famílias ao longo das estradas, em mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras expropriadas. Na época, o ministro do Interior era o militar e político José Costa Cavalcanti, um dos signatários do AI-5, que ficaria no cargo de 1969 até 1974, apoiado por Costa e Silva (a quem ajudara a ascender a presidente) e por Médici. **Costa Cavalcanti ele próprio declara que a Transamazônica cortaria terras de 29 etnias indígenas, sendo 11 grupos isolados e nove de contato intermitente – acarretando em remoções forçadas.** Para a consecução de tal programa, a Funai, então dirigida pelo general Bandeira de Mello, firmou um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para a **“pacificação de 30 grupos indígenas arredios” e se tornou a executora de uma política de contato, atração e remoção de índios de seus territórios em benefício das estradas e da colonização pretendida** (BRASIL, 2014 p .209, com grifos do autor)

Mas as políticas de ordenamento territorial para a Amazônia, além dos impactos ambientais e sociais causados, confirmaram também o seu potencial de se estabelecerem como novas redes de comunicação, se consolidando como novo eixo indutor do processo migratório para a Amazônia no século XX, uma vez que na idealização destas, foram estabelecidas áreas de assentamentos, ou projetos de colonização, seja em parceria com a

iniciativa privada (empresas de colonização criadas para esse fim), seja por intermédio do INCRA⁷⁰, autarquia estatal concebida para essa finalidade (KOHLHEPP, 2002).

Mesmo se confirmando como um total fracasso, sobretudo no eixo da Transamazônica, o simples fato da abertura das estradas da forma violenta e mal planejada como foi, fomentou novas dinâmicas em redes, no sentido evocado por Lacerda (2014, p.49) segundo o qual as redes “estão ligadas aos processos históricos, e relacionadas à construção do território a partir da apropriação do espaço”.

Assim, nessa fase de tentativa da integração do território nacional, o Estado se comportou como indutor dessas redes (MARGARIT, 2013), selecionando regiões e empresas para investimentos, as quais, por sua vez, dependiam de suas próprias potencialidades para se expandirem, gerando movimento que poderiam vir na direção do desenvolvimento de redes viárias (comunicação e transporte) locais e chegada de fluxos migratórios.

É oportuna, nesse sentido, uma definição do conceito de rede dada por Santos (1996) segundo o qual:

Rede é toda infraestrutura que permite o transporte daquilo que é material ou imaterial (energia ou informações) e se inscreve sobre um determinado território, caracterizando-se por inter-relações promovidas por pontos de acessos terminais, de transmissões ou considerados como *nós* de bifurcação ou de comunicação (SANTOS, 1996, apud LACERDA 2014, p.49).

Assim, fizeram parte dessa rede induzida pelo Estado, grandes empresas colonizadoras sulistas, criadas para esta finalidade, sobretudo no Centro-Oeste⁷¹. Vendo a oportunidade de área de expansão para os seus negócios, estas empresas, na maioria das vezes pertencentes a parentes dos agentes políticos da ditadura, gozavam de amplos incentivos fiscais para implementação dos projetos de colonização.

Na rodovia Transamazônica (BR -230), diferentemente do modelo adotado nos eixos da Cuiabá-Santarém (BR-163) e da Cuiabá-Porto Velho (BR-364), onde a ocupação

⁷⁰Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9/07/1970.

⁷¹Pode ser citado como exemplo claro desse aspecto, a fundação da cidade de SINOP no norte do estado do Mato Grosso, cujo nome é uma sigla que significava “Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná”, ou “Colonizadora Sinop S/A” (ROMANCINI & RODRIGUES, 2007, p.48).

se deu prioritariamente por migrantes procedentes da região Sul do país, o que se teve foi a colonização estatal, ou seja, via INCRA, com predominância de colonos nordestinos.

Trata-se do eixo indutor que incide na região Sul do Amazonas, nos municípios de Lábrea, Canutama, Novo Aripuanã, Manicoré e Apuí, e compõe uma malha rodoviária com as rodovias BR 364 e BR 319 (Figura 8), ligando as cidades de Porto Velho (RO) a Manaus (AM), de maneira que esta última faz a conexão entre os Estados de Rondônia e Amazonas. Essa malha rodoviária, mesmo em condições precárias de manutenção e funcionamento, se tornou, com o passar dos anos importante fator de pressão de desmatamento sobre a região sul do Amazonas⁷².

Enquanto no eixo da Transamazônica, as dificuldades e fracassos do modelo de colonização estatal, como já mencionado, se apresentaram com mais ênfase, deixando muitas áreas estagnadas e mesmo abandonadas,⁷³ no estado vizinho de Rondônia, os projetos avançaram, trazendo como consequência do modelo de desenvolvimento o desmatamento florestal, aspecto que os moradores de Lábrea observam uma influência na porção sul de seu território, justamente a porção que faz fronteira com a região conhecida como Ponta do Abunã, fronteira entre Amazonas e Rondônia:

Isso é uma realidade, não se pode dizer que não está havendo desmatamento. Semana passada fui a Porto Velho e fiquei horrorizado de ver o que a gente vê né, que não se via até dez anos atrás e foi muito mais né. Mas é que tem uma coisa aqui é uma lógica nacional, a política é nacional, se você pegar a história do Brasil, a oficial, a parte legal econômica, você vai ver que existe um incentivo, na época dos militares mesmo, para que as pessoas abandonassem Paraná, e viesse para Mato Grosso. Mato Grosso do Sul depois [...] se você chegar em qualquer região do Mato Grosso pra baixo, você vai ver que aquele pessoal todo mundo é remanescente do Paraná, Curitiba, alguns do Sul, Rio Grande do Sul, gaúchos, então aquele pessoal ali, a região sul, ela se deslocou em massa no rumo oeste – a marcha para o oeste igual aos estados unidos; mas incentivada pelo governo, e a lei brasileira que era dos 20% de desmatamento, se eu não me engano, eles aumentaram pra 40% ou 60 não sei se é 60 pra desmatar ou 40 pra desmatar... era obrigado a desmatar senão perdia a propriedade, ele tinha 90 dias,

⁷²Segundo Amaral et. al. (2010) o desmatamento nos municípios do sul do Amazonas, sofre forte influência da maneira como se deram a distribuição das vias de acesso, principalmente estradas, que segundo os estudos realizados pelos autores, são pontos de partida para o desmatamento, com subsequentes avanços para áreas mais distantes, por meio de ramais clandestinos a partir das vias principais;

⁷³Menezes (2011), afirma nesse sentido, que entre os anos de 1973 a 1974, o Governo Militar induziu o deslocamento ao longo da região desta BR, de cerca de 5 mil famílias de migrantes (sobretudo nordestinos), construindo agrovilas através e projetos de assentamento estatais em terras públicas, não alcançando, entretanto, todas as famílias, e deixando várias delas, em condições precárias. A obra da estrada só foi entregue em 1974 com apenas 10% de seu trecho devidamente asfaltado (MENEZES, 2011, p.135).

um documento era um documento de 90 dias provisório, se você não tivesse investido nenhuma benfeitoria, você perdia a propriedade... aqui não, é o que eu falei pra você o processo é paulatino, ele vem avançando, para o oeste do Brasil. Mato Grosso que virou mato grosso do Sul, a última fronteira era Rondônia, que foi invadida já nos anos 80 para 90, e aí ficou a última fronteira quem, o Amazonas (ENTREVISTADO E4G3, 2016).

A fala do entrevistado revela a percepção dos moradores sobre as políticas públicas de ocupação adotadas nos anos anteriores e que muito impactaram a paisagem da região, ultrapassando a fronteira de Rondônia, em direção ao Amazonas, no município de Lábrea, onde as questões mais impactantes em termos de modificação da paisagem foram o aumento do desmatamento e o avanço da atividade da pecuária⁷⁴.

Não por acaso o Ministério do Meio Ambiente (MMA), lança, através Decreto Federal 6.321 de 21 de dez de 2007a chamada “lista vermelha” dos municípios que mais desmataram a floresta Amazônica de forma ilegal, lista na qual Lábrea figurou como o único município amazonense, chamando a atenção para o problema, a tornando alvo e beneficiário das Operações Arco de Fogo e Arco Verde (ESTADO DO AMAZONAS, 2011, p.173)⁷⁵.

Fearnside (2005) afirma nesse sentido, que as altas taxas de desmatamento⁷⁶ começam a ser detectadas na Amazônia justamente a partir da década de 1970 com o advento dos programas de colonização e integração com vigorosos aportes de recursos públicos. Menezes (2011), também nesse sentido, observou que o crescimento das áreas desmatadas na porção sul do Amazonas, e relacionou esse processo à expansão da fronteira

⁷⁴Lima (2008), abordando a discussão em torno do processo de ocupação da região sul do Amazonas enquanto zona de expansão da fronteira agropecuária descreve a região como “uma gigantesca região de exploração florestal, quase sempre ilegal, de especulação fundiária, desflorestamento e conflitos sociais e ambientais” (p.6), fenômenos que, como ela observa, ocorreram ao longo das rodovias e no seu entorno (ramais clandestinos que ligam as vias principais), de modo que foi possível verificar ali pela autora significativas frentes de expansão agropecuária associadas a correntes migratórias provenientes dos Estados vizinhos, atraídas, segundo ela, pelos baixos preços da terra e pela promessa de acesso a crédito fácil;

⁷⁵Segundo dados do IMAZON, em 2010 o desmatamento acumulado para o município de Lábrea era de 3.192,6K2 o que corresponde a 4,7% de seu território. Ainda segundo o Instituto, o desmatamento acumulado somente no período de agosto de 2015 a julho de 2016, para a região da Amazônia Legal atingiu 3.579 quilômetros quadrados, um aumento de 8% do desmatamento em relação ao período anterior - agosto de 2014 a julho de 2015 (IMAZON, 2016);

⁷⁶Sobre as causas do desmatamento da Amazônia, os estudiosos do tema concordam em afirmar que são várias e estão quase sempre inter-relacionadas. Dentre as causas mais evidenciadas estão a expansão da atividade agrícola e agropecuária, o adensamento populacional, o comércio de madeiras, os incêndios florestais e a construção e expansão de vias de transporte e infraestrutura como estradas e pontes. (SOARES-FILHO et. al. 2005; FEARSIDE, 2005; ARRAES, 2012; CARRERO, 2009);

agropecuária na região⁷⁷.A figura a seguir, ilustra a malha rodoviária da região Sul do Amazonas, por onde passa a rodovia Transamazônica:

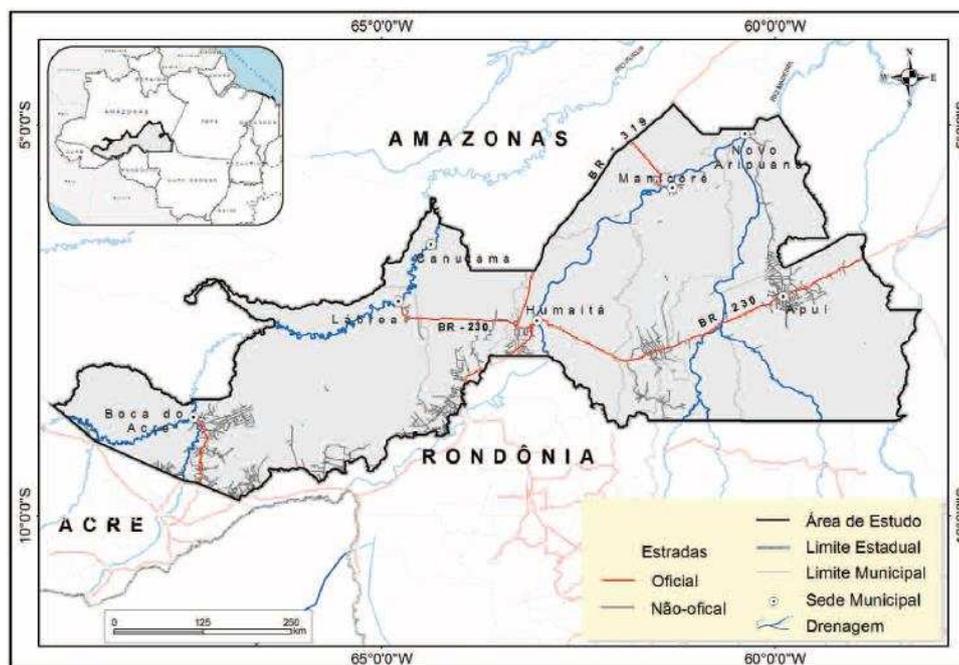


Figura 7 – Rede de estradas (oficiais e não oficiais) nos municípios do sul do Estado do Amazonas.
Fonte: IMAZON, 2010.

Se por um lado, portanto, a malha rodoviária em expansão no sul do Estado do Amazonas (e via de regra em todo o território nacional) representa um enorme benefício em termos de ampliação da rede, facilitando a oferta de bens e serviços para as populações urbanas locais, por outro lado, o que se vem constatando a respeito dos mais de 9 mil Km de estradas mapeadas na região, entre as oficiais e os ramais abertos por fazendeiros, é que elas consistem em vetores de ampliação da área desmatada, algo em constante movimento de expansão (IMAZON, 2010).

⁷⁷A partir de dados do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), do Anuário Estatístico do Amazonas (2004) e da CONAB, essa autora constatou que as taxas de desmatamento no sul do estado do Amazonas aumentaram, apenas no ano de em 2005 aproximadamente 16%, em relação ao ano anterior (2004), saltando de 6.926 km² para 8.238 km² de área desmatada (p.132), e que, exatamente no mesmo período se teve a colheita de uma safra recorde de 5,4 mil toneladas de soja numa área plantada de 2,1 mil hectares na região.

Algumas das consequências desse fenômeno transparecem nas falas dos entrevistados; quando questionados sobre quais os maiores problemas socioambientais enfrentados pelo município de Lábrea, aspectos como desmatamento e retirada ilegal de madeira, sempre no sul do território, onde estão os ramais clandestinos, aparecem como respostas recorrentes:

Os mais graves – três pontos – retirada de madeira ilegal na sede com os motosserradores, e no sul do município onde o foco é maior, tem vez que sai de 60 caminhões de madeira por dia; conheço a região sul quase toda, né, tem umas linhas lá em Vista Alegre, Extrema, que eu ainda não entrei, até por que, é área de risco lá, várias mortes [...] onde eu tenho ido várias vezes é no PA Gedeão e no PA (Projeto de Assentamento) Monte; mas a retirada de madeira é muito grande, ela nunca parou. O IBAMA vai lá, prende 50 motosserras, no outro dia eles entram com 150... prende 5 tratores, outro dia eles entram com 10, é assim, a porrada vai (ENTREVISTADO E1G3, 2016).

Como se pode deduzir a partir do relato acima, não obstante a realização por parte do poder público de ações de comando e controle combinadas com políticas de incentivo afirmativas na região, como é o caso da Operação Arco Verde⁷⁸, o desmatamento e a retirada indiscriminada de madeira continuam normalmente.

Se for observado o que ocorrera décadas mais cedo no Estado de Rondônia, se verá que medidas como o zoneamento do território e a criação de grandes Áreas Protegidas vieram como compensação ao processo de expansão de fronteira inaugurado com a abertura de rodovias, medidas essas que, diga-se de passagem, ocorreram depois da experimentação de episódios de conflitos sociais, na maioria deles violentos, e expansão descontrolada do desmatamento florestal, processos estes que instigaram ainda mais a mobilização social em torno de direitos sociais e da conservação meio ambiente.

Foi somente a partir da década de 1980, portanto, que medidas de mitigação dos impactos socioambientais ocasionados pela expansão das frentes de desenvolvimento em Rondônia começaram a ser tomadas. Programas como o Planaforo⁷⁹ e Polonoroeste⁸⁰

⁷⁸ Uma análise crítica do que foi a Operação Arco Verde Terra Legal no município de Lábrea, foi oportunamente realizada, de modo a se detectar os erros cometidos pelo poder público em relação a essas ações (FRANCO et. al., 2015);

⁷⁹ Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (GTA, 2008).

⁸⁰ Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.

foram ali implementados, ambos como contrapartidas exigidas pelo Banco Mundial, instituição responsável pelo financiamento de grandes obras de infraestrutura como a pavimentação da BR 364. Rondônia então começa a tomar medidas no sentido do seu “Plano Estadual de Zoneamento Sócio-econômico-ecológico” (GTA, 2008, p.16), o que possibilitou a criação de Áreas Protegidas⁸¹, disciplinando, em certa medida o avanço do desmatamento.

No caso do Sul do Amazonas, a obra de pavimentação da rodovia BR-319, nos anos 2000, fez com que o governo federal decretasse uma Área sob Limitação Administrativa Provisória - ALAP (VITEL, 2009; MENEZES, 2011; FRANCO, 2011) medida que abriu a possibilidade concreta para a criação de áreas protegidas em toda a região de influência da estrada. Vitel (2009) irá observar, nesse sentido, que ao estabelecimento ALAP no ano de 2006, se seguiu o decreto de quatro grandes Unidades de Conservação circunscritas no município de Lábrea, as quais, acredita-se, vieram para contrapor esse movimento de expansão de fronteira causador do aumento das taxas de desmatamento. Assim, descreve a autora:

[...] foram propostas pelo governo federal em 2006 quatro áreas protegidas no município de Lábrea. Foram planejadas as Reservas Extrativistas (RESEX) do Ituxi e do Médio Purus, a Floresta Nacional (FLONA) do Iquiri e o Parque Nacional (PARNA) do Mapinguari, conjuntamente com a criação da Área sob Limitação Administrativa Provisória (ALAP) da BR-319. Foi no início de 2008, que as quatro áreas protegidas foram decretadas. (VITEL, 2009, p.20)

Desse modo, semelhante ao que ocorreu em Rondônia quase duas décadas depois, o Governo do Estado do Amazonas, após detalhado diagnóstico realizado da região Sul do Estado (o Purus foi a primeira de suas macrorregiões a ser zoneada em escala mais detalhada) caracterizava a região como área de expansão de fronteira agropecuária. Segue abaixo citado, trecho do documento dando clara ênfase aos aspectos durante essa seção destacados:

⁸¹Cabe ressaltar que O Governo Federal havia criado, ainda no ano de 1961, as primeiras unidades de conservação no então território de Rondônia - a Reserva Florestal Jaru e a Reserva Florestal Pedras Negras. A categoria de “reserva florestal”, contudo nunca foi claramente regulamentada na legislação brasileira sendo que essas áreas foram posteriormente transformadas nas Reservas Biológicas Federais Jaru e Guaporé em 1979 e 1982, respectivamente. (GTA, 2008, p.16)

[...] a Sub-Região do Purus é representativa dos processos que ocorrem em escala macrorregional, porque nela convivem e coexistem, a “Amazônia do extrativismo”, do ritmo fluvial, e a “Amazônia da fronteira agropecuária”, do desmatamento, do ritmo das estradas, integrada com o restante do país. O chamado Arco do Desmatamento ou Arco do Fogo tem início nessa região, mais particularmente ao sul, entre os municípios de Boca do Acre e Lábrea, estendendo-se até o sul do estado do Maranhão. Por isso, a Sub-Região do Purus precisa ter seu ordenamento territorial definido, pois é uma fronteira em expansão, mas que ainda possui grandes extensões florestais. No estado do Amazonas, o Purus é a região que mais se integra ao restante da Amazônia e, principalmente, ao centro-sul do país. Tal integração ocorre pela presença de rodovias, sendo a região que possui mais eixos rodoviários adentrando seu interior e perpassando seu entorno. São eles, a BR 317, a BR 364, a BR 319 e a BR 230 (Transamazônica). Para efeito de comparação, outra região com características similares do ponto de vista do avanço da fronteira agropecuária, a Região do Madeira, sofre influência de apenas dois eixos, a BR 319 e a BR 230, e possui taxas de desmatamento inferiores ao Purus. A integração da Região ocorre fortemente com os estados do Acre e Rondônia. Sua parte sul funciona ou existe na prática como verdadeira extensão desses dois estados, com novas áreas incorporadas ao processo produtivo. (ESTADO DO AMAZONAS, 2011, vol. 1.p. 52, com grifos do autor).

Dessa forma, aspectos como indefinição fundiária, juntamente com a expansão da pecuária extensiva e da monocultura agrícola (soja principalmente), parecem ter surgido como consequência da expansão da malha rodoviária (oficial e clandestina), e geraram, ao que tudo indica o aumento da degradação florestal.

Certamente que esse conjunto de situações somado com a pressão dos movimentos ambientalista e social e um cenário político favorável, como será discutido com mais profundidade no capítulo seguinte, culminaram na criação, em 2008, de grandes Unidades de Conservação Federais na região sul do Estado do Amazonas com grande incidência no território de Lábrea, município contemplado com a maior quantidade dessas áreas em um curto período (a maior parte delas no ano de 2008).

A figura a seguir ilustra a configuração territorial de Lábrea após a criação das áreas protegidas, as quais passaram então a representar 73% do ordenamento territorial do município⁸²:

⁸²São 1,4 milhão de hectares de Terras Indígenas e 3,7 milhões de hectares de Unidades de Conservação em Lábrea (CARRERO et. al., 2013).

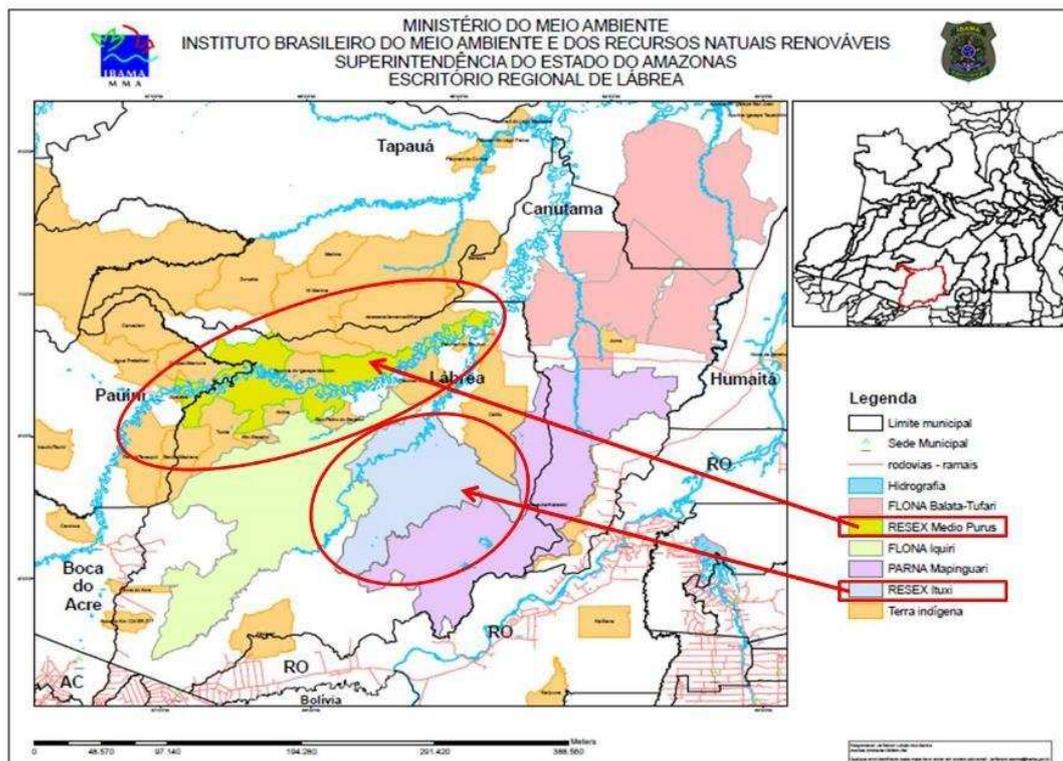


Figura 8: Áreas Protegidas incidentes no município de Lábrea. Fonte: adaptado de IBAMA, 2006.

Sem a pretensão de aprofundar na discussão da relação entre as variáveis expansão da fronteira agropecuária e desmatamento no sul do Estado do Amazonas, cabe ressaltar que já na história recente do processo de ocupação da região, a retomada de obras com significativo potencial de impacto socioambiental ali executadas entre elas, a repavimentação da BR 319, e a construção das Usinas Hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau no estado de Rondônia, empreendimentos que, juntamente com a retomada de estudos e prospecções em minério, gás natural e petróleo se apresentam como fatores de pressão sobre a conservação da floresta Amazônica na região de fronteira entre os estados do Amazonas e Rondônia⁸³.

⁸³A esse respeito, Milanez e Santos (2013) avaliam a estratégia chamada “neoextrativista” adotada pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), na esteira do que já havia realizado o governo Fernando Henrique Cardoso, com o programa Avança Brasil (KOHLHEPP, 2002), em promover o crescimento econômico, calcado na exportação produtos agrícolas e minérios, modelo no qual a Amazônia se insere estrategicamente como território a ser explorado, com potencial de proporcionar o crescimento econômico e incremento do produto interno bruto brasileiro.

Não obstante a exigência em todos esses empreendimentos, de condicionantes socioambientais, seguindo uma legislação sofisticada e condições técnicas de monitoramento do desmatamento florestal e do devido cadastro das propriedades particulares, uma vez destinadas as terras públicas, a região continua enfrentando problemas com ilícitos, ao que tudo indica, pelo fato da pouca efetividade e presença dos agentes do Estado nos locais mais críticos.

Dentro dessa questão, é elucidativa a fala de um dos entrevistados na pesquisa, com uma visão crítica a respeito do processo de ocupação observado no sul do município de Lábrea na atualidade:

Essa história da ocupação da terra né, sem governança, então você tem um processo de especulação muito grande, então você tem essas figuras, o cara é profissional liberal em São Paulo, e tem uma terra ali no Sul de Lábrea pra especular, ele comprou, sabe ele faz os esquemas, arrenda o pasto, não sei o que, bota uma turma pra desmatar por que valoriza a terra, lá na frente daqui há dois anos ele vende aquilo, né, vai rolando isso aí, às vezes ele nem tem interesse em ir pra lá pra morar, nem ganhar dinheiro com aquilo, ele tá especulando né (ENTREVISTADO E4G2, 2016).

A partir do cenário acima traçado para o município de Lábrea, tanto em relação aos aspectos geográficos, e levando em consideração a herança histórica de relações sociais de exploração e violência, é possível supor a existência de uma diversidade de modalidades de conflitos sociais, haja visto a extensão e complexidade de seu território.

Foi ressaltado desse modo as diferentes situações existentes entre a sede municipal de Lábrea, que se localiza a margem do rio Purus, e a zona sul do município, totalmente influenciada pelas dinâmicas dos municípios e estados vizinhos e sobre a qual as autoridades municipais têm pouca capacidade de atuação. A proposta de se analisar os conflitos sociais decorrentes da criação das Resex's Médio Purus e Ituxi parte de uma opção metodológica pelo estudo na sede municipal, o que não impediu, todavia que estabeleça relações com situações conflituosas da zona sul.

No capítulo seguinte a proposta é trazer a discussão ampliada acerca do tema das Áreas Protegidas, visando contextualizar o tema das Resex's e a inserção dessa categoria de Unidade de Conservação em cenários de expansão de fronteiras como aqui discutidos, o que, em certa medida auxilia na compreensão dos fatores envolvidos na criação das Resex Médio Purus e Ituxi em Lábrea na década de 2000.

CAPÍTULO 3- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTRATÉGIA PARA FREAR O AVANÇO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E DO DESMATAMENTO

No presente capítulo será trazida a discussão a respeito da criação de Unidades de Conservação como estratégia para barrar o avanço do desmatamento causado pela expansão das fronteiras econômicas na Amazônia. Para isso, é necessário que se faça inicialmente a discussão sobre Áreas Protegidas num contexto mais amplo, para que então se adentre no que diz o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC⁸⁴, Lei que, a partir do ano 2000 passa a nortear os processos de criação e implementação das Unidades de Conservação (UC) no Brasil, disciplinando as diferentes categorias de UC com suas respectivas finalidades e normas.

A discussão específica sobre a categoria de Unidade de Conservação Reserva Extrativista (Resex), abordando suas características, bem como o contexto histórico em que se deu a sua formulação será também trazida, levando em consideração o recorte analítico proposto pela pesquisa, que se debruça sobre os conflitos sociais relacionados à criação de duas Resex's no município de Lábrea.

3.1 Áreas Protegidas num contexto mais amplo

As rápidas transformações ocorridas no mundo após sucessivas revoluções tecnológicas tendo como ponto de partida a revolução industrial fizeram com que se consolidasse, sobretudo após a 2ª Grande Guerra Mundial, o caráter planetário de uma economia de mercado baseada na chamada divisão internacional do trabalho, formada basicamente por dois grupos de países, o bloco dos países desenvolvidos e industrializados do hemisfério norte, e o grupo dos países do sul, subdesenvolvidos, fornecedores de matérias primas (SANTOS, 2006 ; WALLERSTEIN, 2006; COUTINHO, 2009).⁸⁵

Tal arranjo, com fundamento na lógica da livre iniciativa, ofereceu condições, entre outros aspectos, para que os países desenvolvidos transferissem aos países

⁸⁴ Lei, nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

⁸⁵ Segundo Santos (2006, p.116) “as inovações técnicas introduzidas nos vinte anos após a segunda guerra mundial se espalharam duas vezes mais rapidamente do que aquelas introduzidas depois da primeira guerra mundial e três vezes mais do que as introduzidas entre 1890 e 1919”.

subdesenvolvidos suas tecnologias ultrapassadas, legando àqueles núcleos industriais poluidores para regiões com grande oferta de energia, matéria prima e mão de obra baratas, estimulando a aceleração do processo de destruição ambiental e avançando sobre as áreas nativas naqueles países da chamada periferia do capitalismo global (SANTOS, 2006 ; COUTINHO, 2009).

Nesse sentido, a preocupação com o ordenamento territorial com vistas a disciplinar a exploração ou mesmo estabelecer a preservação integral de recursos naturais considerados como estratégicos dentro do processo de desenvolvimento, passa a crescer de forma generalizada, e na proporção em que avançavam os projetos de infraestrutura sobre as áreas rurais, interligando paulatinamente as mais remotas regiões ao chamado “sistema mundo” (WALLERSTEIN, 2006) ⁸⁶.

As consequências do comportamento predatório da espécie humana chegam a seu ápice na segunda metade da década de 1950, quando a questão nuclear coloca em evidência a capacidade de autodestruição atingida pela humanidade. Além disso, o efeito estufa e o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera consistiam em fatores alarmantes, levando à emergência de um movimento ambientalista a nível planetário (VIOLA, 1991).

O movimento ambientalista ganha corpo na segunda metade do século XX, organizando eventos, publicações e manifestações além da realização de conferências internacionais para tratar da questão ambiental, bem como a formulação de teorias no mundo acadêmico relacionadas à utilização dos recursos naturais, e à previsão de catástrofes. Também se trabalha na formulação de conceitos como Ecologia Política, Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável (VIOLA, 1991; RIBEIRO, 1992, COUTINHO, 2009).

Alguns acontecimentos marcantes do referido período, os quais remetem à ascensão do ambientalismo em escala mundial, merecem destaque. Entre eles estão: a Fundação da

⁸⁶Esse autor explica que a expansão do mercantilismo europeu a partir do século XVI desencadeou um processo de integração de novos territórios como parte de um sistema-mundo, ou sistema global, no qual, a divisão internacional do trabalho passa a se dar por meio de cada vez mais intensas trocas comerciais entre todos os países, divididos enquanto centrais, periféricos e semiperiféricos.

União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em 1948⁸⁷, a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos em 1949, o surgimento da WWF⁸⁸ em 1961, a publicação do livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*) de Rachel Carlson em 1962, denunciando o uso indiscriminado de agrotóxicos como o DDT nos Estados Unidos e suas consequências para a saúde e o meio ambiente, as reuniões do Clube de Roma⁸⁹ a partir de 1969 com publicação de uma série de relatórios científicos sobre a temática já nas décadas de 1970 e 1980, tem destaque acontecimentos como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, a publicação do relatório Brundtland⁹⁰ em 1987, além do crescimento de um Partido Verde, na Alemanha no ano de 1983. (VIOLA, 1992; LEIS & D'AMATO, 1995; PEREIRA & SCARDUA, 2007; COUTINHO, 2009).

Dentro de todo esse cenário, a Amazônia é considerada como grande área a ser conservada em relação ao planeta, seja pela abundância de recursos naturais nela contida de maneira intacta, seja pelo seu status de região mega-biodiversa (BECKER, 2009; BENSUSAN, 2006), com importância central na questão do equilíbrio climático, e que vem resistindo ano após ano aos impactos causados pela abertura de vias, barramento de rios e retirada de recursos naturais.

O movimento ambientalista, conquistando espaço junto à opinião pública em todo o mundo, ao agregar e organizar informações a respeito da aceleração do processo de degradação ambiental numa escala global foi capaz de traçar estratégias pela criação de espaços protegidos, influenciando, por meio de discussões em fóruns internacionais, a decisão dos estados nacionais a respeito do tema, de maneira que há, portanto, nos dias

⁸⁷Criada em 1848, no contexto do fim da 2ª Guerra Mundial pelo biólogo Julian Huxley, irmão do escritor britânico Aldous Huxley, a IUCN é uma entidade da sociedade civil, que congrega membros de governos, instituições de pesquisa e estudiosos de várias partes do mundo, com a missão de promover a “conservação da natureza, o progresso da humanidade e o desenvolvimento econômico” (Site: <https://www.iucn.org/secretariat/about/union>);

⁸⁸ World Wide Found for Nature (WWF, "Fundo Mundial para a Natureza http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/

⁸⁹Fundado em 1966 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King.

⁹⁰A Comissão Brundtland, criada em 1983, e presidida pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, publicou, em 1987, o relatório *Our common future* (nosso futuro em comum), documento que foi entregue à Assembleia Geral da ONU naquele ano, popularizando, a partir de então o conceito de Desenvolvimento Sustentável (RIBEIRO, 1992, p. 27, SANTILLI, 2005).

atuais, um consenso mundial de que a criação de Áreas Protegidas seja a melhor forma de se conciliar o modelo de desenvolvimento capitalista com a conservação da biodiversidade⁹¹.

Importantes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a IUCN, trazem, já na última década do século XX, definições gerais para o termo Áreas Protegidas, os quais foram assimilados pela grande maioria dos países membros. A Convenção das Nações Unidas Sobre Diversidade Biológica, por exemplo, ocorrida na ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro e que foi assinada por 181 países, estabeleceu a seguinte definição para Área Protegida: “área definida geograficamente que é destinada ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (SANTILLI, 2005).

Já a IUCN, utilizou a seguinte redação: “uma área de terra ou mar dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de recursos naturais e culturais associados e manejados por instrumentos legais ou outros meios efetivos” (IUCN, 1983 apud RIOS, 2004, p.78). O fato é que as Áreas Protegidas nas suas diversas modalidades de enquadramentos de acordo com funções definidas segundo critérios debatidos por especialistas já abrangem acerca de 14,6% de todo o planeta (IUCN, 2013, apud BENSUSAN, 2014). O quadro a seguir mostra a divisão por categorias debatidas na assembleia da IUCN, as quais influenciam as diretrizes dos diversos países:

⁹¹ Biodiversidade aqui entendida como a “diversidade genética, diversidade de espécies e diversidade ecológica” do planeta (BENSUSAN, 2014, p.34).

Quadro 3: Categorias de áreas protegidas adotadas pela Assembleia Geral da IUCN em 1994:

Categoria Ia: Reserva natural estrita - área natural protegida, que possui algum ecossistema excepcional ou representativo, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies disponíveis para pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental.
Categoria Ib: Área de vida selvagem – área com suas características naturais pouco ou nada modificadas, sem habitações permanentes ou significativas, que é protegida e manejada para preservar sua condição natural.
Categoria II: Parque nacional- área designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para a presente e as futuras gerações e para fornecer oportunidades recreativas, educacionais, científicas e espirituais aos visitantes desde que compatíveis aos objetivos do parque.
Categoria III: Monumento natural – área contendo elementos naturais, eventualmente associados com componentes culturais, específicos, de valor excepcional ou único dada sua raridade, representatividade, qualidades estéticas ou significância cultural.
Categoria IV: Área de manejo de habitat e espécies – área sujeita à ativa intervenção para o manejo, com finalidade de assegurar a manutenção de habitats que garantam as necessidades de determinadas espécies.
Categoria V: Paisagem protegida – área onde a intervenção entre as pessoas e a natureza ao longo do tempo produziu uma paisagem de características distintas com valores estéticos, ecológicos e/ou culturais significativos e, em geral, com alta diversidade biológica.
Categoria VI: Área protegida para manejo dos recursos naturais – área abrangendo predominantemente sistemas naturais não modificados, manejados para assegurar proteção e manutenção da biodiversidade, fornecendo, concomitantemente, um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atenda às necessidades das comunidades.

Fonte: Bensusan (2006)

A análise do quadro acima traz à tona uma discussão que permeia o debate sobre áreas protegidas desde os primórdios, tendo em vista que a tolerância com a presença de pessoas nestas áreas nunca foi consenso entre pesquisadores do tema. Trata-se da oposição entre preservacionistas e conservacionistas, presente desde a formulação de categorias de Áreas Protegidas a nível internacional (PELLIZZARO et. al., 2015), e também com repercussão na formulação dos dispositivos legais referentes ao tema no caso brasileiro (DIEGUES, 2001, BENSUSAN, 2006).

Diegues (2001), a esse respeito, esclarece ser este um debate que se origina nos Estados Unidos no século XIX, quando dois dos mais influentes pensadores do tema, Gifford Pinchot e John Muir se posicionavam de forma distinta sobre a relação homem-natureza. Pela perspectiva do primeiro, engenheiro florestal e primeiro chefe do Serviço de Florestas Norte-Americano, o manejo e uso racional dos recursos naturais, deveriam se dar de modo racional e criterioso, nunca deixando de observar, porém, a meta do

desenvolvimento social e econômico. O segundo pensador, por sua vez, defendia a proteção da natureza como oposição ao desenvolvimento moderno, industrial e urbano, ou seja, ele defendia radicalmente a ideia de que determinados sítios naturais deveriam permanecer de forma intocada. Portanto, para Diegues (2001, p.30),“ Se a essência do pensamento conservacionista é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)”.

Essas duas correntes continuaram influenciando os diversos atores envolvidos nas questões socioambientais, de maneira que, como bem ressalta Medeiros (2006), em análise que faz sobre a evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil:

[...] de maneira geral, a criação de um instrumento de proteção e, por consequência, de novas tipologias de áreas protegidas, reflete, precisamente, tanto as expectativas sociais de grupos interessados, quanto os arranjos políticos e institucionais que exercem pressão ou influência sobre o Estado (p.42).

Ou seja, há que se concordar com este autor, com o fato de o processo de definição de áreas protegidas nos estados nacionais, assim como tantos outros processos de formulação de políticas e discussões sobre resoluções e legislações é também, e fundamentalmente, um campo de disputa política (BOURDIEU, 2002).

Mas há que se ressaltar, contudo, que a ideia de se reservar fatias do espaço geográfico com vistas à conservação de recursos naturais considerados estratégicos remonta outras fases e contextos históricos da civilização ocidental, os quais nem sempre consistiam em ambientes democráticos. De acordo com Colchester (1997) apud Bensusan (2006), em 700 a.C. os Assírios, já tinham suas reservas reais de caça. Também os Romanos, com o intuito de manter reservas de madeira para construção naval e civil, conservavam áreas de florestas, medida de racionalização e planejamento espacial também verificada em diversos outros povos na história das civilizações ocidentais.

No Brasil, desde o início de seu processo de colonização por europeus, o que se teve foi a dinâmica da exploração sem limites dos recursos naturais, de modo que a preocupação com o ordenamento territorial com vistas à conservação destes, acaba levando alguns séculos para se dar. Devido ao vasto território e ao movimento colonizador partindo da região litorânea de abundante Mata Atlântica, a noção que se tinha era a da infinitude de recursos, demorando assim para se notar os problemas do esgotamento do meio ambiente (PÁDUA, 2004). Quando houve iniciativas nos períodos colonial e imperial brasileiro, no sentido da preservação de áreas de florestas consideradas estratégicas, estas se deram de

forma discreta por meio de iniciativas pontuais e dispersas (DIEGUES, 2001; BENSUSAN, 2006; BARRETO FILHO 2004).

Foi somente no ano de 1934, que o país edita o seu primeiro Código Florestal (Decreto n.23.793, de 1934), onde consta a nomenclatura Unidade de Conservação (UC), termo que até hoje é utilizado no Brasil para a categorização das Áreas Protegidas (*Protected Areas*) nacionais.

Também, aparecem na Lei as nomenclaturas “monumento público natural”, “área reservada”, além das categorias Parque Nacional, Floresta Nacional, Floresta Estadual, Floresta Municipal, e Floresta Protetora (BARRETO FILHO, 2004p. 56-57). Sobre o termo “área protegida”, vale ressaltar, este continua sendo adotado, mas para se referir aos espaços geográficos protegidos num sentido mais amplo (BENSUSAN, 2014)⁹².

Barreto Filho (2004) ressalta que os primeiros Parques Nacionais brasileiros, foram criados na parte mais urbanizada e desenvolvida do Brasil, ou seja, próximos à capital federal, até então a cidade do Rio de Janeiro, na região Sudeste do Brasil⁹³. Foi somente em 1959, com a criação do Parque Nacional do Araguaia, no governo Juscelino Kubitschek, que começa a se criar, se forma efetiva, Áreas Protegidas em direção às porções norte e ocidental do território brasileiro.

No tocante à criação deste parque, Bensusan (2014) lembra que o engenheiro André Pinto Rebouças⁹⁴, no ano de 1876 já havia sugerido a sua criação, na Ilha do Bananal, no estado do Tocantins (na época Goiás), e também do Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná, em artigo que escreveu influenciado pela análise feita sobre a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, no ano de 1872.

Tido como grande referencial em relação à criação de espaços naturais reservados para a preservação no ocidente, Yellowstone é fruto da concepção romântica de “*wilderness*” ou “vida selvagem”, subjacente à criação dos parques no final do século XIX

⁹²Segundo a autora, esses dois termos – Área Protegida e Unidade de Conservação - podem ser considerados como sinônimos, sendo que “Áreas Protegidas” acaba sendo utilizado sempre que se refere a um conjunto maior de Unidades, ou no contexto internacional;

⁹³O Parque Nacional do Itatiaia foi criado no ano de 1937, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais; Os Parques Nacionais do Iguaçu no Paraná Nacional Serra dos Órgãos no estado do Rio de Janeiro foram criados no ano de 1939 (DIEGUES, 2001; BARRETO-FILHO, 2004);

⁹⁴Engenheiro, militar, e conhecido pelas suas posições abolicionistas, Rebouças foi figura influente no cenário político de seu tempo (CARVALHO, 1998).

(DIEGUES, 2001, p.24). Assim, segundo Diegues (2001), dominava o imaginário nacional Norte-Americano naquele momento de urbanização acelerada, com a consolidação do capitalismo, sobretudo após o processo de expansão civilizatória rumo ao oeste de seu território, que culminou com o gradual e violento extermínio dos povos nativos, a perspectiva preservacionista, ou seja, a ideia de grandes áreas não habitadas de cenário paisagístico deslumbrante, de modo que o que se propunha era reservar grandes áreas naturais, “subtraindo destas as áreas de expansão agrícola e as colocando à disposição das populações urbanas para fins de recreação” (p.13).

Yellowstone vale ressaltar, foi criado em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock (KEMF, 1993, apud DIEGUES, 2001) e não em uma região vazia e “selvagem”, fato que demonstra o potencial de geração de conflito social dessa modalidade de Área Protegida – um parque de proteção integral - já na sua essência, a de um parque concebido dentro da visão mítica (e ilusória) do “paraíso perdido” (DIEGUES, 2001).

Fazendo um paralelo nesse sentido, com “marcha para o oeste” brasileira⁹⁵, quase um século depois, a criação de Parques Nacionais em territórios indígenas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil é um indicativo de que, naquele momento, a aceitação da existência de populações humanas em espaços protegidos, quando se deu, foi no sentido de considerá-los grupos incapazes e dignos de serem tutelados pelo estado⁹⁶, já que selvagens e, portanto, parte indissociável do cenário natural.

Para se ter uma ideia, no caso do Parque Nacional do Araguaia, o governo JK, manifestava o plano de transformar a Ilha do Bananal, segundo as palavras do próprio presidente da república, “lugar deserto e primitivo” onde “natureza e índio seriam domesticados e vitrinizados por um hotel resort de luxo” (BARRETO FILHO, 2004, p.58), em um Parque Nacional controlado pelo Estado.

No caso da criação do Parque Indígena do Xingu, no Estado do Mato Grosso, a ação de personalidades como a do Antropólogo Darcy Ribeiro e dos irmãos Villas Boas, indigenistas nas frentes pioneiras da colonização promovida pelo governo brasileiro

⁹⁵A Marcha para Oeste foi uma política do Estado Novo (1937-1945). Lançada oficialmente pelo presidente Vargas em 1938, a proposta era a de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia. O projeto se caracterizou por pela expansão econômica da região, com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, introjetando o discurso de pertencimento nacional, expresso nas diretrizes ideológicas do Estado Novo (CALONGA, 2015).

⁹⁶Lima (2012) chama de tutelar o exercício de poder de Estado sobre espaços, sejam eles geográficos, sociais ou simbólicos onde se encontram segmentos sociais tomados como “destituídos de capacidades plenas necessárias à vida cívica” (p.784). Esses grupos, notadamente os Povos Indígenas do Brasil, vivenciaram, até 1988, esta condição, considerada pelo autor como de inferior.

naquele momento foi decisiva para a incorporação na área dos diversos grupos indígenas da região. Segundo Araújo (2004, p.28), nesse sentido, ali “se rompia com a visão predominante desde o final do século XIX de que os índios eram seres fadados à extinção, na medida em que deveriam evoluir e perder a sua condição de índios, sendo definitivamente assimilados pela sociedade envolvente”⁹⁷.

Mesmo concebidas como dito acima, numa perspectiva equivocada, e por que não dizer genocida, seguindo uma filosofia que Diegues (2001) chamou do “mito da natureza intocada”, numa sociedade capitalista em franca expansão, a criação de parques e reservas naturais passa a ser incorporada pelos países periféricos do sistema mundo, entre os quais o Brasil e os demais países sul-americanos onde o bioma Amazônia incide, o que se deu, salvo em casos como o do Xingu, não sem conflitos fatais com as populações nativas, as quais também, vale ressaltar, desde sempre demandam a proteção de seus territórios sagrados ou *homeland* (LITTLE, 2002)⁹⁸.

Como se discutiu no capítulo anterior, a dinâmica de avanço das fronteiras econômica se deu, não sem a ocorrência de conflitos sociais, muitas das vezes com violência. Povos e comunidades tradicionais em geral são os agentes sociais que resistem às frentes pioneiras, para isso se utilizando de estratégias distintas, dentre as quais, a luta pelo reconhecimento e proteção de suas áreas. Vale a ressalva, de Little (2002, p.5), segundo o qual a acomodação, apropriação, consentimento, ou mesmo influência mútua e mistura entre as partes envolvidas no processo de colonização e expansão de fronteiras também são situações possíveis e que devem ser levadas em consideração.

Pode-se discutir, entretanto que a criação de áreas protegidas no século XX, encontrou motivações para além das estratégias geopolíticas de ocupação de organização territorial das nações em desenvolvimento, dadas em geral por meio de ações

⁹⁷Barreto Filho (2004) aponta a origem da criação do Parque Nacional do Xingu, ainda na década de 1940, no contexto da segunda guerra mundial, quando o governo brasileiro se comprometera com os países aliados em estabelecer bases aéreas militares na região central de seu território (p.58). A criação do Parque acaba se dando oficialmente no ano de 1961, se tornando base norteadora de uma nova política de demarcação de Terras Indígenas, anos mais tarde;

⁹⁸Little (2002, p.10) utiliza esse termo para se referir à noção de pertencimento de povos nativos a um lugar ou “área imemorial”, a qual é transformada em território sagrado, a partir da relação simbólica nela vivenciada e a ela atribuída ao longo das gerações.

governamentais centralistas, geralmente estribadas em critérios puramente técnicos de reserva de recursos estratégicos ou na valorização estética e beleza cênica de determinados espaços considerados “inabitados”.

Fatores como a resistência dos grupos sociais locais, juntamente com a mobilização em torno da questão ambiental fizeram com que avançasse em diversos países a legislação em prol de medidas protetoras do Meio Ambiente, de maneira que a criação de Áreas Protegidas passa a despontar como uma das estratégias frente ao acelerado processo de devastação ecossistêmica experimentado até então.

No Brasil, se observou um substancial aumento da criação de Áreas Protegidas, sobretudo Parques Nacionais e Reservas Biológicas, a partir do final da década de 1970, acompanhada de avanço da legislação, o que se deu não sem a participação (e pressão) dos movimentos sociais e ambientalistas. Barreto Filho (2004) destaca, nesse sentido, entre os anos de 1979 e 1981 a promulgação de dispositivos legais de regulamentação dos Parques Nacionais, Estações Ecológicas e das Áreas de Proteção Ambiental, além da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981⁹⁹, que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).¹⁰⁰

Se do ponto de vista ambiental, contudo, a demanda pela criação de Áreas Protegidas no Brasil começa a ser satisfeita no final da década de 1970, o fato de não ter se levando em conta satisfatoriamente o aspecto da presença de populações humanas deixou evidente uma lacuna, a qual se evidenciou nas décadas seguintes no período da redemocratização, no qual os mais diversos segmentos da sociedade até então reprimidos, voltam a ter a oportunidade de entrar nos debates, culminando na promulgação de um novo texto Constitucional, o qual norteou a formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação brasileiro.

⁹⁹Lei 6.938/81;

¹⁰⁰ Esse autor, estudioso das Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia, destaca o expressivo avanço em termos quantitativos na criação de Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, ou seja, áreas de proteção integral no Brasil entre os anos de 1974 a 1985.

3.1.1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação brasileiro

Como acima mencionado, o contexto em que foram concebidas as primeiras grandes Áreas Protegidas no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi o de autoritarismo de Estado, ou seja, na tônica do pouco diálogo e da marginalização dos movimentos sociais. Este cenário começa a mudar a partir de fins da década de 1970 e início da década de 1980, com o processo de abertura política, avançando até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No tocante a esse aspecto, Santilli (2005), fala do nascimento, com a redemocratização, do Movimento Socioambientalista brasileiro, articulando, pela primeira vez, as pautas dos movimentos sociais e movimento ambientalista:

O surgimento do socioambientalismo pode ser identificado com o processo histórico de redemocratização do país, iniciado com o fim do regime militar, em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização de eleições presidenciais diretas, em 1989. Fortaleceu-se – como o ambientalismo em geral – nos anos 1990, principalmente depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, (ECO-92), quando os conceitos socioambientais passaram, claramente, a influenciar a edição de normas legais (p12).

Pode-se afirmar, a partir da citação acima, que o Artigo 225 da Constituição Federal, aquele que trata do Meio Ambiente, teve a contribuição substantiva da sociedade civil organizada, afirmando a importância dos “espaços territoriais especialmente protegidos” (BRASIL, 1988, Art.225, § 1º, inciso III), como um dos meios de se garantir um Meio Ambiente ecologicamente equilibrado. Ficou assim a redação do texto constitucional:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)III – definir, em todas as unidades da federação, **espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos**, sendo a alteração e a supressão permitidos somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (BRASIL, 1988, grifo do autor).

Como desdobramento do texto constitucional, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) de 1989, vale ressaltar, em seu Art. 9º, Cap. VI, prevê como um de seus instrumentos, “a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como Áreas de Proteção Ambiental, de relevante interesse ecológico e Reservas Extrativistas” (BRASIL, 1989).

Pereira e Scardua (2008) assinalam que apesar da Constituição ter criado o “instituto do espaço territorial especialmente protegido” (p.82), como acima destacado, prevendo as devidas restrições a serem nelas impostas, a ela não coube, contudo, e nem à PNMA, categorizar esses espaços, algo que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC procurou realizar anos mais tarde.

Bensusan (2006) que acompanhou as discussões do Sistema Nacional de Unidades de Conservação frisa as dificuldades enfrentadas e os debates intensos que permearam esse processo durante mais de uma década, até a promulgação da Lei em julho do ano 2000. Sua origem, relata a autora, parte de uma solicitação, ainda no ano de 1988, do então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)¹⁰¹, autarquia federal ligada ao Ministério da Agricultura (DIEGUES, 2001; IBAMA, 2016)¹⁰², a uma Organização não Governamental, a Fundação Pró-Natureza (Funatura), para que esta elaborasse um anteprojeto de lei tratando de um sistema nacional de unidades de conservação.

Encaminhado e aprovado como pelo CONAMA, em maio do ano de 1992 o projeto de lei foi então encaminhado ao Congresso Nacional, sendo que no decorrer dos anos de 1994 e 1995 deputados federais ligados ao movimento ambientalista apresentaram substitutivos ao Projeto de Lei original, propondo a introdução de modificações significativas no texto original, ações que, de acordo com a autora (p.20) consistiam na expressão, dentro do poder legislativo da antiga polêmica centrada na questão da presença ou não de pessoas no interior das unidades de conservação.

Assim, o projeto só foi aprovado no Congresso Nacional após um sem número de reuniões, audiências públicas, e com versões e modificações, até que, em 2000, com alguns dispositivos vetados pelo presidente da república, o SNUC foi publicado no diário oficial. Bensusan (2006, p.20) aponta, contudo que: “o resultado das discussões consistiu na tentativa de conciliação de visões muito distintas que, apesar de não agradar inteiramente a

¹⁰¹Criado pelo Decreto n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967, a esse instituto cabia a regulamentação e a administração das unidades de conservação até então existentes, com prevalência de Parques Nacionais e Reservas Biológicas (DIEGUES, 2001, p.115);

¹⁰²O IBDF desapareceu no ano de 1989, quando a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –IBAMA, órgão criado com a intenção de integrar a gestão ambiental no Brasil, até então dispersa em vários Ministérios (IBAMA,2016).

nenhuma das partes envolvidas na polêmica, significou um avanço importante na construção de um sistema efetivo de áreas protegidas no país”.

Com a promulgação da Lei do SNUC, o termo genérico para se designar as Áreas Protegidas no Brasil passa a ser então, o de Unidade de Conservação (UC), uma vez que foi esse o termo adotado na legislação, de fato um termo sinônimo daquele (MEDEIROS, 2006; BENUSAN, 2008). Em seu Art.2º o SNUC assim define Unidade de Conservação:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL,2000).

Também ficou estabelecida de forma clara na Lei, as duas categorias básicas de UCs, que são as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Assim, o Art. 7º da Lei estabelece:

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Um dos aspectos que cabe frisar no que diz respeito às características gerais das Unidades de Conservação, tanto as de Proteção Integral, quanto as de Uso Sustentável, é a questão fundiária, ou seja, o que a Lei determinou a respeito da questão da posse e domínio públicos das terras que irão ser destinadas à conservação/preservação ambientais.

Várias das categorias de Unidades de Conservação, dentre as quais Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parques Nacionais, Reservas de Fauna, Florestas Nacionais e também as Reservas Extrativistas, não admitem, em hipótese alguma, a existência de proprietários particulares dentro de suas áreas, estando prevista a desapropriação dos mesmos mediante indenização pelo Governo Federal (BRASIL, 2000, Art. 9º, 10º, 11º, 17º, 18º e 19º).

Já em relação aos Monumentos Naturais, aos Refúgios da vida Silvestre, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as APAs e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, estas últimas, Unidades de Conservação análogas às Reservas Extrativistas, admitem a presença de áreas particulares, “desde que seja possível compatibilizar os objetivos da

unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários” (Idem, Art. 12º, 13º, 14º, 15º e 16º).

Cabe a reflexão, diante do exposto, sobretudo em relação às Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que, a participação dos movimentos sociais no debate, especificamente daqueles ligados às questões da reforma agrária, e à causa das Reservas Extrativistas, fez com que, não só se reconhecesse na legislação a presença das comunidades tradicionais em Áreas Protegidas, mas que se desse ao ato de criação destas, sobretudo as Resex, ao exigir a desapropriação dos particulares, um caráter de justiça social aliada à justiça ambiental (justiça socioambiental), uma vez que a maior causa de conflitos que motivaram (e de certa maneira continuam motivando) a demanda pela criação destas Unidades são os embates com grandes fazendeiros (latifundiários).

Acsegrad (2010, p.108) percebe, nesse sentido, a noção de justiça ambiental exprimindo um movimento de “ressignificação da questão ambiental”, na medida em que está “resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (idem). Para esse autor, portanto, distintas formas sociais de apropriação dos recursos ambientais distribuídas no espaço entram em conflito no momento em que uma avança sobre o espaço da outra.

Cunha e Loureiro (2009) visualizam nas Reservas Extrativistas exatamente essa relação conflituosa. Para esses autores um conflito entre um modelo de desenvolvimento que valoriza a propriedade individual da terra para fins de acumulação de capital, e outro, que preconiza o uso coletivo dos recursos naturais de maneira a não exaurí-los, justamente por estes representarem a base de seu sustento por gerações.

Embora, como ressaltam Inoue e Lima (2007, p.9), as discussões acerca das unidades de conservação de uso sustentável no Brasil estejam inseridas no contexto do regime global de biodiversidade, o debate a respeito de como se conciliar conservação da biodiversidade com a melhoria da qualidade de vida das populações locais por meio do uso sustentável dos recursos naturais, encontraram no Brasil, aspectos singulares, sobretudo após o SNUC, Lei onde se encontram consolidadas várias ideias debatidas pelos movimentos sociais nas décadas que a antecederam.

Cabe ressaltar, por último, que a década de 2000 é marcada pelo considerável avanço no tocante a promulgação de leis, decretos e medidas provisórias e políticas públicas relacionadas às Unidades de Conservação, os seus propósitos e o público delas

beneficiário. Assim, somente para citar alguns exemplos se teve nessa década, o decreto n. 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade (BRASIL, 2003), o decreto n. 5.092, de 21 de maio de 2004, que define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2004), o decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 que Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (BRASIL, 2006a), a Lei n. 11.284, de 02 de março de 2006 que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro – SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF (BRASIL, 2006b), e o Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007 que Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras.

O número Unidades de Conservação, entre federais e estaduais em todo o Brasil chegou a 1.149 em 2013. Destas, 247 estão na Amazônia (BRASIL, 2014). Dados do Tribunal de Contas da União – TCU apontam que entre os anos de 2003 a 2008, o Brasil foi responsável pela criação de 74% das áreas protegidas em todo mundo, informação que confirma que a primeira década do século XXI foi uma década de avanços em relação a essa temática.

3.1.2. Reservas Extrativistas: um breve histórico

“A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer” (Chico Mendes, 1988)

As Reservas Extrativistas, como apontado anteriormente, são categorias de Unidades de Conservação enquadradas na modalidade “uso sustentável”, as quais guardam a singularidade de serem pensadas, discutidas e propostas pelos movimentos sociais, mobilizados como forma de resistência a um contexto adverso que era o do avanço abrupto da pressão da fronteira agropecuária sobre os seringais, principalmente, no Estado do Acre (ALLEGRETTI, 1994; NAKASHIMA, 2004; SOUZA, 2010).

Dentro desse contexto que os sindicatos de trabalhadores rurais em Brasiléia e Xapuri¹⁰³, naquele estado, passaram a se organizar em torno de causas estruturais, como a questão da pavimentação da rodovia BR 364 (Cuiabá – Porto Velho - Rio Branco) no final da década de 1970, denunciando as consequências da estrada, aberta sem levar em conta, impactos sociais e ambientais decorrentes de uma obra desse porte, como a explosão dos casos de malária nas áreas desmatadas e a especulação fundiária sobre terras públicas, ocasionando invariavelmente a expulsão dos moradores locais, atingindo diretamente os seus trabalhadores.

Mas além da rodovia (e juntamente com esta), grandes pecuaristas vindos das regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil passam a se apropriar dos antigos seringais, terras que legalmente não pertenciam nem aos indígenas nem aos seringueiros ali estabelecidos havia décadas (no caso dos indígenas séculos), mas que pelo Estado eram considerados como meros posseiros (ALLEGRETTI, 1994; SALES e VIANNA, 2008).

Estimulados pelos grandes projetos do Governo Militar, como o Programa de Integração Nacional (PIN), e os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (PND I e II), os “Paulistas”, como vulgarmente ficaram conhecidos no estado do Acre (PAULA, 2005) passam a ser, dessa forma, os principais adversários de índios e seringueiros locais. Segundo as palavras do próprio Chico Mendes:

De 1970 a 1975 chegaram os fazendeiros do Sul que, com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM, compraram mais de 6 milhões de hectares de terra, espalhando centenas de jagunços pela região, expulsando e matando posseiros e índios, queimando os seus barracos, matando, inclusive, mulheres e animais (NAKASHIMA, 2004 p.85).

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que indígenas, assessorados por entidades mediadoras tais quais a Igreja Católica¹⁰⁴ passam a reivindicar demarcação de territorial, os

¹⁰³Segundo Paula (2005), esses dois municípios eram os mais mobilizados da região. Wilson Pinheiro, assassinado em julho de 1980, foi o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Brasiléia; Chico Mendes que trabalhou com Wilson em Brasiléia, assumiu o sindicato em Xapuri no ano de 1981 (NAKASHIMA, 2004; PAULA, 2005).

¹⁰⁴A Igreja Católica, por meio das Pastorais Sociais, como o Conselho Indigenista Missionário, e a Comissão Pastoral da Terra, entre outras, desempenhou papel primordial de conscientização e organização social de base no período da ditadura militar brasileira, papel que desempenha ainda hoje na Amazônia e em todo o Brasil (CUNHA, 2010; PAULA, 2004; FRANCO, 2011).

seringueiros, organizados nos sindicatos de trabalhadores rurais, demandam por reforma agrária. Dispostos a tomar medidas drásticas a fim de proteger o principal meio de sustento, no caso a floresta amazônica, de onde extraíam das árvores nativas, o produto de seu sustento, os trabalhadores começaram então a organizar os empates.

A respeito destes, Chico Mendes explicou:

Os empates são feitos através de grupos de resistência formados por seringueiros que se colocam diante das foices e das motosserras de maneira pacífica, mas organizada, numa área ameaçada pelo desmatamento dos fazendeiros. Tentam convencer os peões, que estão ali a serviço dos fazendeiros, a se retirarem da área. Muitas vezes são atacados pelas forças de segurança, por que os fazendeiros sempre recorrem judicialmente, pedem o apoio policial (...) o interessante é que o empate é composto de homens, mulheres e crianças. As mulheres sempre costumam sair na linha de frente, como bandeira, para evitar que a polícia possa atirar. No momento que a polícia pensar em atirar na gente, ela vai ter que atirar primeiro numa criança ou numa companheira de um seringueiro (NAKASHIMA, 2004 p.83)

Esta situação de “frente de batalha” vivenciada pelos seringueiros evoca uma dimensão conflitiva que Martinez-Alier (2011) chamou de “conflitos ecológicos distributivos” (p.113). Discorrendo sobre a lógica dos conflitos socioambientais modernos, esse autor fala do choque inevitável entre os campos econômico e ambiental, o qual está relacionado a um mecanismo perverso de transferência, a nível global - uma lógica sempre reproduzida nos níveis locais - dos custos do modelo de desenvolvimento capitalista às partes mais frágeis dentro do sistema, o que envolve mecanismos de expropriação dos recursos naturais beneficiando certos grupos sociais em detrimento de outros (MARTÍNEZ-ALIER, 2011, p. 110).

A causa local seringueira, no caso o grupo social local que estava vendo seus recursos naturais expropriados, começa a ganhar contornos planetários a partir do momento em que personalidades ligadas ao movimento ambientalista, como o documentarista inglês Adrian Cowell e a antropóloga paranaense Mary Allegretti aderem à sua causa, apoiando, assessorando e colaborando para que seus líderes fizessem denúncias no plano internacional, como foi o caso da ida de Chico Mendes a Nova York denunciar junto ao banco financiador da obra da BR 364, o BID, as violações a direitos humanos e destruição indiscriminada do Meio Ambiente na região.

O episódio, documentado por Cowell¹⁰⁵, ajudou a dar notoriedade ao conflito no Acre ao mesmo tempo em que fez com que acirrassem as ameaças de morte ao líder dos seringueiros no âmbito local (NAKASHIMA, 2004).

Como desdobramento desse movimento de articulação social em defesa da manutenção da floresta e por direitos fundiários para as populações tradicionais que nasce o Conselho Nacional dos Seringueiros, como forma de contrapor, segundo Chico Mendes uma organização social patronal hegemônica:

A ideia da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros surgiu porque nós descobrimos que existe o Conselho Nacional da Borracha que é composto simplesmente por fazendeiros, industriais e que não existe nenhum seringueiro lá dentro. Então, por que nós não criamos uma entidade para se contrapor a toda essa burocracia? Foi consenso no I Encontro Nacional dos Seringueiros, com uma comissão provisória. (NAKASHIMA, 2004, p. 79)

Segundo Paula (2005), a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, no ano de 1985, longe de significar um rompimento com a luta sindical rural, veio como estratégia para a ampliação leque de alianças com setores ambientalistas, tais quais as ONGs (nacionais e internacionais), as universidades, agências financiadoras, entre outras, com interesses em comum na Amazônia e nas populações tradicionais.

Dessa forma, em fóruns como o I Encontro Nacional dos Seringueiros, e o I Encontro dos Povos da Floresta em 1985¹⁰⁶ se discutia alternativas para o desenvolvimento da Amazônia, se propondo uma inversão na lógica de apropriação dos recursos naturais, onde, segundo o autor, “a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público, cuja utilização deveria levar em conta tanto as demandas sociais das populações da região, quanto as preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta” (PAULA, 2005, p.6).

Se o modelo proposto, nesse sentido, preconizava a incorporação da floresta como “bem público”, fica claro que o papel do Estado, como afirma Paula (2005) passa a ser

¹⁰⁵ Na série de documentários: “A Década de Destruição”, exibida na BBC de Londres, acervo que posteriormente foi doado para a Universidade Federal de Goiás.

¹⁰⁶ Fruto da aliança firmada entre os seringueiros e o movimento indígena do Acre naquele período.

central na concepção de área protegida discutida pelo do CNS, que passa então, a fazer, de forma organizada, um movimento de interlocução com o governo federal para demandar um modelo de reforma agrária que se adequasse às necessidades daquele grupo social.

Como pontuou Allegreti (2008), nesse sentido, é do Estado, como instância supostamente neutra e que está acima dos interesses dos vários grupos sociais, a competência exclusiva na formulação de políticas públicas, sendo, portanto, a instituição com capacidade de identificar necessidades e formular soluções pensando visando o interesse comum, seguindo a constituição.

Partindo então desse pressuposto, e se inspirando, como bem lembram Esterici & Schweickardt (2010), nas reservas indígenas já criadas na região, os líderes seringueiros, começaram a debater qual o modelo de reforma agrária capaz de manter a integridade territorial do seringal, e que fosse adequado ao modo de vida seringueiro o qual, de maneira semelhante aos povos indígenas, se baseava totalmente no manejo de recursos da floresta tais quais, caça, pesca e extrativismo vegetal.

Na figura apresentada a seguir pode-se visualizar com clareza o esquema de uso do território de um seringal na Amazônia, onde cada família seringueira, na sua respectiva colocação¹⁰⁷ necessita percorrer extensa área de modo a explorar as seringueiras nativas (nas chamadas “estradas de seringa”), locais onde também de caça e coleta para o autoconsumo.

¹⁰⁷Colocação é o ponto fixo no seringal onde o seringueiro constrói a casa onde vive com sua família, em geral na beira do rio principal ou afluentes, onde é possível a pesca e a agricultura.

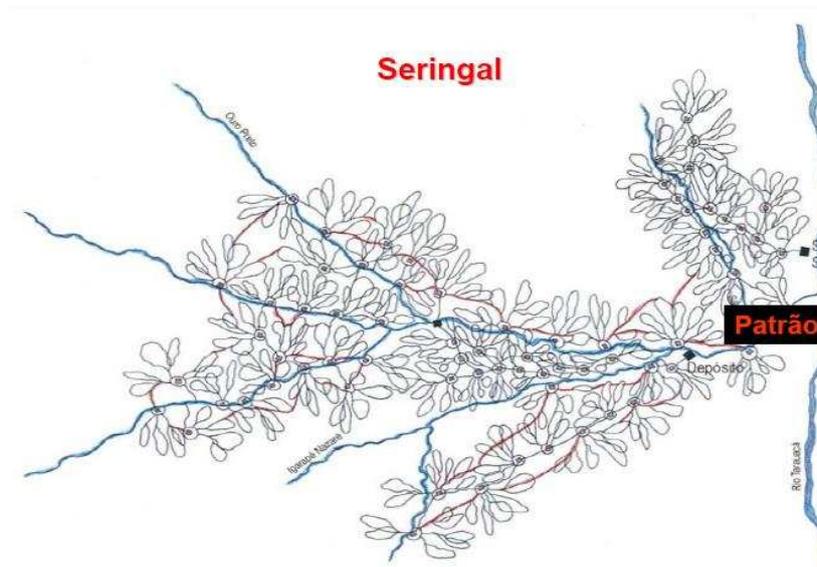


Figura 9: Divisão das colocações e estradas de seringa em um seringal tradicional da Amazônia
 Fonte: ALLEGRETTI, 2008

Observa-se no croqui, no local escrito “Patrão”, o posicionamento do barracão central por onde era escoada toda a produção da borracha também onde obtinha mercadorias ou a “aviação”. Já os pequenos círculos ao longo dos cursos dos rios secundários representam as “colocações” dos seringueiros, que nada mais eram que os pontos fixos de moradia de cada família, a partir dos quais os trabalhadores partiam para as “estradas” de seringa (representadas no desenho pelos vários balões ao redor dos pequenos círculos). Com a criação da Reserva, a ideia era eliminar a figura do “Patrão”, que explorava o trabalho do seringueiro, local que deveria ser ocupado por uma associação comunitária, pautada por valores de relações justas de trabalho comum.

Dessa maneira, um modelo de reforma agrária como o então praticado pelo INCRA, fazendo a divisão em lotes individuais esquadrihados no formato de um plano cartesiano, não atendia às necessidades dos seringueiros, além de oferecer o risco da desagregação social, no momento em que, por meio do assédio dos pecuaristas, estes tivessem a possibilidade de, mesmo que de forma ilegal, negociarem seus lotes.

Mesmo assim, foi dentro dessa autarquia que se deu pela primeira vez a institucionalização de uma demanda formulada pelo movimento, que desde a criação do CNS, em 1985 vinha buscando, em audiências com diversos órgãos na esfera federal o diálogo em torno da questão (CUNHA, 2010). Dessa maneira, por meio da Portaria INCRA/P/ nº 627, de 30 de julho de 1987, abriu-se a possibilidade para a formalização dos primeiros Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAES, os quais, apesar de terem sido

vistos com ressalva por muitas das lideranças, acabou incorporando algumas demandas do movimento tais quais, o respeito à delimitação informal das colocações, a não emissão de títulos de propriedade individual mas sim comunais (regime de concessão de uso em regime comunal), além da incorporação de variáveis ambientais passando a considerar o potencial valorativo das florestas em assentamentos (SCHWEICKARDT, 2011).

Tal como analisado por Cunha (2010) no tocante ao assunto, duas questões fundamentais para os seringueiros, sobretudo levando em consideração o contexto de conflitos fundiários naquele momento no Estado do Acre, não haviam sido contemplados nas normas dos PAEs, que eram a necessidade de desapropriação prévia à criação das áreas, e a fragilidade do instrumento jurídico utilizado.

No tocante ao primeiro ponto, a autora afirma que a não desapropriação prévia da área, por interesse social¹⁰⁸ além de limitar o tamanho das unidades a serem criadas, impossibilitava a sua criação nos locais de maior conflito com fazendeiros, favorecendo a situação de grileiros.

Na prática, os PAEs só seriam criados onde a terra já estivesse regularizada e a posse já fosse da União, o que praticamente excluía as áreas onde os conflitos eram maiores uma vez que estes aconteciam porque os “novos proprietários” da terra estavam querendo tomar posse da propriedade adquirida (CUNHA, 2010 p.87).

Em relação ao segundo ponto, ou seja, ao instrumento jurídico utilizado pelo governo na criação de um PAE, uma portaria interna do INCRA, a relativa facilidade de sua revogação, em relação a um decreto presidencial (este só pode ser revogado pelo Congresso Nacional) era motivo de insegurança para os seringueiros, que com canais de diálogo estabelecidos dentro do governo aos poucos iam aprimorando a ideia da Reserva Extrativista.

O assassinato de Chico Mendes no dia 22 de dezembro de 1988, com grande repercussão nacional e internacional do caso, acabou favorecendo a causa seringueira, fazendo acirrar a pressão do movimento sobre o governo para a criação das Resex, as quais são finalmente regulamentadas, pela primeira vez com a denominação Reserva

¹⁰⁸Observando a Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.

Extrativistas no ano de 1990, por meio do decreto n.98.897 de janeiro daquele ano, se vinculando à administração do IBAMA¹⁰⁹.

No ano de 1992, cria-se dentro da estrutura desta autarquia, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT¹¹⁰, institucionalidade que, na interpretação de autoras como Allegretti (2008) e Cunha (2010), representou um marco de uma nova fase da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil. Allegretti (2008) ressalta de maneira positiva a possibilidade aberta, naquele momento de articulação entre governo e movimento social, para que os dois setores dividam responsabilidades, praticando a gestão partilhada, o Estado reconhecendo direitos dos grupos sociais e respeitando formas específicas de organização social, e esta, participando ativamente de negociações e discussões que dizem respeito a grupos sociais específicos, no caso específico, os seringueiros.

No mesmo sentido, Cunha (2010, p.21) irá enfatizar o “papel educador do Estado”, superada a fase de enfrentamento e imposição junto à sociedade, característica das duas últimas décadas. Para essa autora, no contexto em que as Resex foram reconhecidas, ou seja, o de enxugamento do estado e de ascensão das Organizações não Governamentais, que marcou a década de 1990, o “Projeto RESEX” representou um espaço pedagógico de construção e difusão de conceitos e práticas que, segundo ela, “contribuiu na adequação da conquista dos seringueiros aos princípios da sociedade capitalista neoliberal”.

Schweickardt (2011) questiona, entretanto, se referindo ao trabalho de Lima (1995), sobre a política indigenista brasileira e as relações assimétricas entre sociedade e Estado, até que ponto essa nova configuração da política brasileira representou relações “para além da tutela” (p.4), partindo do ponto de vista de que o Estado brasileiro é herdeiro de uma estrutura de poder tutelar, que vem desde os tempos coloniais. Ela faz um questionamento relevante, portanto, sobre as novas possibilidades democráticas inauguradas nos anos 1990, se elas realmente constituem-se em espaços de liberdade e

¹⁰⁹Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

¹¹⁰Portaria Ibama nº 22-N, de 10 de fevereiro de 1992 (CUNHA, 2010).

autonomia, ou apenas deram uma nova roupagem ao poder tutelar do Estado sobre as populações residentes nas áreas criadas, como as Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

De todo modo, como assinala Cunha (2010), a expansão das Resex's acabou se dando para outros biomas brasileiros, ainda na década de 1990, mesmo sem ter havido, como ressalta essa autora, correspondência no aporte de recursos públicos para a gestão das mesmas, algo que, entretanto, segundo a mesma, foi compensado por projetos com recursos da cooperação internacional, intermediados pelas ONGs. (p.21)

Cronologicamente, como observam Pinto et. al. (2007), a criação das primeiras Reservas Extrativistas se dá no ano de 1990, todas elas na Amazônia Legal - a Resex Alto Juruá e Resex Chico Mendes no estado do Acre, a Resex Rio Cajari no Amapá e a Resex Rio Ouro Preto, no estado de Rondônia. Dois anos depois se tem a primeira unidade costeiro-marinha – a Resex de Pirajubaé, que foi criada no litoral do Estado de Santa Catarina. As Resex's Ciriáco e Mata Grande, no Maranhão e a Resex Extremo Norte do Tocantins no estado do Tocantins foram as primeiras unidades voltadas para o extrativismo do coco babaçu, e as Resex's Lago do Cedro e Recanto das Araras de Terra Ronca, criadas no ano de 2006 no estado de Goiás, foram as primeiras unidades criadas no bioma Cerrado, o que mostra que o modelo concebido inicialmente para área de floresta Amazônica se difundiu pelo Brasil (PINTO et. al., 2007).

De acordo com Pereira (2016) os dados atuais dão conta da existência de um total de 88 Unidades de Conservação dessa modalidade no Brasil em 2016, entre Resex federais e estaduais. No caso destas, a gestão é realizada por órgãos vinculados aos Estados da Federação¹¹¹. Quanto às Resex's Federais, a Lei N. 11.516 de 28 de agosto 2007 criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO para o qual se transferiu a responsabilidade da gestão não só destas, como de todas as Unidades de Conservação federais. Com isso o IBAMA não foi extinto, apenas teve suas atribuições restritas a atividades de fiscalização e licenciamento ambiental (DA MOTA, 2013).

¹¹¹Como, por exemplo, o Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC vinculado à sua Secretaria de Meio Ambiente, aprovando também uma legislação estadual de Unidades de Conservação com base no SNUC, a qual prevê inclusive a co-gestão das áreas por organizações do terceiro setor (ONGs).

A respeito do processo de implementação das Reservas Extrativistas, a portaria do IBAMA de n. 118, de outubro de 1994, já previa, em seu Art. 1º que o procedimento administrativo para a criação dessas Áreas Protegidas deveria ser precedido de solicitação formal dos moradores além de informações sociais, econômicas e ambientais preliminares, com destaque para o manejo de recursos naturais (BRASIL, 1994). Essa mesma portaria já previa a desapropriação da área em benefício da comunidade, representada por associação comunitária, requerente, com direito à indenização aos eventuais proprietários de imóveis, isso em um prazo de dois anos.

Paralelamente à desapropriação cabia à comunidade beneficiária realizar o cadastro dos moradores da Unidade de Conservação bem como o levantamento socioeconômico. Após essa fase, o Plano de Utilização a ser apresentado pela comunidade beneficiária, segundo normas legais estabelecidas pelo estado deveria ser elaborado, como requisito à obtenção das Cartas de Anuência e da Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU, etapas consideradas como específicas da fase de Regularização de uma Resex (BRASIL, 1994, Cap.II, Art. 4º e 5º).

A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) manteve e aprimorou, através de Instruções Normativas (como a IN nº 03, de 18/09/2007) os instrumentos de gestão acima descritos, trocando algumas terminologias, como por exemplo, a do Plano de Manejo, anteriormente chamado de Plano de Desenvolvimento. Também consolidou o uso do termo “Populações Tradicionais”, institucionalizado pelo Decreto 6.040 (BRASIL, 2007), tentando dar clareza ao tipo de grupo social a que se refere o SNUC.

Assim, de acordo com o Art. 18º SNUC:

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000).

Dessa maneira, à criação de uma Unidade de Conservação precedem estudos socioeconômicos, de fauna e da flora, delimitação territorial até o decreto e publicação diário oficial da união citando o memorial descritivo de toda a sua área de abrangência, deixando claro ainda uma zona de entorno ou zona de amortecimento (BRASIL, 2000).

Quanto à efetividade de seu processo de implementação, recente auditoria coordenada do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as Unidades de Conservação no bioma Amazônia, constatou, tomando como base para análise 14 indicadores¹¹², que apenas 4% de um total de 247 unidades analisadas, entre áreas federais e estaduais, encontram-se em situação satisfatória de implementação e de gestão (BRASIL, 2014).

Entre os fatores que impedem que as unidades de conservação alcancem os objetivos preconizados na Lei do SNUC, estão a ausência dos acordos de gestão e planos de manejo, que são instrumentos de gestão participativa fundamentais para a implementação de áreas como as Reservas Extrativistas, nas quais o manejo dos recursos naturais pelos beneficiários é uma questão central para o desenvolvimento nos moldes defendidos pelos movimentos sociais.

Outro ponto sensível no tocante a esse aspecto é a falta de regularização fundiária. Segundo estudo realizado pela ONG Imazon (IMAZON, 2015), informações prestadas pelo ICMBIO ao Tribunal de Contas da União, haveria ainda no Brasil aproximadamente 5,4 milhões de hectares de terras privadas dentro de Unidades de Conservação federais a serem desapropriadas, como pede a Lei, a um custo aproximado de R\$7,1 bilhões (TCU, 2013, apud, IMAZON, 2015)¹¹³, o que faria com que o Estado, no ritmo atual com que vem trabalhando nos processos de indenização demorasse 102 anos para concluir a regularização fundiária das UCs federais.

Vale ressaltar que, em Reservas Extrativistas, como nas Florestas Nacionais, projetos de manejo sustentável de recursos naturais, como os de manejo florestal comunitário, mesmo que de pequena escala, são inviáveis sem a devida regularização fundiária com a desapropriação e indenização das propriedades privadas, quando for o caso, existentes dentro dos territórios decretados como ambientalmente protegidos.

¹¹²São eles: plano de manejo, recursos humanos, recursos financeiros, estrutura física, mobiliário e serviços, consolidação territorial, fiscalização e combate a emergências ambientais, pesquisa, monitoramento da biodiversidade, conselho consultivo ou deliberativo, manejo comunitário, acesso das populações residentes às políticas públicas, uso público, concessões florestais onerosas e articulação local (BRASIL, 2014).

¹¹³Se for considerada somente a Amazônia, o dado é de 3 milhões de hectares a um custo de desapropriação de R\$2,3 bilhões (Idem).

Assim mesmo, apesar, de todas as dificuldades existentes de implementação das Unidades de Conservação no Brasil de um modo geral, e em áreas sensíveis como a Amazônia, onde é cada vez maior a pressão pelo fim do desmatamento ilegal, o referido estudo aponta a eficácia das Áreas Protegidas como barreiras contra o processo de degradação florestal, ou seja, o simples fato da sua criação é um fator inibidor do desmatamento (IMAZON, 2015).

Como se pôde acompanhar ao longo desse capítulo, a estratégia de se criar áreas protegidas, visando categorizá-las conforme situações e contextos específicos, apesar de relativamente recente, vem sendo adotada de forma generalizada no planeta, sobretudo no bloco dos chamados países “em desenvolvimento”. No caso específico das Reservas Extrativistas, unidades de conservação enquadradas na modalidade “uso sustentável” dentro do Sistema Nacional de Unidades e Conservação, viu-se que o processo de formulação desta categoria se deu gradativamente, e de forma participativa, mediante a uma situação crítica de um conflito socioambiental, fundamentalmente um conflito fundiário que mais adiante pôde ser interpretado como um conflito ecológico- distributivo (MARTINEZ- ALLIER, 2011). De uma demanda social por reforma agrária, portanto, (ALLEGRETTI, 1994; PAULA, 2004) à “ambientalização” da questão seringueira (SCHWEICKARDT, 2011), as Reservas Extrativistas se multiplicaram por todas as regiões do Brasil não sem passarem por uma série de críticas e questionamentos a respeito da viabilidade do modelo de desenvolvimento por elas proposto.

No capítulo seguinte, longe de se propor uma avaliação do estágio atual de implementação das Resex’s brasileiras, o que passaria longe dos objetivos pretendidos por esse estudo, se tratará do caso específico do município de Lábrea, da luta das populações tradicionais da região do sul do Amazonas pela criação das Reservas extrativistas do Médio Purus e (Resex) Ituxi. Também serão apresentados os resultados da parte empírica do trabalho, apresentando os elementos constitutivos do conflito social relacionado a essas duas Unidades de Conservação, e procurando debater a configuração da estrutura social anos após a consulta pública para a criação das Resex’s, evento este identificado como o momento crítico de externalização do conflito social.

CAPÍTULO 4 – CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS EM LÁBREA: DINÂMICA DE UMA FIGURAÇÃO SOCIAL INTERDEPENDENTE

Assim, como o universo precisa de “amor e ódio”, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também, a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis (SIMMEL, 1983p.124).

O conflito e a divergência, considerados ao longo desse trabalho como elementos presentes em todas as relações humanas, integrando ampla gama de situações em diversos momentos da história, vêm sendo entendidos, para fins da presente pesquisa, como fatores sociativos e não destrutivos das relações sociais (SIMMEL, 1983).

Buscar compreender dado fenômeno social, na perspectiva dos conflitos internos que impulsionam sua dinâmica, significa, portanto, levar em consideração o jogo articulado dos grupos de atores sociais envolvidos e o seu posicionamento, ora se afiliando uns com os outros, ora se opondo radicalmente entre si, mas jamais, porém, se comportando como objetos estáticos dentro do quadro analítico jogado (NASCIMENTO, 2001; ELIAS, 2008).

No presente capítulo, o objetivo é trazer os resultados empíricos da pesquisa de campo, de modo que, à luz do referencial teórico abordado, se discuta até que ponto os objetivos inicialmente propostos foram alcançados, e se de fato houve avanço na compreensão da dinâmica dos conflitos sociais em torno da criação das Reservas Extrativistas Médio Purus e Ituxi no município de Lábrea-AM.

Será trazida, no primeiro momento, a história da luta pela criação das duas reservas extrativistas na perspectiva dos atores sociais imbricados, relacionando os fatores conjunturais de pressão e de conflito mais marcantes em cada caso. Na Resex Ituxi, o fator pressão fundiária advindo da zona sul do território de Lábrea se faz presente com mais ênfase; já na Resex Médio Purus, foi marcante no discurso dos entrevistados, as questões da superação do regime de exploração herdado dos tempos do seringalismo, além da resistência à demarcação de terras indígenas em comunidades reivindicadas como extrativistas.

Será trazido, também na perspectiva dos atores sociais envolvidos, o momento considerado como estopim do conflito social envolvendo a criação das Resex's em Lábrea, que foi a reunião da consulta pública realizada na sede municipal no dia 22 de junho de

2006. Por fim, será apresentado um quadro com os tipos de conflitos sociais identificados na pesquisa.

Assim, por meio da interpretação dos discursos proferidos por alguns daqueles que estiveram presentes naquele momento, no calor dos acontecimentos, bem como de outros que acompanham a trajetória das Unidades de Conservação, foi possível identificar alguns dos elementos que compõe um mapa dos conflitos sociais em volta das Reservas Extrativistas em Lábrea, Amazonas.

4.1. Criação da Resex Ituxi: organização social face a pressão fundiária que vinha do sul

A Resex Ituxi foi criada por decreto presidencial em 05 de junho de 2008, com uma área de 776.323,48 hectares¹¹⁴, visando atingir, entre outros, o objetivo de se garantir “a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas comunidades situadas ao longo do curso do rio Ituxi e seus afluentes” (BRASIL, 2008)¹¹⁵. A dimensão espacial de seu território condiz, segundo o grupo de entrevistados engajados com a causa das Resex's, com o modo como as pessoas exercem suas atividades extrativistas, ou seja, com baixíssimo impacto ambiental, conciliando os interesses destas com os interesses conservacionistas expressados pelos parceiros da Resex que somaram esforços pela sua criação.

Como motivação pela criação da Resex Ituxi, aparece com destaque, de acordo com os relatos dos entrevistados, os conflitos fundiários, expressos pelo envolvimento direto de seus moradores em situações de pressão direta, quando jagunços começaram a assediar as famílias em locais de coleta de castanha e outros produtos florestais nos rios tributários do Ituxi. O método de assédio aos extrativistas, pelo relato abaixo de uma das pessoas

¹¹⁴ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO – Disponível, em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2033-resex-ituxi.html> ;

¹¹⁵Decreto s/n de 05/05/2008: Art. 2º: “A Reserva Extrativista Ituxi tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas comunidades de Mangutiari, Goiaba, Pedreiras do Amazonas, Praia Alta, Floresta, Cabeçudo, Estirão da Pedreira, Vila Canaã, Vila Vitória, Capurana, Curequetê, Carajuriã, São Luís, Paumapi, Punicici, Ciriquirei, Vera, Nova Esperança, Pacu e demais comunidades incidentes na área de sua abrangência (BRASIL, 2008).

entrevistadas, é bem típico de regiões de conflitos fundiários, onde geralmente a terra é pública, terra da União, ou seja, sem uma destinação específica ou registro em cartório por particulares, no entanto ocupada por grupos familiares por gerações, no caso do Ituxi por famílias descendentes dos seringueiros, e bem antes disso, por povos indígenas:

[...] olha, quando isso afetou a nós lá, né, foi aonde um dos próprios fazendeiros chegou lá no porto da comunidade falando pra mim mesmo que eu ia ser vizinho deles, né, e aí, quando nós fomos entrar no rio Punicici, que nós fomos ver o rio já tava todo loteado, com os moradores lá dentro, né, quer dizer, os próprios herdeiros que ali viveu, já tava tudo loteado o rio Punicici e o rio Siriquiqui, né e o rio Querequetê, mais loteado ainda que até as casa de morador eles jogaram n'água, com trator e tudo, então chegou até esse ponto de eles tirar com trator a casa de morador que ali vivia a quantos anos (ENTREVISTADO E1G1, 2016).

Assim, segundo o relato acima, os “grileiros”, por meio de jagunços contratados, chegavam para intimidar os moradores da Resex Ituxi alegando possuírem documento da terra, dizendo ainda que se os moradores do Ituxi quisessem, poderiam trabalhar na fazenda, e que iria ser reservado um lote de terra para cada família, tipo de proposta que assustou os moradores, que não se conformaram, segundo as pessoas entrevistadas, com aquela situação.

Como reação, portanto, a essa situação de pressão direta que vinha afetando as comunidades da bacia do Ituxi, em meados da década de 1990, seus moradores, já organizados em uma associação chamada APADRIT, que é a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi, passaram a demandar formalmente a criação de uma Resex, isso a partir do ano de 2001 (ALEIXO, 2011).

A fundação da APADRIT se deu ano de 1997, e está relacionada à atuação de um Pastor Evangélico, o qual se propunha a realizar trabalho social da Igreja Assembleia de Deus em comunidades do rio Ituxi e afluentes (Idem). Ao se deparar com a situação de pressão de grileiros nos moldes como acima descrito, o Pastor Antônio Vasconcelos, primeiro presidente da APADRIT, juntamente com outras lideranças locais, passaram a auxiliar na busca por uma alternativa de regularização fundiária que assegurasse que os moradores da região do rio Ituxi não fossem expulsos de seus locais de moradia e extrativismo.

Mas esse processo não se deu, como apurado no decorrer da pesquisa, desvencilhado de uma rede de parcerias formada em torno da causa das Resex's na região do sul do estado do Amazonas, e que se relaciona a um movimento nacional em prol da

causa. Assim foi relatada a importância das parcerias locais no auxílio ao Pastor Antônio Vasconcelos na busca por uma alternativa para as comunidades residentes no Ituxi:

Como a gente viu as grandes invasões acontecendo dentro do nosso município, e atingindo a área onde os nossos trabalhadores extrativistas exploravam, como era da castanha, copaíba, então, eu, pensei: se nós construíssemos uma reserva nós podíamos parar a questão que era das grandes invasões. Mas eu não sabia como a gente construir reserva, então eu procurei o chefe do IDAM na época, e ele me deu toda a força, ele articulou com o IBAMA, articulou com o CNPT na época, e veio alguns técnicos no IBAMA, do CNPT em Lábrea, e visitou a nossa área, viu, aquilo que eu falava, eles presenciaram que precisava, com certeza tomar uma providência, que os moradores ali estavam a mercê de grandes invasões que estavam acontecendo. E eles me ajudaram a elaborar documento, né, e assim a gente mandou pra Brasília pedindo a criação da reserva. (ENTREVISTADO E2G1, 2016).

No relato acima são citados IDAM e IBAMA/CNPT, órgãos da administração pública, estadual e federal. O IDAM, responsável pela política de ATER no Estado do Amazonas, e o IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que até então era o responsável pelo cuidado das Unidades de Conservação Federais, contanto com Centro específico para as Populações Tradicionais¹¹⁶. Tais entidades eram representadas localmente por servidores afinados com a causa socioambientalista, os quais auxiliaram os extrativistas naquele momento, com informações acerca do que vinha a ser uma Reserva Extrativista e sobre os caminhos que deveriam ser seguidos para a formalização da proposta junto ao MMA.

A comunidade mais antiga da Resex Ituxi, segundo relato de um de seus moradores, tem 120 anos, ou seja, o que remete aos anos do seringalismo e da colonização nordestina no rio Purus. Com o declínio da produção da borracha, seus moradores passaram a se enxergar enquanto posseiros, sem se preocuparem muito em regularizarem suas terras, até o momento de serem incomodados pela pressão fundiária vinda do sul (Amazonas fronteira com o Acre e Rondônia, como explicado no capítulo 2).

É importante ressaltar que aquele espaço onde se localiza a bacia hidrográfica do Ituxi, que tem como principais afluentes os rios Querequetê (ou Curequetê), Siriquiqui e

¹¹⁶ Inicialmente, quando vinculado ao IBAMA com o nome de Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais; quando da reforma administrativa que cria o ICMBIO a sigla CNPT passa denominar o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, com as mesmas funções e estrutura.

Punicici ¹¹⁷ é um território ancestralmente ocupado pelos povos indígenas, predominantemente os Apurinã, Jamamadi e Kaxarari¹¹⁸ (GOMES, 2008; MENEZES et. al. 2013), território que passa a ser ocupado predominantemente por seringueiros a partir do final do século XIX, dentro de um processo histórico em que episódios de extrema violência com a expulsão desses povos certamente ocorreram.

As gerações seguintes desses seringueiros que ocuparam a bacia do Ituxi permaneceram dessa forma morando e vivendo por décadas dos recursos florestais, de maneira que atualmente na Resex Ituxi vivem atualmente 120 famílias ¹¹⁹, aproximadamente 552 pessoas (ICMBIO/UFV, 2015), provavelmente um número populacional muito inferior ao dos tempos da economia da borracha, quando a dinâmica do município era totalmente voltada a essa atividade. Sobre a presença indígena na Resex Ituxi, ela persiste atualmente, seja miscigenada na população, da mesma forma como ocorre na Amazônia e no Brasil, de um modo geral como em aldeias como uma dos Apurinã dentro da Resex, a Aldeia Pedreira do Amazonas (MENEZES et. al. 2013; FOCIMP, 2011), cuja participação na gestão da Unidade, segundo relato do servidor do ICMBIO local ocorre de forma integrada às demais comunidades ribeirinhas inseridas na Reserva.

Ainda em relação ao citado trabalho comunitário realizado com as comunidades do Ituxi, com destaque para a atuação do pastor Antônio Vasconcelos a partir dos anos 1990, há que se ressaltar que essa liderança nunca foi a única a realizar o trabalho de base comunitária. Nas falas dos entrevistados e na análise documental realizada durante a pesquisa são citados outros órgãos, tratados como parceiros, atuando como uma rede de

¹¹⁷Os nomes desses rios por si já indicam presença indígena, já que são nomenclaturas indígenas;

¹¹⁸Gomes (2008) a respeito do povo Kaxarari, narra que perdeu até aproximadamente 1920, o processo de violência que ficou conhecido como “correrias”, no qual esse grupo indígena que habitava as cabeceiras do rio Curequetê, na bacia do Ituxi, teria sido massacrado e escravizado para mão-de-obra nos seringais da região.

¹¹⁹As famílias residem ao longo do rio principal (rio Ituxi) e de seus afluentes, algumas mais afastadas. Em períodos de coleta de castanha, que coincide com o período chuvoso amazônico, muitas famílias se deslocam para os castanhais em moradias temporárias onde permanecem de três a quatro meses realizando essa atividade extrativista.

apoio às Resex's. Dessa maneira, além do IDAM, IBAMA e a própria APADRIT, foram mencionados com ênfase a CPT o CNS, e o IEB.

A Comissão Pastoral da Terra, pastoral da Igreja Católica realiza um trabalho de base continuado, praticando a chamada “desobriga” nas comunidades que se declaram católicas, que é uma espécie de mutirão para a realização de batizados e celebração de casamentos, com a presença de um padre que viaja até as comunidades, realizando também em suas viagens na embarcação da Prelazia de Lábrea, ações de base comunitária visando contribuir com o processo de organização social e divulgação de informações naquele meio, trabalho que continua a ser realizado até os dias atuais¹²⁰.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, por sua vez, conta com uma equipe reduzida, possuindo um escritório próprio em Lábrea. Com pouca estrutura, e dependendo de aprovação de projetos essa organização do movimento social conta muito com o empenho de suas lideranças locais, que em muitos casos trabalham de forma voluntária, motivadas por fatores ideológicos, de identificação com a causa extrativista, que se dá por meio do contato com lideranças nacionais do movimento. O depoimento a seguir é interessante no sentido de mostrar um pouco da trajetória da representante local do Movimento Social de Lábrea:

[...] em 2004 eu entrei no CNS. Fui convidada pra uma reunião onde ia eleger o coordenador regional do Médio Purus e fui eleita, e quando chego no CNS me deparo com as duas propostas de unidade né naquela época que é o médio Purus e Ituxi, e assim eu fiquei, como era tudo novo pra mim, eu não sabia por onde começar mas ainda bem que eu encontrei companheiros ótimos como Manoel Cunha, Pedro Ramos, D. Raimunda, que puderam me auxiliar. Manoel Cunha dizia: “menina lê, lê, e vê os nossos direitos” e foi por aí que eu comecei, eu comecei a ler livro de Chico Mendes né, comecei a entrar mesmo na história, ver a luta do CNS por que foi, qual foi o motivo né, onde começou, e foi aí que eu vi né, que como meu pai era extrativista era seringueiro, e teve tudo haver eu disse gente eu acho que estou na casa certa na hora certa no momento certo e assim eu me identifiquei com o movimento com o CNS e aí começou a luta [...] (ENTREVISTADO E4G1).

¹²⁰A Igreja Católica desenvolve, portanto, um trabalho missionário dentro da Resex Ituxi, localidade onde, segundo apontou estudo da UVF/ICMBIO (2014) há uma presença maior da Igreja Evangélica. Como apurado na presente pesquisa, entretanto, o fator religiosidade não consiste em elemento de conflito dentro da Resex Ituxi, de maneira que os dois segmentos atuaram juntos no movimento pelo decreto da UC.

Pela fala acima da pessoa entrevistada, fica nítida a influência de lideranças de expressão do Movimento Social na sua trajetória, dando a dimensão também da base de apoio do grupo pró Resex, que não se restringe a Lábrea ou a mesmo à região sul do Amazonas, ou seja, o citado Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), antigo Conselho Nacional dos Seringueiros, pelo que se apurou, mantém seus núcleos, mesmo com dificuldades de estrutura, em toda a Amazônia, exercendo também influência política nas instâncias de tomada de decisão em Brasília.

Dentre esses três componentes da mencionada “rede de apoio às Resex’s de Lábrea” a ONG Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB é a que tem atuação mais recente na região. Constituído enquanto uma Organização não Governamental formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento, e comprometidos com a causa socioambientalista, o IEB também vive de projetos. Com sede em Brasília, esta instituição mostra grande capacidade organizacional conseguindo captar significativos aportes de recursos financeiros, em editais no Brasil e fora do país.

Constatou-se, portanto que essa rede de apoiadores se mostrou bem atuante durante todo o processo de mobilização até o decreto das Resex Ituxi e Médio Purus, e que, mesmo havendo pequenos conflitos entre elas em relação a métodos de atuação e de entendimento da realidade social, esse grupo se manteve coeso em oposição ao grupo que trabalhava pela não existência das Resex’s em Lábrea.

Ainda dentro desse contexto da rede pró-Resex não se pode deixar de mencionar o papel do ICMBIO, órgão federal que, como já mencionado anteriormente, herdou do IBAMA as atribuições relativas à gestão de Unidades de Conservação no Brasil. No âmbito local, ou seja, em Lábrea, o ICMBIO passou a ocupar a estrutura física onde se localizava o IBAMA, que saiu do município no ano de criação do novo órgão. Com o decreto das Unidades de Conservação, o estado lançou concurso público para a contratação de servidores, dando início a um primeiro ciclo na gestão dessas áreas. Com dificuldades de adaptação, contudo, muitos servidores passaram por Lábrea sem se estabelecerem no posto de chefia da Resex Ituxi, o mesmo ocorrendo com a Resex Médio Purus. As chefias dessas Unidades de Conservação estão sendo exercidas hoje por servidores contratados com cargos de confiança, ou seja, sem concurso público, quadros provenientes do município de Lábrea, e com forte vinculação com as Resex’s, no caso da Resex Médio Purus, seu chefe é um morador da Unidade e militante do CNS.

Dessa maneira um importante papel exercido pelo ICMBIO já na fase da gestão das Resex´s é o papel de mediador de conflitos. Como exemplo disso, como relatou o gestor da Resex Ituxi pode-se apontar a mediação do uso dos castanhais, que tradicionalmente é realizado tanto por moradores, quanto por indígenas e ainda por moradores e indígenas residentes na sede municipal de Lábrea, de maneira que cabe ao ICMBIO, a regulamentação desse uso, por meio de instrumentos de gestão participativa, tais quais, o Plano de Uso (Plano de Gestão ou Plano de Utilização) e o Conselho Deliberativo da UC.

Para coletar a castanha, atividade que se dá em determinado período do ano sempre no período de chuvas ou “inverno amazônico”, o castanheiro da Resex Ituxi muitas vezes leva dias viajando até chegar aos locais de coleta, que podem ficar a quilômetros de distância, subindo os sinuosos e encachoeirados rios afluentes do Ituxi.

Nesse sentido, cabe apontar que uma das peculiaridades em relação à criação Reserva Extrativista Ituxi que a difere do contexto da criação da Resex Médio Purus em Lábrea é a sua localização geográfica no território municipal. Grande parte do território de Lábrea está na Planície Amazônica, sendo que as demais unidades geomorfológicas identificadas na região do Purus, são as depressões e os planaltos residuais (AMAZONAS, 2011, p.78), que são formações rochosas de maior altitude (no máximo 400 m de altura). Essas formações rochosas se localizam no sul do território de Lábrea, na fronteira com Rondônia. A figura a seguir visa ilustrar o posicionamento da Resex Ituxi dentro do território do município de Lábrea:

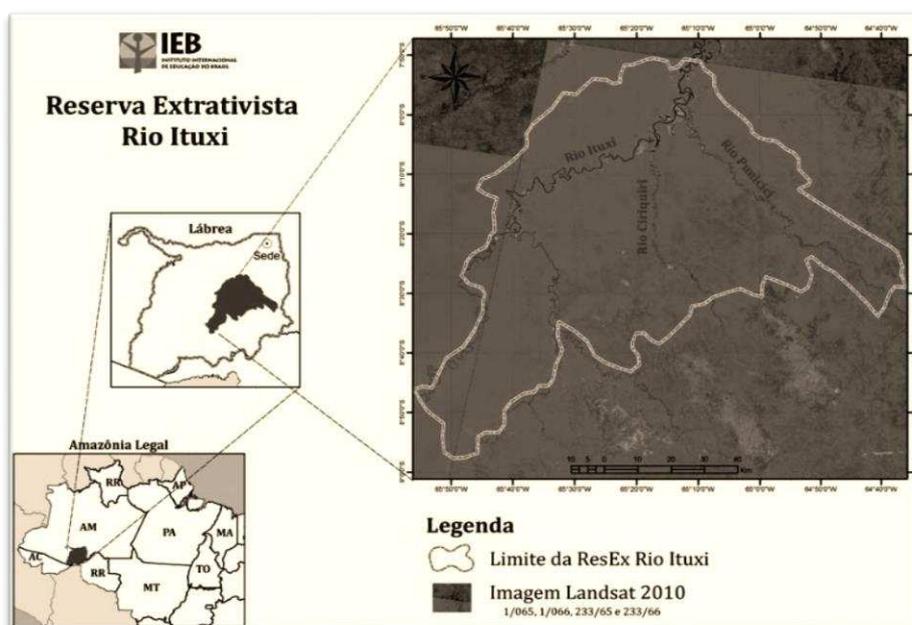


Figura 10: Localização da Resex Ituxi em relação ao município de Lábrea.

Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil (2011)

A localização da Resex Ituxi, a torna, em tese, mais vulnerável às pressões típicas de uma frente de expansão econômica, em relação à Resex Médio Purus, que se localiza quase totalmente no curso do rio Purus, próxima às sedes municipais de Lábrea e Pauini (ALEIXO, 2011). Como ressaltado acima, essa faixa do território onde se encontram as cabeceiras dos principais tributários do rio Ituxi é formada pelos planaltos residuais de formação rochosa, ou seja, há muitas cachoeiras nas cabeceiras dos principais tributários do rio Ituxi.

Não por acaso que em várias dessas localidades existem, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral– DNPM (órgão do Governo Federal de controle da atividade de mineração), solicitações de exploração de minerais como o diamante, granito, ouro, cassiterita, estanho, tantalita, entre outras (INFOAMAZONIA, 2016) ¹²¹.

Menezes (2009) a respeito da exploração dos recursos naturais nessa zona sul do território de Lábrea, cita também os projetos para construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no alto rio Ituxi (rios Entimari e Iquiri ou Aquiri), empreendimentos estes que envolveriam interesses econômicos de agentes políticos do Estado de Rondônia, e de fazendeiros oriundos da região Sudeste do Brasil que adquiriram grandes propriedades na região. Na figura abaixo, que integra o estudo do Zoneamento Ecológico Econômico da sub-região do Purus, aparece como destaque uma extensa área considerada pelo estudo como sendo “de relevante interesse mineral”:

¹²¹ O mapa interativo pode ser acessado em <https://infoamazonia.org/pt/maps/mining-2/page/39/#!/story=post-15654&loc=-9.167178732976664,-65.82733154296875,9>.

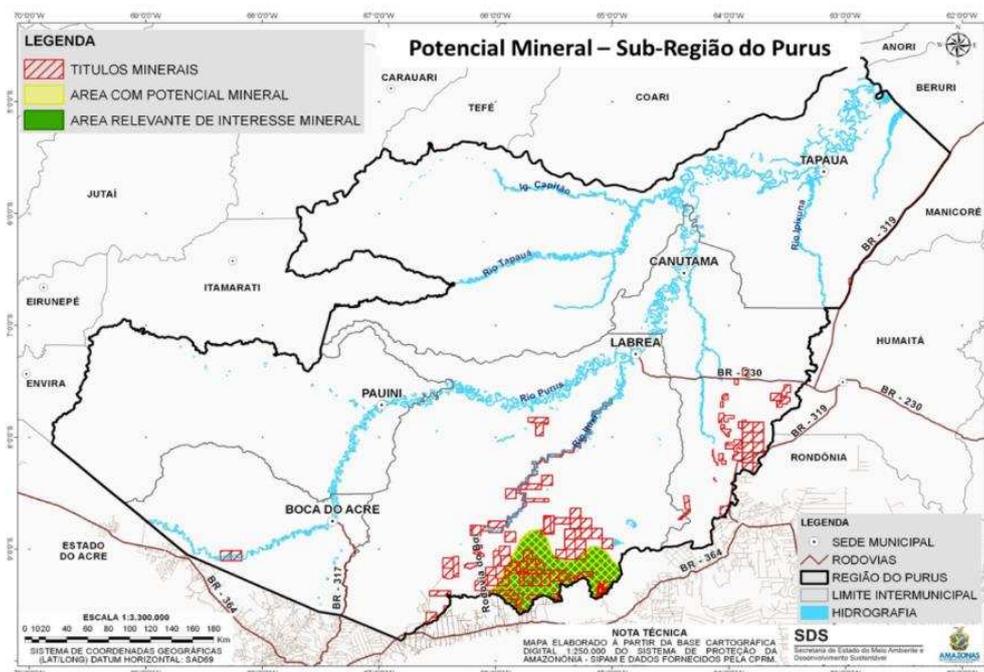


Figura 11: Mapa do potencial mineral da sub-região do Purus. Fonte: Estado do Amazonas 2011.

Nesse sentido, ao se analisar as falas dos entrevistados na pesquisa sobre o processo de criação das Resex Médio Purus e Ituxi em Lábrea, em relação a esta última ficou evidenciado que uma das maiores disputas travadas pelos movimentos sociais e associações de moradores (rede formada pró-Resex's) foi com o Ministério de Minas Energia na época, que certamente detinha as informações do potencial mineral e energético da bacia do Ituxi, e que retardou o processo de criação da Resex Ituxi durante alguns anos.

Segundo apurado na pesquisa, a pressão sobre esse tipo de recurso dentro da Unidade de Conservação e em seu entorno, apesar de ter diminuído com a criação das Áreas Protegidas, não cessou. Assim, o ICMBIO em Lábrea recebe pontualmente denúncias de moradores sobre a retirada de pedras perto das áreas de cachoeiras da Resex Ituxi, áreas estas que ficam dentro dos principais afluentes do Ituxi, os rios Punicici, Siquiquiqui e Curequetê. Foi relatado ainda que existe a pressão pela construção de “Pequenas Centrais Hidrelétricas” ou PCHs, na área e também no entorno da Resex:

[...] existe esse olhar por parte de empresários... inclusive esse ano, o próprio ICMBIO ele fez laudos dando pareceres contrários, né, negados, a empresários que queriam fazer PCHs dentro da região do Ituxi. Nas regiões de fortaleza, ali no alto Ituxi [...] (ENTREVISTADO E1G2, 2016).

Deve se levar em consideração, por fim, em relação à posição geográfica da Resex Ituxi, que ela está inserida no contexto do sul de Lábrea, que é uma região vasta do extremo oeste brasileiro, historicamente esteve envolvida em processos decorrentes de

disputas da última fronteira brasileira a ser totalmente definida, que foi a do Estado do Acre, a qual somente se definiu totalmente em 1903 (MELLO, 1990).

Dessa forma, observa-se que as situações de litígio e redefinições territoriais são de certa maneira recentes na região¹²², de modo que a criação das Áreas Protegidas, e o Zoneamento Ecológico Econômico parecem se configurar como mais um capítulo dessas disputas territoriais, ações que não vem demonstrando, entretanto, a efetividade esperada na diminuição dos problemas socioambientais, como indica a posição crítica de alguns entrevistados em relação ao papel do Estado na implementação dessas políticas:

[...] o governo não quer ajeitar a questão ambiental no Brasil. Principalmente no sul de Lábrea eu tenho certeza que tem deputado, tem senador, tem, esses tipos de gente envolvida, tem envolvimento político que eles não querem meter a mão tá entendendo? [...] se o governo quisesse mesmo, como é uma área que é federal como é um rio federal que pega dois estados né e até fora dos dois estados por que, poxa, tem guarda nacional, tem Exército, tem tanta, poxa, por que que eles não tomam.. Agora, a presença do Estado mesmo, o estado tem que se fazer presente lá (ENTREVISTADO, E4G1, 2016).

A fala acima expõe um grave problema relacionado à complexa trama de interesses relacionados ao processo de definição fundiária na região Sul do Estado do Amazonas. Levando em consideração o que foi mencionado no capítulo 2 desse trabalho, um dos aspectos que contribuíram para que fossem criadas na região, não só as Resex Ituxi e Médio Purus, mas um conjunto de Áreas Protegidas, entre as quais, Parque Nacional e Floresta Nacional, foi o avanço do desmatamento nos anos anteriores. A não interrupção do desmatamento e pelo contrário o seu aumento, mesmo após a criação das APs, juntamente ao aumento retirada ilegal de madeira, e outros problemas socioambientais correlatos são fatos que merecem uma reflexão mais aprofundada em futuros trabalhos de pesquisa pelo viés do conflito social.

¹²²Nesse sentido informações da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE (IBGE, 1957) dão conta de um desmembramento do município de Lábrea, em virtude da Lei Estadual n.96 de 19 de dezembro de 1955, quando o município de Lábrea cedeu território para dois novos municípios: Ituxi e Pauini. Nessa época Lábrea ficou reduzida a área de 15.500 km² (p. 183). O hoje inexistente município de Ituxi teria uma área de 52.584 km² ao ser desmembrado do município de Lábrea. A sua sede seria na localidade conhecida como São Luiz de Mamoriá. O município de Ituxi, contudo jamais fora instalado, ocasionando a revogação de sua Lei de criação. No ano de 1945, relata Ferrarini (1976, p.43) a jurisdição de Lábrea já chegou a pertencer ao território de Rondônia, voltando ao Amazonas no ano seguinte.

4.1.1. Resex Médio Purus: cerco das terras indígenas persistência do sistema de aviamento e um “mosaico de conflitos sociais”

Cada conflito, segundo a sua natureza, tem uma dinâmica própria e distinta. Tem uma evolução específica, embora elementos recorrentes possam ser registrados. Ou ainda, uma lógica distinta [...] assim, cada conflito tem uma forma particular de se manifestar, tem uma evolução própria ou uma lógica de desenvolvimento que lhe é peculiar (NASCIMENTO, 2001 p. 98).

A Reserva Extrativista do Médio Purus foi criada através do decreto presidencial de 08 de maio de 2008 (BRASIL, 2008), o qual ressalta, em seu artigo segundo, o objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelas comunidades (BRASIL, 2008, Art.2º). O artigo terceiro de seu decreto de criação, lista como as principais atividades econômicas da Reserva Extrativista do Médio Purus aquelas relacionadas ao uso tradicional de produtos primários como “castanha, copaíba, andiroba, seringa, açai, urucurí, bacaba e da pesca sustentável de várias espécies” (BRASIL, 2008, Art.3º).

A Resex Médio Purus conta com uma população de 4.432 moradores, distribuídos em 996 famílias (ICMBIO, 2015) ¹²³. A área total da unidade de conservação é de 604.231,22 hectares, ao longo do curso do médio rio Purus, entre os municípios de Lábrea e Pauini (ALEIXO, 2011).

Apesar de área um pouco menor do que a da Resex Ituxi, a Resex Médio Purus conta com uma população muito maior, ou seja, possui uma realidade social distinta, assim como distintas foram as motivações que levaram ao pedido dos moradores pela sua criação. Um dos motivos que foi externado pelos entrevistados na pesquisa, que chamou a atenção a respeito da demanda pela criação da Resex médio Purus, foi a existência do conflito com as terras indígenas, várias delas existentes naquele espaço. De acordo com um dos entrevistados:

Na minha comunidade foram criadas várias terras indígenas donde moradores que eram naquela época ribeirinho, tiveram que deixar suas residências né, por que não é permitido depois da criação de uma terra indígena ficar gente que não seja indígena dentro das áreas, e ali foi uma coisa assustadora no momento por que muita gente foi pra cidade as vezes sem

¹²³Informação complementada junto ao chefe da Unidade de Conservação baseado em Lábrea.

saber o que fazer não tinha uma outra alternativa, surgiu a ideia de garantir esse direito, que nem a terra indígena garante aos indígenas, a Resex garantia os ribeirinhos né, que habitava as margens do rio Purus, e a gente começou essa luta de criação, em 2000 (ENTREVISTADO E6G1, 2016, com grifo do autor).

Desse modo, ficou evidenciado que a questão do conflito entre terras indígenas e comunidades ribeirinhas foi um dos fatores que motivaram o pedido pela criação da Resex Médio Purus. É necessária a ressalva, contudo sobre esse aspecto que, devido a extensão dessa unidade de conservação, não é possível afirmar que essa situação fosse generalizada na área onde incide a Resex, ou seja, ao longo do rio Purus, a partir da sede municipal de Lábrea, até o município de Pauini. A figura abaixo visa ilustrar de que maneira a Resex Médio Purus é cercada (ao mesmo tempo em que cerca, formando um mosaico) as Terras Indígenas da região:

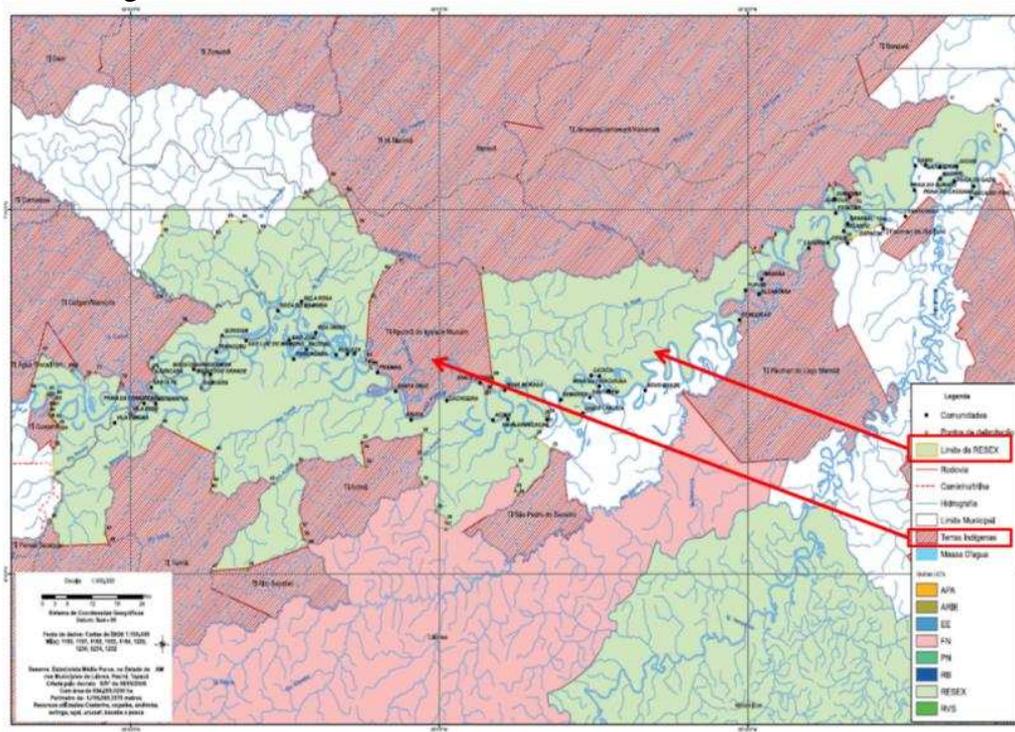


Figura 12: Localização da Reserva Extrativista do Médio Purus em relação às terras indígenas adjacentes: Fonte: adaptado de IBAMA/MMA, 2009.

Como se pode ver pela imagem anterior, a Resex Médio Purus foi criada de modo a preencher todo o espaço que ainda não havia sido demarcado como terras indígenas no curso do médio Purus. Como foi descrito no capítulo 2 deste trabalho, que visou contextualizar o processo de ocupação da região Sul do Estado do Amazonas, é marcante em Lábrea a presença indígena, que, mesmo sofrendo toda a sorte de abordagens das frentes seringueiras, e posteriormente com a instalação do município, se fez resistente, para

isso buscando variadas estratégias, a depender de características gerais de cada grupo e subgrupo indígena, que consistiu em, desde guerras abertas, fugas, à aparente inserção pacífica no sistema de aviação (LITTLE 2002, BONILLA, 2005)¹²⁴.

Uma forma eficaz de resistência indígena na região do Purus toma forma, entretanto, no período que antecedeu o processo de redemocratização no Brasil (FRANCO, 2010). Com ajuda de apoiadores como Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Operação Anchieta (OPAN)¹²⁵ os Povos Indígenas da região do Médio Purus, vinham se organizando em grandes assembleias indígenas, de maneira que no ano de 1995 constituíram pela primeira vez uma organização formal representativa dos Povos Indígenas do Médio Purus, a OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus. Foi também nessa década que se deu grande parte dos processos de identificação, demarcação e homologação de territórios indígenas na região, acompanhando uma conjuntura nacional pós constituição de 1988, favorável à política de demarcações de terras indígenas (FRANCO, 2014, p.696).

Desse modo, em relação ao processo de definição territorial na região do Médio Purus pós seringalismo, pode-se afirmar que os indígenas “saíram na frente”, devido ao intenso processo de organização social que se deu e também à conjuntura nacional favorável. O processo de mobilização para a reivindicação das Reservas Extrativistas na região, por sua vez, se deu quase uma década depois, de maneira que a insegurança das comunidades ribeirinhas ao longo do rio Purus diante da possibilidade de ampliação de terras indígenas foi um fator marcante (mas não o único) de desencadeamento dessa mobilização.

Tratando os indígenas como “os parentes” (na realidade um modo como os indígenas do movimento social habitualmente se tratam) assim relatou uma das pessoas entrevistadas na pesquisa a situação do conflito existente entre indígenas e extrativistas no Médio Purus atualmente:

¹²⁴Bonilla (2005) se dedicou ao estudo etnográfico do Povo Paumari, que, juntamente com os Apurinã, Jamamadi, Jarawara e Deni, estão entre os mais conhecidos no contexto da cidade de Lábrea atualmente. A autora aborda, entre outros aspectos, a questão do modo como o povo Paumari se inseriu no sistema social dos seringais desde os primeiros contatos aos dias atuais;

¹²⁵Depois que se desvinculou da Igreja Católica a Opan passa a se chamar Operação Amazônia Nativa.

[...] A terra indígena, assim na área que os **parente** tava, que eles tavam tendo o conflito, não era unidade. Era uma área não destinada né, nem unidade nem terra indígena; e, e aí começaram a luta, daí, e até que agora saiu né, e o conflito continuou; o conflito lá continuou, a gente tá com uns anos, mas agora eles deram uma trégua, fizeram um acordo, por enquanto ainda tão na santa paz, se deus quiser vai permanecer assim por que, é complicado; é desgastante né conflito com indígena (ENTREVISTADO E4G1, 2014, grifo do autor).

A fala anterior se remete a situações de conflito envolvendo indígenas e extrativistas na área da Resex médio Purus. Em relação a esse aspecto é importante ressaltar novamente o papel do ICMBIO como órgão mediador de conflitos sociais, nesse caso juntamente com a FUNAI como organismo indigenista do governo federal faz em relação às Terras Indígenas vêm tentando superar também os seus próprios conflitos institucionais para manejar tais conflitos.

Desse modo, um dos instrumentos adotados como atenuante de conflitos relacionados ao uso de recursos naturais no mosaico formado entre as Terras Indígenas e a Resex Médio Purus, são os acordos de convivência, costurados em reuniões comunitárias mediadas por esses organismos (ICMBIO e FUNAI). Não cabendo, entretanto, nesse trabalho aprofundar nessas duas modalidades de conflito detectadas no decorrer da pesquisa (entre indígenas e extrativistas e entre indigenistas, seja de ONGs, seja da FUNAI, e técnicos do ICMBIO) passa-se a tratar de outro ponto relevante no contexto do processo de criação da Resex Médio Purus, que foi a prevalência do sistema social do aviamento, herança do século XIX, época dos seringais.

No decorrer da pesquisa de campo foi comum ouvir relatos de dependência e submissão de trabalhadores ribeirinhos a supostos donos de terras de várzea (onde eram os seringais), algo ainda muito comum na zona rural de Lábrea. Nos relatos dos trabalhadores extrativistas entrevistados, como na vivência de campo, ficou evidenciada a permanência da relação social de exploração do trabalho alheio por gerações, ou seja, mesmo já tendo falecido, ou seus filhos não estando residindo mais no antigo seringal, o filho do “patrão”, como relatou um dos entrevistados, herdeiro da propriedade, muitas vezes com a documentação da mesma, continuou mantendo a relação de comércio com os moradores, aquela relação conhecida como aviamento (MATHEWS & SCHMINK, 2015):

Em 1982 cheguei na comunidade Jurucú e fui cortar seringa. O patrão não morava mais na comunidade. Ele tinha gerente lá, mas ele morava aqui em Lábrea e ele foi um camarada que foi sócio da Latex da borracha aqui de Lábrea [...] esse camarada o pessoal achava ele um bom patrão. Só que eu não achei não, trabalhei com ele, chegou a adoecer filho meu, e vinha pra cá pra pegar dinheiro com ele pra comprar medicamento, uma vez aconteceu pra comprar medicamento pra ele ficar bom, e trabalhando lá ele não despachou dinheiro pra comprar remédio para o meu filho, por que ele não sabia se eu tinha saldo ou se

eu devia no barracão dele. E aí eu fiquei puto com isso vim aqui, pedi minha conta mostrei que tinha saldo e peguei o dinheiro para cuidar do meu filho, se não ele não tinha dado, isso acho que não é pouco cativar as pessoas. Isso foi, acho que em 1995 por aí. (ENTREVISTADO E3G1, 2016).

Na relação social do aviamento, acima descrita por um trabalhador extrativista se remetendo a fatos ocorridos na década de 1990, o patrão, capitalizado, oferecia recursos para o trabalhador extrativista realizar a sua atividade (ou coleta de castanha ou pesca e mesmo seringa), o qual, por sua vez se comprometia a entregar a produção para aquele, que é quem ditava o preço a ser pago pela mercadoria vendida ao “freguês” (trabalhador extrativista) e também pelo produto natural recebido, ou comprado deste. Esse tipo de relação social ao que tudo indica, extrapola o campo econômico, já que diz respeito a laços sociais enraizados (GRANOVETTER, 1985), passíveis de serem estudados dentro de uma abordagem da sociologia econômica (STEINER, 2006), e que não é a pretensão do presente estudo.

Muito embora esse tipo de relação econômica (que na essência são relações sociais) ainda exista em alguns dos setores ¹²⁶ da Resex Médio Purus, pelo relatado dos entrevistados, dentre os quais o chefe da Resex, pode-se afirmar que, com o decreto das Unidades de Conservação esse cenário começou a mudar, trazendo também, como consequência do aumento da circulação de informações sobre políticas públicas na região, a demanda por regularização fundiária, haja vista que os moradores se deram conta de que este era um fator limitante ao acesso a políticas como a de acesso ao crédito agrícola, ou a de manejo florestal comunitário, entre outras.

O que a gente queria na verdade, é que a gente tinha um projeto ali de desenvolver uma agricultura, mas em um modelo mais avançado, melhorar tecnologias, é acessar financiamentos, essa coisa toda, mas só que a gente não tinha a posse da terra, então a gente queria acessar isso legalmente, e aí tinha esse outro fator que tava implicando muito por que já tinha uma demanda ali né [...] (ENTREVISTADO E6G2, 2016).

Vale ressaltar nesse aspecto que somente o decreto da Unidade de Conservação não garantiu a sua regularização fundiária que, com grandes dimensões, contém uma série de situações, como a existência de glebas do estado, áreas reivindicadas pela FUNAI e

¹²⁶Segundo informou o chefe da UC, a Resex Médio Purus, como maneira de organizar a sua administração, foi dividida em setores.

também terras de particulares passíveis de serem indenizadas, trabalho de identificação e encaminhamentos que foram assumidos pelo Instituto Chico Mendes, mas que levam tempo para se concretizarem, a depender das condições estruturais e de pessoal do Instituto para atender e encaminhar todas as demandas.

Sobre a agricultura familiar, citada na fala do entrevistado da Resex Médio Purus, vale assinalar que ela é praticada ali em sua grande parte em áreas alagáveis (agricultura de várzea), com um enorme potencial produtivo, consistindo assim numa atividade econômica relevante na vida dos moradores da Resex, que além de extrativistas são agricultores e também pescadores.

Em relação à pesca, o que se pode afirmar, após a realização da pesquisa, é que esta atividade econômica, juntamente com a atividade madeireira, são duas das maiores geradoras de situações de conflito social na Resex Médio Purus pelo fato de se tratarem de recursos caros à atividade econômica de toda a região, ou seja, integrantes de cadeias produtivas que ligam Lábrea a outros mercados, no caso da pesca, uma demanda muito forte principalmente para Manaus, capital do Amazonas e no caso da madeira há um setor que beneficia a matéria prima na sede municipal de Lábrea, para consumo interno e também venda para fora, de maneira que esses setores econômicos buscam normalmente os recursos naturais que lhes trazem ganhos econômicos, justamente nas áreas onde foram criadas as Resex's.

Sobre a questão da preservação dos rios e lagos da Resex Médio Purus, é possível se afirmar, com base nas informações levantadas na pesquisa, que o trabalho de conscientização e mobilização pela proteção ambiental destes sítios, em sua maioria com enormes dimensões e riquíssimos em quantidade e diversidade de espécies de peixes, foi um elemento precursor, ou seja, foi um passo anterior à ideia da criação de uma Reserva Extrativista ali. Nesse sentido, o papel de organizações mediadoras como a Comissão Pastoral da Terra CPT e o IBAMA, foi fundamental, como relata um dos entrevistados, com experiência no trabalho comunitário pela preservação de rios e lagos:

[...] nós começamos a preservação de rios, o Pacιά, Sepatini e Ituxi com aval do IBAMA ai criamos o Agente Ambiental Voluntario que com isso ajudava na fiscalização né, e com isso a gente sofria muita pressão dos caras que se diziam proprietários na época; vários moradores que se diziam dono de lagos da época, a gente sofria uma pressão muito grande com isso. A gente tinha até portarias expedidas pelo IBAMA para a gente poder trabalhar [...] aí foi quando, com esse trabalho foi quando se pensou na criação das unidades de conservação chamadas Reservas Extrativistas (ENTREVISTADO E1G3, 2016).

O entrevistado se refere no seu depoimento aos que se diziam “donos de lagos”, uma realidade que se estendeu por décadas, até o momento da criação da Resex Médio Purus. Antes disso eram esses supostos donos deixavam os moradores numa situação incômoda de presenciar negociações com embarcações comerciais pesqueiras, e mesmo pesca esportiva praticada por pessoas completamente estranhas ao convívio comunitário.

Mas se o decreto da Resex Médio Purus viabilizou o banimento de embarcações pesqueiras comerciais de fora da região, ele também trouxe o sentimento de indignação do setor pesqueiro de Lábrea, sobretudo com a forma pela qual o ICMBIO passou a administrar e implementar seus instrumentos de gestão em relação à pesca no Purus. Tal sentimento de insatisfação dos pescadores da cidade ficou muito claro na pesquisa. Assim, para a Associação dos Pescadores de Lábrea, os pescadores não residentes, ou seja, que não são considerados beneficiários da Resex Médio Purus foram prejudicados com uma grande restrição à sua atividade:

[...] eu acredito que a reserva ela trouxe muitas coisas boas, mas também pra nós aqui da cidade ela é muito ruim. É ruim tu querer ir pescar pra poder da de comer aos teus filhos e chegar na área de reserva tu não poder entrar, ta fechado, tu ter como querer como pegar 10 quilos de peixe e tu ver o peixe passando e tu não poder pegar e aí tu voltar pra casa e ver teus filhos com fome e sem poder tu dar de comer; isso pra mim não é legal, isso pra mim eu não vejo isso com bons olhos (ENTREVISTADO E3G3, 2014).

Esse tipo de situação se repete em relação à atividade madeireira em Lábrea, onde os pequenos moveleiros e serradores se sentiram igualmente prejudicados com a criação das Resex, como ficou explícito no episódio da “Operação Matrinxã”, uma operação rotineira de fiscalização do ICMBIO na Resex Médio Purus, mas que foi capaz de acionar o estopim de conflitos sociais latentes em Lábrea, atingindo grande repercussão inclusive nos meios de comunicação no estado do Amazonas, e culminando com o indiciamento de agentes públicos municipais e estaduais por ameaças e ofensas aos servidores do ICMBIO naquela ocasião¹²⁷.

¹²⁷Algumas reportagens da época ainda se encontram disponíveis na rede mundial de computadores como esta: “Políticos de Lábrea são denunciados pelo MPF”, disponível no site: http://www.portaldopurus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4757:politicos-de-labrea-sao-denunciados-pelo-mpf&catid=45:purus&Itemid=945

Tais conflitos mencionados, vale ressaltar, remetem a uma outra modalidade de conflito social, que é o conflito em torno da exploração dos recursos naturais, ou conflitos ambientais (DIEGUES, 1999) muito comum em toda região Amazônica, e que, com a criação e implementação de unidades de conservação, tendem a ganhar novos formatos, sobretudo com a inserção de novos atores sociais no cenário, como chefes de UCs e as Organizações não Governamentais (ONGs).

Dessa maneira, assim como a questão indígena, a pesquisa permitiu identificar que a questão pesqueira e a questão madeireira também consistem em pontos sensíveis de conflitos sociais que permaneceram com a criação da Resex Médio Purus. Se por um lado os moradores tradicionais, assessorados pela CPT, CNS e IBAMA local, conquistaram o direito de ter a preferência no uso manejado dos lagos e florestas, afastando os que se diziam proprietários destes, por outro a classe dos pescadores artesanais e a classe dos pequenos moveleiros e serradores de madeira de Lábrea se sentiram excluídas de acordos de gestão que se sucederam após a criação das Unidades.

Desse modo, se o desenho da figura 14 acima (p.102), lembra uma “colcha de retalhos” ou um “mosaico”, talvez o mesmo se possa dizer quanto à complexidade de situações e tipos de conflitos envolvendo diferentes atores na Resex Médio Purus, um verdadeiro “mosaico de conflitos sociais”, que com a criação das Resex (Médio Purus e Ituxi), longe de se resolverem, se reconfiguraram, ou seja, ganharam novos formatos com novas dinâmicas, sempre numa perspectiva do conflito enquanto transformação social (VAYRYNEN, 1991).

4.1.2. Consulta Pública para a criação das Resex's: conflito como confronto social explícito e não violento

Com certeza teve (pressão política), eu não estava na audiência pública, mas eu vi, por exemplo, os vídeos né, aconteceu coisas ali que... né, negócio meio histórico assim de gente de fora indo participar de audiência pública, os fazendeiros do sul de Lábrea... Isso daí eu não sei como é que foi esse processo de consulta né, mas na audiência pública a gente viu ali presença forte dos interesses do agronegócio do sul de Lábrea, Rondônia etc. (ENTREVISTADO E4G2, 2016).

Segundo a teoria do conflito social, cada conflito tem sua natureza, dinâmica e evolui de maneira específica, de maneira que é possível, para o seu estudo enquanto fenômeno, o registro de elementos recorrentes, bem como padrões de comportamento dos atores sociais envolvidos (NASCIMENTO, 2001).

Podendo ser classificados como longos, ou rápidos, intensos, agudos ou crônicos, ou seja, indo e voltando, tendo seu estágio de latência, os conflitos sociais, no momento em que se manifestam em sua forma explícita, tendem a polarizar grupos sociais, podendo mesmo mobilizar outros que originalmente não participavam da disputa, mas que se vêem na condição de tomar posição frente ao embate coletivo, levando em consideração valores utilitários, ou morais acionados, quando da exposição ao tema público (SANTOS, 2014, p.545)¹²⁸.

A criação de Unidades de Conservação de uso sustentável das categorias Resex e RDS é regulada pela legislação do SNUC, a qual prevê, no seu capítulo IV, Art.22, entre outros ritos, a realização da consulta pública, nada mais que uma reunião pública amplamente divulgada na região, na qual cabe ao poder público fornecer todas as informações, de modo adequado e inteligível para a população local, bem como a outras partes interessadas (BRASIL, 2000).

O processo de criação das duas Reservas Extrativistas federais em Lábrea, como já exposto, envolveu interesses divergentes e a mobilização de um grupo social, formado pelos extrativistas e mediadores convergindo para a criação das unidades de conservação. Outro grupo social por sua vez, formado pelo poder local (vereadores e poder executivo), se posicionou no pólo oposto contra a criação das Resex's, achando aliados na zona sul de Lábrea, onde fazendeiros, pecuaristas, madeireiros e garimpeiros viram na criação destas uma ameaça as suas atividades econômicas.

Para esse segundo grupo de atores sociais a consulta pública para a criação das Resex Médio Purus e Ituxi em Lábrea não passou de uma grande farsa:

¹²⁸Nesse sentido foi assimilada a categorização que Santos (2014) dos conflitos sociais enquanto “latentes, manifestos, explícitos, extremos e naturalizados” (p.550). Os conflitos sociais são latentes quando mecanismos sociopolíticos e culturais os encobrem; são manifestos, quando visíveis, entretanto sem a força necessária para compor a agenda política local ou regional; eles são explícitos quando visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional; são classificados ainda como extremos quando alcançam níveis desproporcionais, atingindo a integridade física dos atores envolvidos e, finalmente naturalizados, quando, dada a sua continuidade, por falta de resolução, eles se mantêm na agenda da sociedade ou mesmo da mídia durante muito tempo, sofrendo um processo de reificação.

Aí o governo divulgou que fez várias audiências públicas...eu não vejo assim, eu vejo o governo enganando as pessoas dizendo que na audiência pública... é, já ta feita a coisa, veio só pra dizer que te ouviu, mas o que tu falou não serve pra nada, é só pra legitimar, é só pra legitimar...então não foi ouvida a comunidade o que de fato queria, pelo contrário, houve uma grande mentira na época...(ENTREVISTADO E4G3, 2016).

O entrevistado, expondo a sua contrariedade com a criação das Unidades de Conservação, afirmou que a reunião da consulta foi uma fraude, e alimenta em seu discurso boatos sobre destinação de vantagens indevidas para comunitários:

[...] isso eu digo por que ouvi do pessoal da comunidade do Ituxi, do alto Curuquetê, o pessoal que tava do lado direito do Ginásio, eles disseram, que estava ali, por que foi uma equipe, de voadeira, comunidade por comunidade, segundo eles na época, o Lula tinha mandado, segundo eles, não sei se é verdade, não sei se o cara usou o nome do Lula em vão, também pode as vezes o cara falou a foi o Lula que mandou 'pá pá pá', às vezes o Lula nem mandou falar isso, mas, talvez o cara que foi fazer o contato, ele fez e apregoou isso aê, quem fez, que era militante né... então o que disseram: que todas aquelas pessoas iam ganhar 50 hectares, permanente deles, título definitivo, e 10 mil reais em espécie. Então presta atenção, 50 hectares, e 10 mil reais em espécie, isso (ENTREVISTADO E4G3, 2016).

Por outro lado, como identificado em algumas falas dos entrevistados, a estratégia adotada pelo grupo que defendia a criação das Resex foi a de mobilização intensa junto às comunidades de maneira a trazer o máximo de pessoas para a consulta. Com empenho de entidades como a CPT e o CNS, que desde o começo incentivaram a criação das Resex, foi feito um grande esforço para trazer o máximo de moradores do Ituxi e do Purus para a sede municipal, para que pudessem deixar claro às autoridades federais o seu desejo pelas Unidades:

Gente, foi difícilimo, foi quase que impossível, foi dramático, eu, quando terminou aquela consulta pública que eu saí escoltada de lá, mas quando eu cheguei no carro, eu cheguei sem voz, mas eu respirei fundo e disse assim, eu tenho certeza que nosso papel a gente fez, por que assim, o público era, os moradores do Ituxi e os moradores do Purus, nós só do Ituxi nós éramos 400 pessoas, o CNS ficou encarregado de pegar os moradores do Ituxi e a CPT do Purus (ENTREVISTADO E4G1, 2016).

Assim, além da articulação e mobilização social para trazer o máximo número de pessoas para a reunião da consulta pública em Lábrea, coube ao movimento social, animar o grupo, que, pelos relatos, chegou preparado para um embate decisivo, na lógica incorporada por esse grupo pró-Resex's:

[...] quando a gente chegou aqui com barco com 400 pessoas eu mandei pegar uma caixa amplificadora, a gente parava no rio a noite aí agente ia assar peixe, jantar e assim, gente coloca a cabeça pra girar aí e vamos fazer música [...] E aí

surgiu música assim que ficou na história e aí, caramba, ficou na história essas músicas e quando nós chegamos, três barco encancado (emparelhados) assim gente cantando e soltando fogos, gente, na beira, faixa, foi uma coisa fenomenal, era gente na beira do rio igual...parecia que vinha chegando o presidente da república, sabe (ENTREVISTADO E4G1, 2016).

Mas se por um lado o grupo favorável à criação das Unidades de Conservação estava bem mobilizado, as falas dos entrevistados demonstram que também o grupo contrário às Resex's também havia chegado em grande número, e de certo modo, impressionante, algo, na visão de alguns dos entrevistados, sem precedentes na cidade de Lábrea:

[...] olha, na época da consulta pública, né foi no GM3, o aeroporto de Lábrea ficou estivado de fazendeiro, né, e os carros que vieram por terra, mas mesmo na época aqui em Lábrea começava desde o prefeito, o prefeito era contra, o delegado era contra, o juiz era contra, todos eram contra a consulta pública, viu, e aí veio os fazendeiros de fora, que era, eu esqueço o nome daquelas pessoas, mas eles eram muitos fazendeiros que vieram de fora e eles discutiram contra nós na consulta pública, foi uma discussão grande, foi um dia de luta né nós debatendo contra eles, eu acho que era na fase de uns 20 fazendeiros, fora eles e era os advogados deles né que eles trouxeram os advogados deles então dá umas vinte e poucas pessoas aí, tudo em peso mesmo, por que, sobre o sul de Lábrea ali, o prefeito tinha os castanhais dele, terra tudo ali e o prefeito apoiava eles por que eles não queria perder aquelas terras, né e ali veio todas aquelas, aquelas discussão contra a gente, né mas nós fomos vencedor, né, por que nós, o povo do Ituxi tava todo unido com o Purus, viu, e nós fumo pra cima e ganhamo a causa, mesmo com o nosso município contra nós, as autoridade maior mas nós vencemos a parada, graças a Deus (ENTREVISTADO E1G1, 2016).

A fala do entrevistado acima é esclarecedora em relação ao empenho do poder público local, com participação ativa do prefeito da cidade naquela época, na mobilização contra a criação das Resex's Médio Purus e Ituxi. Desse modo, ficou claro que o prefeito tinha interesses particulares nas áreas e, sabendo da possibilidade de desapropriação das terras, utilizou de seu poder político para tentar defender seus objetivos econômicos (terras e negócios com a compra e venda da castanha-do-brasil). Com a forte mobilização dos setores favoráveis a criação das Resex, entretanto, o prefeito se viu derrotado no “jogo”:

[...] Isso em 2006 eu ia entrando no GM3 (Ginásio), o prefeito ia saindo vermelho, espocando a cara, de raiva, e o vice-prefeito na arquibancada os caras chamando ele de ladrão, não sei o que mais lá (ENTREVISTADO E4G3, 2016).

Interessante ao se proceder com a análise das falas dos entrevistados, foi notar a utilização em muitas delas, de palavras como “vencedores”, “perdedores” e mesmo a palavra “jogo”, pelas pessoas. Nesse sentido, a metáfora Elisiana do jogo entre contrários se confirmou para a pesquisa como pertinente, reforçando a impressão de que, ao menos naquele momento crítico de confronto entre atores sociais com interesses e

posicionamentos bem distintos de forma polarizada, o modelo de configuração social estava dado:

[...] Então na época esse cenário nosso aqui houve muito debate, muito debate, os fazendeiros do sul de Lábrea vieram, se posicionaram, criaram problema, fizeram lobby, mas venceu a Resex. **Venceu a Resex, é como se fosse um jogo, exatamente, o próprio prefeito da época era contra, que é esse que tá aí hoje, ele era contra, você entendeu, mas venceu as Resex; as Resex foram criadas** (ENTREVISTADO E5G3, 2016, com grifo do autor).

Um outro ponto da argumentação dos atores sociais contra a criação das Resex's de Lábrea que merece ser destacado, já que foi recorrente, é aquele que se centrou na questão das restrições ambientais que seriam impostas aos moradores dos rios Purus e Ituxi. Assim na versão difundida pelo grupo contrário às unidades, estas trariam para a região todas as restrições características das unidades de conservação de proteção integral (Quadro 4 do Capítulo 3), dentro das quais a natureza deve permanecer quase que totalmente intocada, ou seja, a ação humana é bem restrita numa Unidade de Conservação de Proteção Integral, que não é o caso das Resex's:

[...] eles falavam para os extrativistas que a gente não ia poder tirar uma vara de mosquito, pra sobreviver dentro da unidade de conservação, por que, tudo ia ser proibido, e depois o estrangeiro ia tomar tudo isso e a gente ia sair de pé na bunda de dentro das unidades de conservação, e quem incentivou isso foi um cidadão que foi prefeito aqui de Lábrea. Passou nas comunidades falando isso pra todo mundo (ENTREVISTADO E3G1, 2016).

Essa fala elucida de certa maneira as “armas”, ou seja, os artifícios e os argumentos utilizados pelas partes envolvidas na disputa, que teve como característica uma espécie de “guerra de informações”. Levadas até as comunidades rurais, as informações ora contrárias ora a favor, foram divulgadas por cada grupo, defendendo seus respectivos pontos de vista.

Desse modo, como anteriormente evidenciado, um dos aspectos importantes na visão do grupo pró-resex, para que esse tenha se saído vitorioso no embate, teria sido a organização e mobilização social, ou seja, o estágio preparatório àquela data. Por mais que o outro grupo também tenha se mobilizado, conseguindo adesão de figuras da elite econômica e política locais, fazendeiros e advogados, a mobilização de caráter popular, com a participação efetiva de moradores das áreas onde de estava reivindicando as unidades de conservação, gerou grande impacto. Na opinião de uma das pessoas entrevistadas:

Se não houvesse essa mobilização não saia, não saia, o pessoal veio em peso, em peso mesmo e o pessoal do Ituxi parece que tava com uma injeção de adrenalina eles estavam disposto a tudo, é como eles falavam tinha deles que falava: a gente estava disposto a morrer e matar [...]a coisa lá era pesada mesmo, e assim e aí a

gente se mobilizamos e eu como era mais doida mesmo, acho que é devido o sangue indígena né, assim, pira mesmo, e assim na hora da consulta mesmo eu era conversando com os companheiro para eles não parassem de cantar, e se articular, na hora de falar fomos os primeiro a ir pra fila, os político ficaram morrendo de raiva, os fazendeiros, por que eles ficaram no fim da fila, né por que a gente tinha que se defender né tinha que falar o motivo da unidade (ENTREVISTADO E4G1, 2016).

De fato, como reconhecido mesmo pelos próprios atores sociais contrários à criação das Resex's, o grupo favorável saiu vencedor, de maneira que, passada a consulta pública, que se deu naquele dia 22 de junho de 2006, o processo seguiu para Brasília, aonde viria a se desenrolar quase dois anos depois, de maneira que as Resex's foram decretadas em 2008, em maio a Médio Purus e em junho a Ituxi. Nesse ínterim, as disputas continuaram em outras esferas, com os movimentos pró e contrário articulando pareceres, manifesto e mesmo ações judiciais (ALEIXO, 2011, p.53-54), as quais continuaram se dando mesmo no período após a criação das duas unidades.

Prestes a completar-se 10 anos da criação das Resex's de Lábrea, o que houve, pelos relatos das pessoas entrevistadas na pesquisa, foi uma acomodação dos atores sociais contrários e a aceitação ampla da realidade, até por que, com a consolidação do trabalho do escritório local do ICMBIO, projetos socioambientais passaram a ser desenvolvidos, juntamente com entidades parceiras, atraídas pelas oportunidades proporcionadas pelo modelo Resex. Assim, com o passar do tempo, as pessoas viram que muitos dos argumentos utilizados contra as unidades de conservação eram falsos.

Sobre o contexto social pós-criação das Reservas Extrativistas, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, o balanço é positivo. Foram apontados impactos na cidadania da população beneficiária, no sentido do incremento ao acesso a uma diversidade de políticas antes não alcançadas, além da chegada de um órgão de referência, no caso o ICMBIO, que, assim como ocorre com o INCRA em relação aos assentados da reforma agrária e a FUNAI, em relação aos povos indígenas, passou a responder pela área das Resex's, encaminhando processos e efetuando cadastro dos moradores, procedimento que viabiliza seu acesso a políticas tais como o programa Bolsa Verde, o crédito instalação do INCRA (os beneficiários das Resex's também tem esse direito), entre outras.

Também foram citados alguns projetos de manejo de recursos naturais que estão sendo implementados nas Resex's, como o manejo de pirarucu, proteção de praias de reprodução de tartarugas, a organização da produção da castanha, e o manejo florestal comunitário.

[...] Era um povo invisível, não tinha nada assim, não tinha conhecimento, do Estado, não tinha direito fundiário, nem se fala né, e tava numa zona completamente esquecida né, e a partir do momento em que você cria aquilo ali como uma área federal isso tem um impacto, esse pessoal eles passam a fazer parte das Políticas Públicas Federais[...] hoje você pega qualquer grupo daqueles ali do Médio Purus, ali do Ituxi, eles dialogam com o estado, eles conversam, negociam com o estado eles estão o tempo todo ali em Manaus, e **antes você não tinha nada disso, eles eram ninguém pro Estado** (ENTREVISTADO E4G2, 2016, com grifo do autor).

Em relação às mudanças nos padrões das relações econômicas locais, todavia, nota-se que com o decreto das unidades de conservação estas não se romperam instantaneamente. Desse modo, foi relatado que os moradores do interior das Resex dependem, para a compra de produtos industrializados, de certos intermediários que tradicionalmente frequentam essas localidades, figuras que na visão de alguns membros de ONGs e representantes de movimentos sociais, assim como os antigos “patrões”, vivem da exploração do trabalho dos extrativistas. Segundo os relatos, com o decreto das Unidades, esses comerciantes dos rios, conhecidos como “regatões” ou “marreteiros”, saíram de dentro do rio Ituxi, o que não aconteceu no rio Purus:

[...] mas aí ficou aquela questão, lá no Ituxi, como é muito distante daqui, quem leva agora... aí os próprios morador, o que é que eles fizeram, aqueles que tem mais condições, que tem mais produção, colocaram lá uma lojinha, uma espécie de cantina existe lá, no Purus também, mas no Purus ainda tem marreteiro (ENTREVISTADO E4G1, 2016).

O termo mencionado “marreteiro”¹²⁹ que é o mesmo que “regatão”, é como ficou conhecido a figura do comerciante da beira do rio, levando, em pequenas embarcações, produtos industrializados e combustível até a lugares remotos, e trazendo, muitas vezes, produtos do extrativismo, ou mesmo caça, oriundos do trabalho dos moradores locais, que nem sempre acessam dinheiro em espécie.

Nesse sentido, pode-se afirmar que certas relações sociais persistiram, mesmo depois da criação de Unidades de Conservação de uso Sustentável, estabelecendo-se como

¹²⁹É importante diferenciar, entretanto o marreteiro do patrão, aquele que pratica o aviamento. O marreteiro, apesar de praticar preços bem acima do mercado e pagar muito pouco pela mercadoria do ribeirinho, é um comerciante da beira dos rios, enquanto o patrão é um fornecedor de mercadorias direcionado à produção extrativista, por exemplo, da castanha. Entretanto ambas as figuras estabelecem relações de endividamento, ou seja, de compromisso com os ribeirinhos.

um “mal necessário”, enquanto não aparecem outras estruturas para as substituírem, como por exemplo, uma associação comunitária que poderia se organizar e procurar subsídios para fornecer bens industrializados e combustíveis demandados pelas comunidades distantes.

Foi possível identificar, finalmente, dentre muitos outros elementos fora do escopo específico da pesquisa, a insatisfação com a administração atual das Resex (como se identificou satisfação também), e com o modo como algumas associações vem lidando com o poder que lhe foi legado de co-administrar uma área tão extensa e populosa como é, por exemplo, a Resex Médio Purus.

Dessa maneira, a persistência de conflitos sociais em relação às Resex's Médio Purus e Ituxi em Lábrea nas mais diversas modalidades, seja entre extrativistas e indígenas, entre extrativistas e pescadores da cidade ou até mesmo entre as instituições de apoio às Resex, os conflitos interpessoais e conflitos institucionais, mesmo que em grau moderado e não explícitos, permitem a reflexão dentro da máxima simmeliana, para o qual não existe relação social que não seja conflituosa, e é possível a gestão desses conflitos, de modo a potencializar seu caráter transformador da realidade.

Os resultados empíricos da pesquisa de campo, desta forma, permitiram vislumbrar razões estruturais como raiz de conflitos sociais, os quais (e a própria criação das Resex's pode ser vista como fator estrutural) se manifestam no comportamento, discurso e posicionamento dos atores sociais envolvidos. A adoção da perspectiva histórica na análise desses posicionamentos sociais, por sua vez, permitiu visualizar a permanência de certos padrões de relações sociais as quais também fomentaram os conflitos sociais em Lábrea.

Quanto ao momento identificado como estopim do conflito envolvendo a criação das Resex em Lábrea - a reunião da consulta pública - a análise desse episódio, e a observância dos fatos e atitudes posteriores, por meio da metáfora Elisiana do jogo, permitiu que se tecesse algumas considerações sobre o caráter dinâmico e interdependente das relações sociais de um modo geral, e de como se dão geralmente os processos de identificação social no calor dos acontecimentos, bem como fatores que podem influenciar comportamentos e posicionamentos das pessoas em situações de confronto.

Para além do cenário das disposições dos atores sociais envolvidos na questão das Resex's em Lábrea, os dados obtidos no trabalho de campo apontaram para uma quantidade de conflitos sociais a estas relacionados, que quando minimamente

sistematizados, permitem estimar o quanto os conflitos permeiam todas as dimensões da vida social.

Dessa forma, quadro apresentado a seguir visa elencar os tipos de conflitos sociais identificados durante a pesquisa, relacionando atores sociais envolvidos em cada uma delas:

Quadro 4: Tipos de conflitos sociais envolvendo a criação das Resex's médio Purus e tuxi em Lábrea.

Tipo de conflito	Reserva Extrativista	Atores sociais
Pesca	Médio Purus	Associação de Pescadores; Colônia de Pescadores; indígenas; extrativistas; moradores das cidades (Lábrea e Pauiní)
Fundiário	Médio Purus	Indígenas, herdeiros de seringais; Governo Estadual; Governo Federal; supostos proprietários privados;
Fundiário	Ituxi	Grileiros e Fazendeiros do Sul de Lábrea; extrativistas.
Madeira	Médio Purus	Pequenos Moveleiros e Pequenos Serradores de Lábrea; moradores da Resex; moradores das cidades;
Madeira	Ituxi	Grileiros e Grandes serrarias do sul de Lábrea
Institucional	Médio Purus e Ituxi	ICMBIO e FUNAI
Institucional	Médio Purus e Ituxi	ONGs, entidades de apoio, Prefeitura, Câmara de Vereadores de Lábrea;
Mineração	Ituxi	Garimpeiros de Rondônia
Uso de Castanhais	Médio Purus e Ituxi	População de Lábrea, Indígenas, Políticos Locais, herdeiros de seringais;

Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Assume-se ao longo desse trabalho, portanto, o tratamento dos conflitos sociais na perspectiva Simmeliana, ou seja, o conflito como elemento de transformação da sociedade (*conflict transformation*). Dessa maneira, uma coluna das “soluções”, à direita no quadro acima proposto, se tornaria desnecessária, ou seja, na perspectiva adotada para esse trabalho, os conflitos sociais não compreendem “problemas” para os quais se tem uma “solução”.

Nesse sentido, e resgatando o conceito de configuração social apresentado na sociologia de Elias, o tratamento adequado para a complexa trama de conflitos sociais como a encontrada relacionada às Resex's de Lábrea, seria o do “monitoramento dos conflitos”, por meio da observação e análise dos interesses, atores sociais em jogo, observando como eles mudam ao longo do tempo, ou seja, levando em conta que a

sociedade é dinâmica, que as configurações sociais e fatores como os econômicos e os políticos não são estáticos.

Dentro dessa perspectiva se propõe, portanto, partindo de ferramentas como o quadro acima que se identifique e que se observe tanto a dinâmica dos conflitos quanto o comportamento dos agentes, para que seja possível minimamente antecipar determinadas situações de conflitos que possam vir a eclodir em episódios de convulsão social como foi no episódio da “Operação Matrinxã”, ou mesmo em situações de extrema violência, algo que, se observado e antecipado pode ser evitado.

Em outras situações, há que se convir, o convite para que os “jogadores” se coloquem em torno de fóruns públicos (por exemplo, nos Conselhos Deliberativos das Resex’s) ou mesas de negociação e discussão pode ser útil, numa perspectiva de gestão de conflitos socioambientais, para se definir de forma ordenada, e por que não dizer, utilizando um termo de Elias, “civilizada”, os caminhos para os re-arranjos das peças em conflito.

O caso da reunião de consulta pública para a criação das Resex’s pode ser tomado como exemplo de um embate mediado por um agente externo, no caso o Ministério do Meio Ambiente, na lógica do cumprimento da legislação¹³⁰ que prevê convocar e divulgar reunião pública com a finalidade de apresentar a proposta de criação de certas categorias de Unidades de Conservação. Outros agentes mediadores, ONGs com atuação local como o IEB, atuaram em muitas situações como facilitadores de discussões dentro de espaços públicos como Conselhos Deliberativos e Grupos Temáticos, igualmente nessa perspectiva da gestão dos conflitos mapeados.

¹³⁰A Instrução Normativa nº 5 de maio de 2008 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização dos estudos técnicos e da consulta pública para a criação de unidade de conservação federal. Em seu Art. 5º, que trata dos objetivos da consulta, é dito que esta serve para subsidiar definição, localização, dimensão e limites da unidade a ser criada. Já o Art. 6º fala do caráter consultivo desse tipo de reunião, ou seja, ela é uma forma de realização de oitiva da população local e de outras partes interessadas na criação de várias das categorias de Unidades de Conservação federais (BRASIL, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica dos conflitos sociais relacionados à criação das Reservas Extrativistas Médio Purus e Ituxi no município de Lábrea, no Sul do Estado do Amazonas, identificando os atores sociais envolvidos em conflitos a partir da mobilização pela criação dessas duas Unidades de Conservação na região.

A análise do cenário da fronteira de expansão para o Sul do Estado do Amazonas nos últimos anos foi de fundamental importância para a devida contextualização desses conflitos. Foi por meio do referencial teórico adotado para iluminar o problema de pesquisa proposto, contudo, na linha do *conflict transformation*, ou seja, o conflito como elemento sociativo e transformador da realidade social, que se viu aberta a possibilidade de se tecer considerações inovadoras sobre o fenômeno na unidade de análise estudada, possibilitando ir além de interpretações comuns e superficiais sobre a questão.

No estudo de caso de Lábrea, ficou demonstrado que determinadas relações de poder se encontram arraigadas na sociedade, de maneira que, mesmo um fator estrutural de impacto como o decreto das Reservas Extrativistas, não foi suficiente para liquidar completamente, por exemplo, com a antiga estrutura do “patrão-freguês”, típica da época dos seringais. Tal constatação é importante para o entendimento da permanência dos conflitos sociais, que, mesmo em estado de latência, podem eclodir em determinados momentos, dependendo de movimentações dos atores sociais rumo ao alcance de seus interesses.

Nesse sentido, por meio da perspectiva sociológica Elisiana que prestigia a história e os “processos de longa duração” na sua análise, foi possível identificar tanto elementos que perduram, como outros de transformação. Os relatos sobre a mobilização pela criação das Resex’s apontam que foram as ações de indivíduos incomodados com o estado de coisas no seu contexto social que provocaram a mudança, por meio da mobilização, numa perspectiva marxista do conflito como propulsor de transformação social.

Foi possível observar ainda, mediante análise dos dados obtidos no trabalho de campo, que as posições dos atores sociais numa figuração social, podem variar, e fatores externos como a criação das Resex’s, são capazes de proporcionar um rearranjo das peças dentro da figuração. A pesquisa possibilitou, desse modo, que se esboçasse um quadro atualizado das disposições dos atores sociais envolvidos na questão das Resex’s em

Lábrea, abrindo a possibilidade de discussões sobre uma série de questões a respeito de comportamentos, articulações e (re) posicionamentos dentro de dada figuração social.

Cabe por último ressaltar, sobre a reunião da consulta pública para a criação das Resex's trazida nos depoimentos dos entrevistados na pesquisa, que esta representou não o único, apesar de importante momento de estopim do conflito social. Assim, tantas outras situações envolvendo a disputa por território e utilização dos recursos naturais, permanecem vivas na memória das pessoas da cidade, podendo ou não virem a ser acionados se tornar explícitos, e podendo mesmo chegar a momentos extremos, na perspectiva proposta por Santos (2014).

Conclui-se dessa maneira que o conflito social, na perspectiva simmeliana, está em toda a parte, consistindo em uma forma viva de interação, “elemento vital para a renovação e unidade das sociedades” (SIMMEL, 1983, p.123), e, portanto, algo que, longe de ser passível de regulação e controle no sentido de sua extinção, deve ser monitorado, por meio do conhecimento pleno do contexto, atores sociais envolvidos e motivações.

Nesse sentido, acredita-se que o presente estudo contribui para o entendimento dos conflitos sociais associados à criação e existência não só das Resex Médio Purus e Itixi em Lábrea, mas do conjunto ou mosaico de Áreas Protegidas existentes na região, as quais, para atingirem os seus objetivos, deverão lidar, no seu processo de gestão com uma constelação extensa e complexa de conflitos, já que permeadas em todos os sentidos pelo fator humano.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ALCÂNTARA JÚNIOR, J. O. Georg Simmel e o conflito social. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

ALEIXO, J. (org.). **Memorial da luta pela Reserva Extrativista do Ituxi em Lábrea-AM**. IEB; Lábrea: Associação APADRIT, 2011. Disponível em: , visitado em 19/10/2015.

_____. **Memorial da Luta pela Reserva Extrativista do Médio Purus em Lábrea-AM: registro da mobilização social, organização comunitária e conquista de cidadania na Amazônia**. ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus / IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil, Brasília, 2011.

ALLEGRETTI, M. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. ANDERSON et. al. (org.) Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adanuer, 1994, 276 p.

_____. **Movimentos Sociais e UCs de Uso Sustentável. I Curso de Política Ambiental no Sul do Amazonas**. Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB. Porto Velho, 27 de outubro a 1º novembro de 2008

ALMEIDA SILVA, A. DE; SILVA, A. C. G.; PAULA, J. M.; SILVA, J.C; SOUSA, L. F. O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha. **Revista Geografar (UFPR)**, v. 5, p. 61-82, 2010.

ARAÚJO, A. V. Terras indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In RICARDO, F. (org.), **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004, pp.26-36.

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z. ; SIMONASSI, A. G. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Distrito Federal, v. 50, n. 1, p.119-140, jan. 2012.

BARRETTO FILHO, H. T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004, pp.53-63.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009, 172 p.

_____. Significância contemporânea da fronteira: Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In AUBERTIN, C (ed.). **Fronteiras1988**. Brasília: Universidade de Brasília (UNB)/ ORSTOM 1988b. p. 60-89.

BENSUSAN, N. Terras indígenas: as primeiras unidades de conservação. In: RICARDO, F. (org.), **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004, pp.66-72.

_____**Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____**Diversidade e unidade: um dilema constante**. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. In: BENSUSAN, N; PRATES, A.P. (Orgs). **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014.

BONILLA, O. 2005. O bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 11, n. 1, p. 41-66.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 4.132, de 10 de setembro de 1962**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Disponível em: , visitado em 16/11/2016.

_____**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em ; visitado em 06/11/2016.

_____**2008. DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2008**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Ituxí, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em: , visitado em 24/10/2015.

_____**2008. DECRETO DE 8 DE MAIO DE 2008**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Médio Purus, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

_____**Decreto n. 4.703, de 21 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências. Disponível em: ; visitado em 06/11/2016.

_____**Decreto n. 5.092, de 21 de maio de 2004**. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: , visitado em 06/11/2016.

_____**Lei n. 11.284, de 02 de março de 2006**. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; Disponível em: , visitado em, 03/11/2016.

_____**Decreto n. 5.758**, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: , visitado em 03/11/2016.

_____**Decreto n. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em, visitado em 06/11/2016.

_____**Lei n. 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e dá outras providências. Disponível em: , visitado em 06/11/2016.

_____. Tribunal de Contas da União. **Amazônia: unidades de conservação: auditoria coordenada**. Brasília: TCU, 2014. 64 p.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos** / Comissão Nacional da Verdade, v. II. Brasília: CNV, 2014. 416 p, Disponível em: , visitado em 13/04/2017.

_____. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO – MDS, Bolsa Família, o que é**. Disponível em , visitado em 25/04/2017.

_____. **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. Instrução Normativa nº 5, de 15 de maio de 2008**. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal.

BRITO, F.; PINHO, B. A. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil. Texto para a Discussão, **CEDEPLAR/UFMG**, v. 464, p. 1, 2012.

CABRAL, A. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 2, n. 2, p. 01-15, jul. 2004.

CADARSO, P. L. L.; **Fundamentos teóricos del conflicto social**. Ed.Siglo XXI. Madrid, 2001.

CALONGA, M. D. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade, **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, maio de 2015.

CARNEIRO, D. F. Interacionismo e Interdependência: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para a História Social. In: **I Colóquio do LAHES (Laboratório de História Econômica e Social)**, Juiz de Fora. 2005;

CARVALHO M. A. R. **O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998. 254 p.

CARRERO, G.C.; NOGUEIRA, O. L. M.; BARROS, H. H. D. ; CENAMO, M. C. ; SOARES, P. G. ; PAVAN, M. N. . **Análise de mudança de uso da terra e estrutura de governança ambiental nos municípios do PROFLORAM: estudo oportunidades para iniciativas de REDD+ no Sul/Sudeste do Estado do Amazonas**. 1. ed. Manaus: Idesam, 2013. v. 1. 88p

CHARTIER, R. Formação Social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001. pp.7-25.

COLLINS, R. **Conflict Sociology: Toward an Explanatory Science**. New York: Academic Press, 1975;

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. (Coleção Os pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORCUFF, P. **As Novas Sociologias: construções da realidade social**, tradução de Leonor Sampaio, Coleção Heterodoxias, 2ª Ed. Sintra (Portugal), 2001.

COSER, L. A. Social Conflict and the Theory of Social Change. **The British Journal of Sociology**, Vol. 8, No. 3. (Sep. 1957), pp. 197-207. Disponível em: , visitado em: 27/12/2016.

COUTINHO, R. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. **Revista Praia vermelha** / Rio de Janeiro / v. 19 nº 2 / p. 21-36 / Jul-Dez 2009

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: Institucionalização e implementação no Estado Brasileiro dos anos 1990**. Rio de Janeiro, 2010. 308 p. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____; LOUREIRO, C. F. B. Reservas Extrativistas: limites e possibilidades de uma territorialidade seringueira. **Revista Theomai** (Online), v. 20, p. 169-185, 2009.

DAHRENDORF, R. Toward a Theory of Social Conflict. **The Journal of Conflict Resolution**, Vol. 2, No. 2. (Jun., 1958), pp. 170-183. Disponível em: , visitado em: 13/12/2016.

DA MOTA, N. S. C. B. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: surgimento e competências institucionais**. 2013. 19f. Monografia (TCC) - Curso de Engenharia Florestal, Instituto de Florestas/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ.

DANTAS, F. L. C. G. Conflitos sociais e meio ambiente na Amazônia: considerações a gestão ambiental. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 08, p. 217-231, 2015.

DIEGUES, A. C. et. al. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. 169 p.

DIAS, A L. B.; OLIVEIRA, C. M. C.; CASTILHO, M. C. ; SILVA, M. S. P. ; BRAGA, W. S. M. Molecular characterization of the hepatitis B virus in autochthonous and endogenous populations in the Western Brazilian Amazon. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** (Impresso), v. 45, p. 9-12, 2012.

DIAS JUNIOR, A. Classe, política e conflito social no capitalismo: a contribuição de Ralf Dahrendorf. **Mediações**, Londrina, v. 15, n.2, p. 202-218, Dossiê: Teoria Política e Social na Contemporaneidade. Jul/Dez. 2010.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, volume I: uma história dos costumes, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Introdução a sociologia**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Edições 70, Lisboa/Portugal, 2008.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____ **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTADO DO AMAZONAS. **Zoneamento Ecológico Econômico da Sub-Região do Purus – Metodologia do ZEE, Organização do espaço regional, diagnóstico sócio-ambiental** (Relatório); Volumes I e II. Manaus: GIZ/SDS/CEZEE, 2011.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K. H. S. C. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. In: **Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v.5, n.1.p.59-77, jan- abr,2010.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. Manaus: **INPA**, jul. 2005. Disponível em: . Visitado em: 01 ago. 2016.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS - FOCIMP. **Plano de Vida do Movimento Indígena do Médio Purus/AM**; Projeto Aldeias, Operação Amazônia Nativa e Visão Mundial, Lábrea-AM, 2011.

FERRARINI, S. A. **Rio Purus: história, cultura, ecologia**. São Paulo: Ed. FDT. 2009.

_____ **Progresso e desenvolvimento no Purus**. São Paulo: Ed. FTD, 1976.

FERREIRA, L. C. Conflitos Sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 04, n.7, p. 105-118, 2005.

FRANCO, M. H. M. Novas configurações territoriais no Purus indígena e extrativista. In: Gilton Mendes dos Santos. (Org.). **Álbum Purus**. Manaus: EDUA, 2011, v. 1, p. 153-166.

_____ Terras indígenas e unidades de conservação: um mosaico de áreas protegidas no Médio Purus. IN: Bensusan, Nurit (org.) **A diversidade Cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil**. Ed. Mil Folhas/IEB, 2014 p.696-703.

_____ ; ALEIXO, J. Experiência dos Grupos Temáticos da Operação Arco Verde Terra Legal em Lábrea no sul do Amazonas. In: QUINTÁ, F. X. A.; ARCE. X. C. M; GONZÁLES, R. C. L. (Orgs.). **Propostas geográficas de desenvolvimento e inovação na Amazônia: algumas considerações para o ensino e aprendizagem da geografia**. 1ed. Santiago de Compostela: 2015, v., p. 91-120.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**, 1.ed., 13ª Reimp. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.323p.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2008. disponível em: , consultado em 17/01/2017;

GIANNOTTI, J. A. Karl Marx – Vida e Obra. **Coleção: Os pensadores**. Ed. Nova Cultural. São Paulo, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **O Conceito de configuração social em Norbert Elias - Espaço Social de ambivalência?** In: VII Simpósio Internacional Processo Civilizador: história, civilização e educação, Piracicaba-SP, 2003. Disponível em , visitado em 25/01/2017

GOMES, I. B. S. R. **O que aconteceu aos Kaxarari: um estudo etnográfico de (in) sustentabilidade ambiental**. 79f Dissertação (Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, 2009.

GOMIDES, J. E. A definição do Problema de Pesquisa a chave para o sucesso do Projeto de Pesquisa. **Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão, CESUC**. São Paulo. Ano IV - nº 06 - 1º Semestre – 2002.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n.3, p. 481-510, 1985.

HAERTER, L. O conceito de controle social nos olhares estruturalista, funcionalista, fenomenológico e interacionista. **Cadernos de Campo (UNESP)**, v. 16, p. 21-35, 2012.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBIAPINA, I. **Conflitos em Áreas Protegidas na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre (PA)**. Brasília, 2012 150f. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE **Área Territorial Brasileira** - Consulta por Unidade da Federação, 2016 , visitado em 28/08/2016.

_____. IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume I. Rio de Janeiro, edição do IBGE, 1957.

_____. IBGE. Cidades, Amazonas – Lábrea; disponível em : , visitado em 06/04/2017.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA – IMAZON; **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (outubro de 2016) SAD**. FONSECA, A., JUSTINO, M., SOUZA JR., C., & VERÍSSIMO, A. Belém, 2016.

_____. IMAZON. **Boletim Transparência Florestal Sul do Amazonas (2006-2009)**. AMARAL, P., SOUZA JR., C., SALOMÃO, R., PINTO, A. Belém:2010, 12p.

_____. IMAZON. **Áreas protegidas críticas na Amazônia no período de 2012 a 2014**. ARAÚJO, E. ; BARRETO, P.; MARTINS, H. Belém, 2015. 20 p.

INOUE, C. Y. A.; LIMA, G. P. Reservas sustentáveis: reflexões sobre a experiência brasileira. **Brazilian Experiences in Sustainable Reserves**. 1. ed. Brasília: Conservação Internacional, 2007. 94p.

INFOAMAZONIA. **Mineração**. Disponível em: , visitado em 15/09/2016.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados - USP**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

KROEMER, G. **Cuxiara: O Purus dos Indígenas**. Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LANDINI, T. S. A sociologia Processual de Norbert Elias. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador – Tecnologia e Civilização**. Ponta Grossa, Paraná, nov 2005. Disponível em: ,

Visitado em 18/01/2017.

LEAL, D. A. Cenários da Fronteira: o rio Purus e o pensamento social na Amazônia. In: Gilton Mendes do Santos. (Org.). **Álbun Purus**. Manaus: Edua - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, v. 1, p. 25-37.

- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1975.
- LEVINE, D. N. **Visions of Sociological Tradition**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995, p. 279.
- LEIS, H. & D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIMA, A. C. de S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- _____. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, 2012, V. 55 Nº 2.
- LIMA, M. do S. B. de. **Políticas públicas e território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas**. 2008. 446 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia** nº 322. Brasília: UnB, 2002, 32 p.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- _____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 9, n. 1, jan./jun. 2006.
- MENEZES, T. Expansão da Fronteira Agropecuária e Mobilização dos Povos Tradicionais no Sul do Amazonas. In: Almeida, Alfredo Wagner B. de;. (Org.). **Conflitos Sociais no Complexo Madeira**. Manaus: UEA Edições, 2009, v.1, p.231-246.
- _____. Dois destinos para o Purus: Desenvolvimentismo, socioambientalismo e emergência dos povos tradicionais no sul do Amazonas. In: Mendes dos Santos. G.. (Org.). **Álbum Purus**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, v. p. 131-152.
- _____. BRUNO, A. C.; Fernandez, A. J. C. Povos Indígenas do Município de Lábrea (Amazonas). **Projeto Nova cartografia Social da Amazônia - Fascículo 43**. Manaus: UEA Edições, 2013
- MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, Rocket Edition, 1999. Versão para e-book disponível em: ; Visitado em 27/12/ 2016.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São. Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.
- MATHEWS, M. C.; SCHMINK, M. "Differentiated citizenship" and the persistence of informal rural credit systems in Amazonia. **Geoforum**, Volume 65, Page 266, 2015.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, p. 119-148, 2013.

MILLS, Wright C. A imaginação sociológica. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. 246p

NAKASHIMA, M. **Chico Mendes por ele mesmo**. Ed. Martin Claret, 2004.

NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. BURSZTYN, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-105.

NEIBURG, F. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert e SCOTSON, JOHN L. **Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

OLIVEIRA M. S. B. S., Questões de epistemologia e teoria social contemporânea: Três abordagens para o estudo da sociologia contemporânea; In: **I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR – “Sociedade e Política em Tempos de Incerteza”**, Curitiba, 2009. Disponível em: , visitado em 10/05/2017.

OLIVEIRA, R.; ALMEIDA, R. H. C. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação e criação e fortalecimento dos conselhos de gestão participativa**. INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB, Brasília, 2009, 31 p.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão, UFG, 2011.72P p.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, vol.39, n.1, São Paulo, 1996, p.13-37.

PARDO, D. W. A.; NASCIMENTO, E. P. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 117-140, 2015.

PÁDUA, J. A. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. In. MILANO, M. et. al. (orgs.). **Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências**, Fundação O Boticário, Curitiba, 2004.

PAULA, E. A. de. Movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. **Revista NERA** Pres. Prudente Ano 7, n. 5 p. 86-101 Jul./dez. 2004.

_____. SILVA, M. C. R de. **Sindicalismo Rural, Poder Local e Ambientalismo na Terra de Chico Mendes**. SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia, FAFICH/ Belo Horizonte -MG, 31 de maio a 3 de junho, 2005.

PELLIZZARO, L. HARDT, C. HARDT, M. HARDT and SEHLI, D, A Stewardship and management of protected natural areas **Ambiente & Sociedade** n São Paulo v. XVIII, n. 1 p. 19-36 jan.-mar, 2015.

PEREIRA, G. P. **Organização comunitária como ferramenta de luta para a criação e consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras- BA**. 2016. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XI, n.1, p. 81-97, jan.-jun. 2008.

PORTELLA, R. Pesquisa, simulacro e vida real: um diálogo com a antropologia interpretativa de Clifford Geertz a partir de sua principal obra. **Protestantismo em Revista**, v. 29, p. 58-64, 2012.

QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M. L. de O. OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ªed. rev. amp. UFMG: Belo Horizonte, 2003.

REBELLO DA SILVA, L. K. ; A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985). **Klepsidra / Revista Virtual de História**, v. V, p. 25, 2005, disponível em , visitado em 13/09/2016.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentável: ideologia e utopia no final do século XXI. **Ciência e Informação**. Brasília, 21(1): 57-58, jan/abr. 1992.

RIOS, A. V. V. Populações tradicionais em áreas protegidas In: RICARDO, F. (org.), **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004, pp.78-84.

ROCHA, Hélio. **Coronel Labre**. Editora Scienza, São Carlos, 2016.

ROCHA, M. M. L. **Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba no Povoado Pontal/Sergipe**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2012.

ROMANCINI, S. R.; RODRIGUES, C. O. Urbanização na Pré-Amazônia Mato-grossense. **ACTA GEOGRÁFICA: Revista do Curso de Geografia da UFRR**, Boa vista Roraima, p. 43 - 54, 12 dez. 2007.

SALES, R. R.; VIANNA, L. P. **Análises e Diretrizes para Consolidação da Categoria Reserva Extrativista**, WWF-BRASIL Contrato CPS 123-2007 / PAP, Brasília, 2008.

SANTANNA, A. A.; YOUNG, C. E. F. Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos rurais na Amazônia. **Economia Aplicada (Impresso)**, v. 14, p. 377-387, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª Ed. (reimpressão) EDIUSP, São Paulo, 2006.

SANTOS, L. B. O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 9, p. 541-553, 2014.

_____ Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 12, p. 133-150, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; JESUS, N. B. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v.16, n.1, p.157-178, jan.-jun. 2010.

SCHWEICKARDT, K. H. S. C. **Processos de territorialização em disputa: territórios ambientais e de reforma agrária na Amazônia**. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, Paraná, 26 a 29 de julho de 2011.

SILVA, A. C. G. **O Seringal no Município de Lábrea: o espaço vivido e a resistência de um tempo**. São Paulo: Ed. Scortecci, 2012.

SILVA, M. J. D. O conflito social e suas mutações na teoria sociológica. **Qualit@s (UEPB)**, v. 12, p. 1-12, 2011.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES-FILHO, B. S.; NEPSTAD, D. ; CURRAN, L.; CERQUEIRA, G. LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, P.; . ; . Cenários de desmatamento para Amazônia. **Estudos Avançados, São Paulo**, v. 19, n.54, p. 138-152, 2005.

SOUZA, G. E. de A. B. **Reserva Extrativista Chico Mendes-AC: os desafios de gestão (com) partilhada**. 2010. 218 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo, Ed. Atlas, 2006.

SUAREZ M. A. Panorama contemporâneo do Purus indígena in **Álbum Purus**, Manaus EDUA Gilton Mendes (Org.), 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Relatório Parcial III Reserva Extrativista Ituxi, localizada no município de Lábrea, no Estado do Amazonas**. Banco de dados UFV/ICMBIO 2015. (Dados não publicados).

VANDENBERGHE, F. **As Sociologias de Georg Simmel**. São Paulo: EDUSC; Belém: EDUFA, 2005.

VAYRYEN, R. From Conflict Resolution to Conflict Transformation: A Critical View. In HO-WON JEONG (Ed.). **The New Agenda for Peace Research**. Brookfield: Ashgate Publishing, 1999.

_____. To Settle or to Transform? Perspectives on the Resolution of National and International Conflicts. In: VAYRYNEN, R. (Ed.). **New Directions in Conflict Theory: Conflict Resolution and Conflict Transformation**. London: Sage, 1991.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica** / Otávio Guilherme Velho. – 3ª ed. – Manaus : UEA Edições, 2013. 180 p.: il.; 23 cm. – (Coleção Antropologia da Amazônia).

VILA NOVA, S. Quantas Sociologias? Notas para uma reflexão sobre as tendências do pensamento sociológico na atualidade, **Revista Symposium**, Ano 3, Número Especial, dezembro, 1999. p. 40-44

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: Goldenberg, M. (Org.) **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan. 1992. p.49 -75.

VITEL, C. S. M. N. **Modelagem da dinâmica do desmatamento de uma fronteira em expansão, Lábrea, Amazonas**. Dissertação (mestrado), INPA/UFAM, Manaus, 2009.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. Siglo XXI Editores: Madrid. 2006

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2012, v. 1.

_____ **Textos selecionados.** Traduções de Maurício Tragtenberg Editora Nova Cultural Ltda., 1997.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Data de nascimento:

Local de nascimento:

- 1- O município de Lábrea, apesar de uma população não muito grande é um dos maiores em extensão territorial do Brasil. O Sr.(a) conhece bem o município e a região? Há quanto tempo o Sr.(a) mora ou trabalha por aqui, conte um pouco de sua trajetória relacionada ao município de Lábrea.
- 2- Em 1995 e depois nos anos de 2005-2007 e até hoje, Lábrea vem apresentando elevação do índice de desmatamento, sobretudo na sua zona sul. Como o Sr.(a) vê essa situação? Em que isso afeta na sua vida, atividade/trabalho?
- 3- Quais os principais problemas socioambientais existentes na região Sul do AM na sua visão? Você será capaz de apontar os mais graves?
- 4- As Resex Médio Purus e Ituxi foram criadas em 2008. Você acompanhou o processo de consultas públicas para a sua criação? Havia conflitos de interesse? Quais você poderia apontar? Quem estava envolvido nesses conflitos?
- 5- Quais eram os argumentos a favor da criação das Resex's? o que os motivou?
- 6- Na sua opinião, por que havia pessoas/grupos contrários? Quais eram seus argumentos?
- 7- É possível identificar quais são os atores sociais contrários às Resex's ainda hoje? Quais são? O que eles argumentam?
- 8- Na sua opinião o que as Resex Médio Purus e Ituxi trouxeram de bom para a região? E de ruim?
- 9- Qual a sua opinião sobre o trabalho que vem sendo realizado nas Resex Médio Purus e Ituxi? O Sr.(a) conhece algum projeto que está sendo realizado lá? Saberá apontar algum?
- 10- Na sua opinião, quais os maiores desafios enfrentados pelas Resex hoje para atingirem seus objetivos? Qual a perspectiva para o futuro?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL



Projeto de Pesquisa:
“Conflitos Sociais em torno da criação de Reservas Extrativistas no município de Lábrea – AM”
Pesquisador: MARCELO HORTA MESSIAS FRANCO- hortamessias@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(1ª via fica com o (a) entrevistado (a) e a 2ª via fica com o estudante)

Diante da explicação do estudante de mestrado em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa, Sr. Marcelo Horta Messias Franco, sobre os objetivos do seu projeto de pesquisa, orientado pelo professor Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira e registrado na Universidade com o nome: “Conflitos Sociais em torno da criação de Reservas Extrativistas no município de Lábrea – AM”, aceito ceder entrevista e autorizo o uso das informações que vou prestar na redação do seu trabalho final de pesquisa de mestrado.

O estudante explicou que nesta pesquisa ele pretende analisar a dinâmica dos conflitos sociais relacionados à criação de Reservas Extrativistas no município de Lábrea, aqui no sul do Estado do Amazonas, e que essa é uma pesquisa no campo de conhecimento da Sociologia, dentro do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural na UFV, e parte da ideia de que “os conflitos fazem parte da vida em sociedade e são capazes de influenciar na reconfiguração social, transformando a sociedade”.

Foi explicado que a pesquisa usará como método de coleta de dados, além da entrevista com pessoas que se posicionam a favor e contrárias à criação das Resex Médio Purus e Ituxi no município de Lábrea, análises de documentos e pesquisa bibliográfica. Foi explicado que o registro da entrevista se dará somente por gravação de áudio, portanto sem registro de imagem, além de anotações manuscritas. Foi explicado ainda que participante tem o direito de se recusar a dar a entrevista.

O estudante garantiu que meu nome não será revelado nos trabalhos e nos documentos que irá escrever, e que as gravações e registros escritos da entrevista ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os resultados da pesquisa estarão disponíveis quando finalizada.

Os pesquisadores (estudante e orientador) tratarão, dessa forma, a identidade dos entrevistados com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos. (Para tal será observado o que diz a legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata de diretrizes para pesquisa com seres humanos na área de saúde, e que também se aplica às Ciências Sociais)

Dessa forma, foi explicado que, mesmo depois de concluído o estudo, quando da divulgação de seus resultados, se houver alguma exposição de informações indevidas ou se eu precisar de qualquer esclarecimento, poderei recorrer ao CEP para localizar os pesquisadores, por meio do endereço citado abaixo.

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV. Endereço: Prédio Arthur Bernardes, subsolo.– Campus Universitário Cep: 36570-900 Viçosa/MG Telefone: (31)3899-2492 / correio eletrônico: cep@ufv.br , site: www.cep.ufv.br

Contato do pesquisador: Marcelo Horta Messias Franco, Rua 22 de outubro, 2706, Bairro Barra Limpa Lábrea AM, CEP 69 830 000, e mail: hortamessias@gmail.com ; Telefone celular: (031) 99470 33 48

Li e concordo com os pontos acima.

Assinatura do entrevistado (a):

Assinatura do pesquisador

MARCELO HORTA MESSIAS FRANCO

Lábrea, _____ de _____ de 20__.

ANEXOS

ANEXO A - Unidades de Conservação de Proteção Integral:

A) PROTEÇÃO INTEGRAL CATEGORIA/SIGLA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
Estação Ecológica ESEC	Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; é proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
Reserva Biológica REBIO	Tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Serve para pesquisa científica e visitação para fins educacionais
Parque Nacional PARNA	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Monumento Natural MN	Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica; pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.
Refúgio de Vidas Silvestres RVS	Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Serve para visitação com regras e limites.

Fonte: Adaptado de Oliveira e Almeida (2009)

ANEXO B - Unidades de Conservação de Uso Sustentável:

B) USO SUSTENTÁVEL	CARACTERÍSTICAS GERAIS
CATEGORIA/ SIGLA	
Área de Proteção Ambiental APA	Área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas; tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
Área de Relevante Interesse Ecológico ARIE	Área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional; Tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
Floresta Nacional FLONA	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas; tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas; É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, Disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.
Reserva Extrativista RESEX	Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.
Reserva de Fauna REFAU	A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional. A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS	Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica; Tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPN	Área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Necessidade de assinatura de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis; os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.
--	--

Fonte: Adaptado de Oliveira e Almeida (2009)